

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 40

A Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSERH, Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, estabelecida nesta Capital do Estado do Maranhão, na Av. Borborema, quadra 16, casa nº 25, Calhau – CEP: 65.071-360, inscrita no CNPJ sob o nº 18.519.709/0001-63, atesta para os devidos fins que a empresa **C & E GESTÃO AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº **CNPJ 32.879.596/0001-38** sediada no endereço: Rodovia BR-135, KM 227, zona rural – Peritoró - MA, presta serviços de serviços de coleta, transporte, armazenagem temporária, tratamento térmico e disposição final de resíduos de serviços de saúde de classificação A, B e E, nas unidades de saúde da Regional São Luís, administradas pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH, tendo seu início em 06/12/2022 e término em 04/06/2023 através do contrato nº 657/2022 GCC/EMSERH, processo nº 195025/2022- EMSERH, com os seguintes quantitativos:

ITEM	LOCALIDADE	ENDEREÇO	QTD. BOMBONAS 200L/25KG (em contrato por mês)	QTD. BOMBONAS 200L/25KG (média coletada por mês)
01	UPA PAÇO DO LUMIAR	Rua 13, Maiobão, Paço do Lumiar-MA	105	133
02	UPA ARAÇAGY	Av. dos Holandeses,S/N, Araçagy,São Luís-MA	140	129
03	HEMOMAR-SÃO LUÍS	Rua Cinco de Janeiro, S/N, Jordoá, São Luís- MA	140	111
04	PAM DIAMANTE(POLICLI NICA)	Rua João Luís, 3684, Diamante, São Luís-MA	85	78
05	CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DR. LUIS ALFEDRO N. GUTERRES-LACEN- MA	Rua Cinco de Janeiro, nº 166, Jordoá, São Luís-MA	57	74
06	VINHAIS(POLICLÍNI CA E UPA)	Av. Principal, 36, Vila Operária, Cidade Operária, São Luis-MA	95	195

07	CIDADE OPERÁRIA (POLICLÍNICA/CER E UPA)	Rua Domingos Rodrigues, n 70, Olho d'água	355	259
08	CER OLHO D'ÁGUA	Rua Domingos Rodrigues, n 70, Olho d'água	3	1
09	UPA ITAQUI BACANGA-SÃO LUÍS-MA	Rua Portugal, S/N, Bacanga, São Luís-MA	130	111
10	UPA PARQUE VITÓRIA	Av. José Santana, 30, Parque Vitória, São José de Ribamar-MA	185	152
11	CENTRO DE SAÚDE DR. GENÉSIO RÊGO- SÃO LUIS	Av. Kennedy, n 200, Bairro de Fátima, São Luís-MA	540	232
12	HOSP. DR. ADELSON DE SOUSA LOPES E POL. VILA LUIZÃO	Rua São Paulo, S/N, Vila Luizão, São Luís-MA.	220	206
13	HOSPITAL PRESIDENTE VARGAS	Rua 105, S/N, Vinhais, São Luís-MA	170	233

Informamos que a referida empresa executou os serviços nos quantitativos e período acima citados.

São Luís, 18 de outubro de 2023


Bianca Larissa Gomes Costa

Analista Administrativa/EMSERH

CPF: 062.928.813-50

Matrícula: 13764


Olga Colvara Gomes de Sousa

Gerente Administrativa/EMSERH

CPF: 015.265.123-35

Matrícula: 9974


Valéria Cilene Ferro Castro Neves

Diretora Administrativa em exercício/EMSERH

CPF: 017.296.923-97

Matrícula: 6791



CNPJ: 06.376.669/0001-69
Rua Jefferson Moreira, nº 403 – Centro
ESPERANTINÓPOLIS-MA CEP 65750-000



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA TOTAL

1. Dados do atestado: ART nº MA20200384555

Objetivo do contrato: Serviços de coleta, transporte, tratamento e aplicação final de resíduos de serviços de saúde hospitalar, laboratorial e odontológico, classe: grupo A, B e E e medicamentos vencidos.

Local de realização: Município de Esperantinópolis-MA

Período de realização: 14/01/2020 à 14/01/2021

2. Dados do contratante

Razão social: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento/ Fundo Municipal de Saúde

CNPJ: 11.338.224/0001-24

Endereço completo: Rua Claudio Carneiro, s/n, Centro, CEP: 65.750-000, Esperantinópolis-MA

3. Dados do responsável técnico

Nome: Darlene Viana Silva

Título: Engenheira Civil, Engenharia Sanitária e Ambiental

CREA-MA: 111.842.850-1

4. Descrição dos serviços realizados

Coleta, Transporte, Tratamento e Aplicação Final de Resíduos de Serviços de Saúde Hospitalar, Laboratorial e Odontológico, classe: grupo A, B e E e medicamentos vencidos.

Atestamos a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão e atestado de execução que a empresa C&E Gestão Ambiental LTDA, inscrita sob o CNPJ 32.879.596/0001-38, estabelecida na Rod. BR-135, KM 227, Zona Rural de Peritoró-MA, prestou a serviços à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento/ Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 11.338.224/0001-24 de coleta, transporte, tratamento e aplicação final de resíduos de serviços de saúde hospitalar, laboratorial e odontológico no período de 14/01/2020 à 14/01/2021, no valor de R\$ 257.472,00 (Duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais), conforme contrato 01.1401.045/2020. Registramos ainda que a prestação de serviços acima referidos apresentou bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente até a presente data.

QUANTIFICAÇÕES:

Quantidades: 21.600,00 KG dos serviços descritos acima.

Atestamos ainda que o profissional teve um bom desempenho cumprindo

Rua Jefferson Moreira, nº 403, Centro. CNPJ: 06.376.669/0001-69
Esperantinópolis - MA.



CNPJ: 06.376.669/0001-69
Rua Jefferson Moreira, nº 403 – Centro
ESPERANTINÓPOLIS-MA CEP 65750-000



tecnicamente os termos do contrato não contendo, portanto, fato que desabone sua conduta.

Esperantinópolis – MA, 15 de Janeiro de 2021.



Joelson Ribeiro Bezerra

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
CPF: 002.062.923-09
Portaria: 08/2021



Daniela Camila Rodrigues Freitas

Assessora de Gestão de Contratos e Convênios
Portaria 034/2021
Engenheira Civil
CPF: 067.524.323-084
CREA-MA 111. 893.075-4



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Licença de Operação Nº 1176834/2022

VALIDADE ATÉ

25/08/2026

PROCESSO SEMA Nº 22060009341/2022

E-PROCESSOS Nº 117988/2022

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA com base na legislação que regulamenta o processo de licenciamento autoriza:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: C & E Gestão Ambiental Ltda

ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: Tratamento e disposição de resíduos perigosos

CPF OU CNPJ:

32.879.596/0001-38

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

12.591.942-5

ENDEREÇO:

Rodovia Br 135, Km 227, Zona Rural

MUNICÍPIO:

Peritoró - MA

CEP:

65418-000

A OPERAR A ATIVIDADE: Tratamento de resíduos perigosos (Classe I) - incineração

A LOCALIZAR-SE EM: Rodovia BR 135, Km 227, Peritoró - MA, CEP 65.418-000

Obs.: Vide verso desta licença as EXIGÊNCIAS / RECOMENDAÇÕES

São Luis - MA 25/08/2022



1176834/2022

Raysa Queiroz Maciel Rodrigues

Secretário

Matrícula: 814784-02

Rafael Ferreira Maciel

Secretário Adjunto

Matrícula: 875246-02

OBS.: - AS CONDIÇÕES SERÃO ESTABELECIDAS NOS ANEXOS;

- ESTA LICENÇA RESTRINGE-SE SOMENTE A OPERAÇÃO DA ATIVIDADE:

- O PRESENTE DOCUMENTO NÃO DESOBRIGA O LICENCIAMENTO DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS JUNTO A ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E/OU FEDERAIS PARA A LEGALIDADE PLENA DO ESTABELECIMENTO.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 22060009341/2022

1 - RECOMENDAÇÕES, CONDICIONANTES E EXIGÊNCIAS DE LICENCIAMENTO (Licença de Operação - LO / Processo SEMA Nº 22060009341/2022 – 117988/2022. PT 447/2022.

Condições Gerais:

1.1 Está o empreendedor C & E GESTÃO AMBIENTAL LTDA, CNPJ 32.879.596/0001-38, inscrição estadual 2.591.942-5, por meio desta Licença de Operação - LO, autorizado a operar atividade de Tratamento de resíduos perigosos classe I (incineração), localizada na Rodovia BR 135, Km 227, Peritoró - MA, CEP 65.418-000. Coordenadas geográficas de referência:

Latitude: 4° 21' 21,60"

Longitude: 44° 21' 55,90"

1.2 Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;

1.3 Esta Licença não é considerada como título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse de imóvel.

1.4 A presente licença ambiental foi expedida com base em informações e documentos juntados pelo requerente, de sua exclusiva responsabilidade.

1.5 A SEMA não se responsabiliza por eventual uso indevido da presente Licença, advindo de dolo ou má fé.

1.6 A SEMA, mediante decisão motivada, poderá modificar estas condicionantes, suspender ou cancelar esta Licença, caso ocorra:

1. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

2. Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição desta licença;

3. Graves riscos ambientais e de saúde.

1.7 O empreendedor deverá comunicar imediatamente à SEMA, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;

1.8 Qualquer modificação no empreendimento somente poderá ser realizada após exame e manifestação da SEMA.

1.9 O não cumprimento das condições relacionadas na licença, assim como todo e qualquer dano ambiental provocado pelas atividades do empreendimento, será de inteira responsabilidade do empreendedor.

1.10 Esta licença ambiental (e respectivas condicionantes) deverá ficar exposta em local de fácil acesso e visualização.

1.11 O empreendedor deverá afixar placa indicativa de licenciamento ambiental em local visível, preferencialmente no acesso principal ao empreendimento ou voltada para a via que favoreça a melhor visualização. O modelo e as especificações da placa indicativa de licenciamento ambiental encontra-se no site da SEMA.

1.12 Esta licença licencia apenas a atividade constante da mesma – Tratamento de resíduos perigosos classe I (incineração).

2 - Condições Específicas – Exigências relativas ao Controle de Aspectos Ambientais (quando aplicáveis e/ou pertinentes):

2.1 Exigências relativas ao Uso de Recursos Hídricos

2.1.1 O empreendedor deverá atender aos objetivos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, atentando, principalmente, aos seguintes pontos (conforme Art. 2º e 3º, da Lei Federal nº 9.433/1997):

I - A utilização racional e integrada dos recursos hídricos com vistas ao desenvolvimento sustentável;

II - A integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

2.1.2 O empreendedor está ciente de que está sujeito a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos, especificamente (conforme Art. 12, da Lei Federal nº 9.433/1997):

I - Captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo;

II - Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

2.2 Exigências relativas ao Controle de Efluentes Líquidos, quando aplicáveis

2.2.1 O empreendedor está ciente de que os esgotos sanitários e de processo do estabelecimento devem ser segregados dos demais efluentes e lançados em rede pública coletora ou receber tratamento no próprio local, de acordo com as Normas NBR 7229/93 e NBR 13.969/97 da ABNT e Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, n.º 357/2005 e 430/2011;

2.2.2 O empreendedor está ciente de que os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados direta ou indiretamente nos corpos d'água com AUTORIZAÇÃO do órgão ambiental competente, conforme ditames das



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 22060009341/2022

Resoluções do CONAMA, nº 357/05 e 430/11;

2.2.3 O empreendedor está ciente de que quando existirem áreas onde haja possibilidade de ocorrência de derramamentos acidentais de substâncias oleosas (por exemplo: bacias de contenção de tanques aéreos de combustíveis, áreas de abastecimento de veículos, oficinas de manutenção de máquinas/equipamentos, áreas de armazenagem de óleo lubrificante, etc.) é obrigatória a instalação de pisos impermeáveis e sistemas de drenagem (exemplo: canaletas) interligados a caixas separadoras de água-óleo, e desde que esta atenda as exigências da Resolução CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011, QUE LIMITA EM 20 MG/LITRO A CONCENTRAÇÃO MÁXIMA DE ÓLEOS E GRAXAS NA SAÍDA da caixa (ou que atendam ou que atendam a normas mais restritivas).

2.2.4 O empreendedor está ciente de que é proibido lançar em via pública, rede de drenagem ou nos corpos receptores qualquer resíduo ou efluente proveniente de vazamento ou derramamento acidental.

2.2.5 O empreendedor deverá manter em bom estado o sistema de drenagem de águas pluviais, de modo a evitar carregamento de material para áreas externas à área da empresa.

2.3 Exigências relativas ao Controle de Resíduos, quando aplicáveis

2.3.1 O empreendedor fica ciente que na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010.

2.3.2 O empreendedor deverá armazenar os resíduos (segundo classificação da "NBR - 10.004 - Resíduos Sólidos - Classificação") de acordo com as normas "NBR - 12.235 - Armazenamento de resíduos sólidos perigosos" e "NBR - 11.174 - Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III - inerte", da ABNT, caso necessário.

2.3.3 Os resíduos sólidos deverão ser adequadamente segregados, acondicionados, coletados, armazenados e transportados, de forma segura, até o destino final, não podendo ser jogados em locais impróprios como terrenos baldios (públicos ou privados), beiras de estrada, proximidades de nascentes, brejos, riachos, rios, lagos, lagoas, mangues, orla marítima, campos, áreas de parques e de preservação e outros ambientes igualmente frágeis, caso necessário.

2.3.4 O empreendedor fica ciente que todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser recolhido, coletado e ter destinação final, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, na forma prevista na Resolução CONAMA nº 362/2005.

2.3.5 O resíduo sólido (lixo) eventualmente gerado deve ser transportado de forma segura até o destino final, não podendo ser utilizado alternativamente, terrenos baldios (público ou privado), nas proximidades de rios, nascentes, lagos, campos, mangues, orla marítima, parques e áreas de preservação e outros ambientes frágeis;

2.4 Exigências relativas ao Controle de Emissões Atmosféricas, quando aplicáveis:

2.4.1 Fica o empreendedor ciente que devem ser tomadas providências em relação às operações ou fontes geradoras de emissões atmosféricas fugitivas a fim de minimizá-las (ou seja, diminuir, ou mesmo impedir o arraste de material particulado pela ação dos ventos), tais como: enclausuramento de instalações, armazenamento fechado de material, umidificação do solo, pavimentação e limpeza de áreas e vias de transporte, caso necessário.

2.4.2 As emissões atmosféricas pontuais (após devido controle ambiental) devem ser lançadas para a atmosfera livre de forma a permitir uma boa dispersão, preferencialmente através de dutos ou chaminés, e não poderão resultar em concentrações ambientais no entorno da instalação da fonte emissora superiores às vigentes como padrão de qualidade do ar.

2.4.3 Fica o empreendedor ciente que as fontes de emissões atmosféricas fugitivas e pontuais, deverão atender aos ditames da Resolução CONAMA nº 008/1990, que estabelece, em nível nacional, limites máximos de emissão de Poluentes do ar;

2.4.4 Fica o empreendedor ciente que terá que ser atendida a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nº 382/2006 e 436/2011, que estabelece em nível nacional, limites máximos de emissão de Poluentes do ar e atender à RC 003/90 quantos aos padrões de qualidade do ar;

2.5 Exigências relativas ao Controle de ruídos, quando aplicáveis:

2.5.1 Visando o controle de ruídos o empreendedor deverá realizar o controle na fonte (exemplo: troca de maquinário, manutenção preventiva, etc.) e/ou na trajetória (exemplo: enclausuramento de maquinário, realização de processos produtivos ruidosos em ambientes fechados, plantio de árvores visando a formação de "barreira vegetal", etc.), caso necessário.

2.5.2 O empreendedor deverá atender à NBR-10.151 (Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade), Resolução CONAMA nº 001/90 (Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos) e Lei Estadual nº 5.715/93, ou aquelas que venham a substituí-las, caso aplicável.

2.6 Exigências relativas aos requisitos de Segurança contra Incêndio e Pânico



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 22060009341/2022

2.6.1 O empreendedor deverá obedecer aos requisitos de Segurança contra Incêndio e Pânico (indispensáveis para promover a segurança de pessoas, instalações e mercadorias) conforme o Certificado de Aprovação, ou ato equivalente, fornecido pelo Corpo de Bombeiros Militar (de acordo com a Lei Estadual nº 6.546/1995 - Dispõe sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão e dá outras providências)

2.7 Exigências relativas a Proteção da Vegetação Nativa

Caso aplicável, fica o empreendedor ciente que:

2.7.1 A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado (Art. 7º, Lei Federal nº 12.651/2012, Novo Código Florestal).

2.7.2 Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos na Lei Federal nº 12.651/2012 (§ 1º, Art. 7º, Lei Federal nº 12.651/2012).

2.7.3 A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado (Art. 17, Lei Federal nº 12.651/2012).

2.7.4 Admite-se a exploração econômica da Reserva Legal mediante manejo sustentável, previamente aprovado pelo órgão competente do Sisnama, de acordo com as modalidades previstas no art. 20 da Lei Federal nº 12.651/2012 (§ 1º, Art. 17, Lei Federal nº 12.651/2012).

2.7.5 A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no Cadastro Ambiental Rural - CAR, e de prévia autorização da SEMA (Art. 26, Lei Federal nº 12.651/2012).

2.7.6 Atender a Resolução do CONAMA Nº 303, de 20 de Março de 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de área de Preservação Permanente (APP); a total desobediência acarretará ao infrator responsabilidades civil e criminal e cassação da Licença Ambiental, conforme determina a Legislação Ambiental em vigor;

2.8 - Condições Específicas – Exigências relativas ao Controle de Aspectos Ambientais e OUTRAS:

2.8.1 Está o empreendedor ciente de que é crime causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

2.8.2 As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados". Art. 225, § 3º da Constituição de 1988 – República Federativa do Brasil;

2.8.3 Qualquer dano ambiental ou irregularidade causada pela operação incorreta da atividade será de responsabilidade total do empreendedor, que deverá tomar todas as providências cabíveis para sanar o dano e comunicar em tempo hábil a esta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA;

2.8.4 O empreendimento terá que implementar as Medidas Mitigadoras de Impacto Ambiental contidas nos estudos ambientais apresentados e aprovados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA.

2.8.5 Fica o EMPREENDEDOR ciente que é infração ambiental construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes (Dec. Federal 6.514/08).

2.8.6 A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA não se responsabiliza pela instalação incorreta do empreendimento e desenvolvimento da atividade, ficando a responsabilidade total sob a tutela do empreendedor.

2.8.7 É de inteira responsabilidade do empreendimento, todas as ações necessárias para que as atividades do sistema sejam executadas sejam operadas de forma eficiente, técnica, segura e ambientalmente correta;

2.8.8 Medidas adicionais de controle ou novas exigências de licenciamento poderão ser formuladas sempre que considerado necessário, pela SEMA;

2.8.9 Fica o empreendedor, ciente de que o não cumprimento dessas exigências, assim como todo e qualquer dano causado ao meio ambiente, por negligência, omissão ou imperícia, é de inteira responsabilidade, podendo a licença ser cassada a qualquer momento por este órgão ou pela via jurídica e o infrator responsabilizado civil e criminalmente, conforme a determinação a legislação ambiental em vigor.

3 - Condições Específicas – Sobre a solicitação da renovação da Licença de Operação:



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 22060009341/2022

3.1 O empreendedor deverá solicitar a esta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, a renovação da LO que autoriza a continuação da operação da atividade fim, no prazo previsto pela legislação, ou seja, com no mínimo 120 dias de antecedência apresentando na oportunidade os documentos considerados necessários, pela SEMA, de acordo com a RC 237/97 e demais dispositivos pertinentes. A desobediência acarretará ao infrator responsabilidades civil e criminal e cassação da Licença Ambiental, conforme determina a Legislação Ambiental em vigor.

3.2 O empreendedor deverá apresentar, quando da solicitação da prorrogação da LO os documentos exigidos na legislação em vigor.

4 - RECOMENDAÇÕES ADICIONAIS:

4.1 O empreendedor deverá manter as áreas de entorno da atividade sob constante vigilância, objetivando a prevenção de incêndios de forma a evitar danos à flora e fauna remanescentes ali existentes, bem como o contato de pessoas que possam ser vítimas de patologias da atividade;

4.2 Não desenvolver suas atividades sem obtenção das licenças ambientais pertinentes.

4.3 O empreendimento deverá estabelecer-se operar em consonância com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 385 de 27 de dezembro de 2006, que institui procedimentos a serem adotados para o licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte.

4.4 A SEMA deverá estabelecer cronograma de fiscalização à atividade e certificar-se, por meio destas, a constatação da não agressão ambiental ao local.

4.5 O empreendimento deverá desenvolver suas atividades em coadjuvância com a Lei estadual nº 8.761 de 1º de abril de 2008, alterada pela Lei Estadual nº 8.839 de 15 de julho de 2008.

4.7 Os aspectos de preservação e proteção do meio ambiente referentes à operação do empreendimento serão considerados e analisados nesta fase de licenciamento posterior.

5 - RELATÓRIOS E PLANOS

RADA - Relatório Anual de Desempenho Ambiental, Automonitoramento e Cumprimento de Condicionantes - RADA

5.1 O empreendedor deverá apresentar o Relatório Anual de Desempenho Ambiental, Automonitoramento e Cumprimento de Condicionantes – RADA, anualmente. Este Relatório trata-se de um documento que relata e evidencia o ATENDIMENTO (ou, quando for o caso, apresentando as devidas justificativas legais e técnicas) de todas as condicionantes constantes nesta licença ambiental;

5.2 O RADA deverá conter, no mínimo, as evidências em fotografias, mapas/plantas, tabelas e gráficos, laudos de análises laboratoriais, etc., referente as ações exercidas pelas atividades constantes nas licenças e seus respectivos aspectos ambientais das condicionantes que compõe esta licença ambiental;

5.3 Os dados a serem preenchidos devem ser referentes ao exercício da atividade no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior;

5.4 O período regular para preenchimento e entrega do RADA é de 1º de fevereiro a 31 de março de cada ano.

5.5 Exigências relativas ao cumprimento dos Planos

O empreendedor deverá cumprir as diretrizes recomendadas pelos seguintes planos/programas:

5.5.1 Programa de Treinamento de Pessoal em Operação, Manutenção e Resposta a Incidentes

5.5.2 Plano de Ação de Emergência

5.5.3 Plano de Manutenção de Equipamentos, Sistemas e Procedimentos Operacionais

5.5.4 Plano de Controle Ambiental

5.5.5 Plano de Gerenciamento de Resíduos

5.6 O empreendimento deverá aplicar/atender ao estabelecido na Resolução Conama 316/2002.

5.7 O empreendedor deverá apresentar Plano de contingência e Plano de emergência após recebimento da licença.

5.8 AUTOMONITORAMENTO

O empreendimento deverá monitorar:

A - Particulados totais em suspensão (PTS) por Amostrador de Grande Volume em um ponto no centro do pátio da empresa, com frequência semestral.

B - Ruídos no centro do pátio da empresa com frequência bimestral.

Os resultados deverão ser repassados integralmente via RADA, anualmente.



Documento assinado eletronicamente em 12/09/2022, às 18:01.

Assinado por: RAFAEL FERREIRA MACIEL - Cargo: SECRETÁRIO (A) ADJUNTO (A) DE DE LICENCIAMENTO

Código Verificador: 17896211, Código CRC: AJCKLEC2

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.



Documento assinado eletronicamente em 12/09/2022, às 19:08.

Assinado por: RAYSA QUEIROZ MACIEL RODRIGUES - Cargo: SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Código Verificador: 17896211, Código CRC: AJCKLEC2

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Licença de Operação Nº 1013405/2020

VALIDADE ATÉ

05/02/2024

PROCESSO SEMA Nº 20010029751/2020

E-PROCESSOS Nº 14024/2020

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA com base na legislação que regulamenta o processo de licenciamento autoriza:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: C & E Gestão Ambiental Ltda

ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: Transporte rodoviário de produtos perigosos

CPF OU CNPJ:

32.879.596/0001-38

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

12.591.942-5

ENDEREÇO:

Rodovia Br 135, Km 227, Km 227, Zona Rural

MUNICÍPIO:

Peritoró - MA

CEP:

65418-000

A OPERAR A ATIVIDADE: Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, com Coleta (resíduo infectante de serviços de saúde)

A LOCALIZAR-SE EM: Estado do Maranhão conforme rotograma

Obs.: Vide verso desta licença as EXIGÊNCIAS / RECOMENDAÇÕES

São Luis - MA 05/02/2020



1013405/2020

Rafael Carvalho Ribeiro

Secretário

Matrícula: 3901422

OBS.: - AS CONDIÇÕES SERÃO ESTABELECIDAS NOS ANEXOS;

- ESTA LICENÇA RESTRINGE-SE SOMENTE A OPERAÇÃO DA ATIVIDADE;

- O PRESENTE DOCUMENTO NÃO DESOBRIGA O LICENCIAMENTO DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS JUNTO A ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E/OU FEDERAIS PARA A LEGALIDADE PLENA DO ESTABELECIMENTO.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 20010029751/2020

1 - RECOMENDAÇÕES, CONDICIONANTES E EXIGÊNCIAS DE LICENCIAMENTO (LO – LICENÇA DE OPERAÇÃO. REF: PROCESSO 20010029751/2020 – 14024/2020)

Condições Gerais:

1.1 Está o empreendedor C & E Gestão Ambiental Ltda, CNPJ 32.879.596/0001-38, inscrição estadual 12.591.942-5, com sede operacional administrativa à Rodovia BR 135, Km 227, zona rural, Peritoró - MA, CEP 65.418-000, autorizado a operar a atividade de TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS COM COLETA (Resíduo infectante de serviços de saúde), no estado do Maranhão, conforme rotograma apresentado e através dos veículos licenciados. Esta LO não licencia outras atividades ou transporte de outros produtos que não sejam aqueles objetos de transporte pelo veículo licenciado, especialmente produtos florestais e espécies faunísticas. Coordenadas geográficas de referência: 04° 21' 21.5" S / 44° 21' 56.48" W

VEÍCULOS AUTORIZADOS: PLACAS QKD 7806 e MWI 8695.

1.2 Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;

1.3 A presente licença ambiental foi expedida com base em informações e documentos juntados pelo requerente, de sua exclusiva responsabilidade.

1.4 A SEMA não se responsabiliza por eventual uso indevido da presente Licença, advindo de dolo ou má fé.

1.5 A SEMA, mediante decisão motivada, poderá modificar estas condicionantes, suspender ou cancelar esta Licença, caso ocorra:

1. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
2. Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição desta licença;
3. Graves riscos ambientais e de saúde.

Ou seja, se motivada e julgar necessário, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA poderá intervir a qualquer momento, para exigir medidas adicionais de controle ambiental, em qualquer fase do licenciamento, inclusive monitoramentos específicos na fase pertinente.

1.6 O empreendedor deverá comunicar imediatamente à SEMA, qualquer anormalidade ocorrida na atividade ora licenciada que possa ser classificada como acidente ambiental;

1.7 Qualquer modificação no empreendimento/atividade somente poderá ser realizada após exame e manifestação da SEMA, ou seja, qualquer modificação no projeto deve ser comunicada, com antecedência, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, para análise e pronunciamento formal

1.8 Fica o EMPREENDEDOR ciente de que o não cumprimento das exigências da presente Licença, assim como todo e qualquer dano causado ao meio ambiente, por negligência, omissão ou imperícia, é de inteira responsabilidade, podendo a licença ser cassada a qualquer momento por este órgão ou pela via jurídica e o infrator responsabilizado civil e criminalmente, conforme a determinação a legislação ambiental em vigor.

1.9 Esta licença ambiental (e respectivas condicionantes) deverá ficar exposta em local de fácil acesso e visualização.

1.10 O empreendedor deverá afixar placa indicativa de licenciamento ambiental em local visível, preferencialmente na sede operacional do empreendimento ou voltada para a via que favoreça a melhor visualização. O modelo e as especificações da placa indicativa de licenciamento ambiental encontra-se no site da SEMA e estar de posse da licença no veículo autorizado.

1.11 Esta Licença se usada para fins ilícitos ou não autorizados está sujeita a ser cassada a qualquer momento, por este órgão ou pela via judicial e o infrator responsabilizado civil e criminalmente, conforme determina a legislação ambiental em vigor;

2 - Condições Específicas – Exigências relativas ao Controle de Aspectos Ambientais e OUTRAS, quando pertinentes e/ou aplicáveis:

2.1 – Exigências relativas ao cumprimento da legislação ambiental

2.1.1 Está o empreendedor ciente de que é crime causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

2.1.2 As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados". Art.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 20010029751/2020

- 225, § 3º da Constituição de 1988 – República Federativa do Brasil;
- 2.1.3 Qualquer dano ambiental ou irregularidade causada pela operação incorreta da atividade será de responsabilidade total do empreendedor, que deverá tomar todas as providências cabíveis para sanar o dano e comunicar em tempo hábil a esta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA;
- 2.1.4 O empreendimento terá que implementar as Medidas Mitigadoras de Impacto Ambiental contidas no PAE - PLANO DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS, aprovado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA.
- 2.1.5 Fica o EMPREENDEDOR ciente que é infração ambiental construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes (Dec. Federal 6.514/08).
- 2.1.6 A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA não se responsabiliza pela instalação incorreta do empreendimento e desenvolvimento da atividade, ficando a responsabilidade total sob a tutela do empreendedor.
- 2.1.7 A empresa terá que cumprir às regras e procedimentos estabelecidos no Decreto nº 96.044, do Ministério dos Transportes, onde pertinente;
- 2.1.8 A empresa terá que implementar todas as ações contempladas no PAE apresentado ao Órgão Estadual do Meio Ambiente. O material licenciado para transporte deverá ser transportado de forma segura devendo ser observados todos os requisitos necessários para tanto, inclusive manutenção e condição operacional da frota.
- 2.1.9 É de inteira responsabilidade do empreendimento, todas as ações necessárias para que as atividades de transporte executadas sejam operadas de forma eficiente, técnica, segura e ambientalmente correta;
- 2.1.10 Medidas adicionais de controle ou novas exigências de licenciamento poderão ser formuladas sempre que considerado necessário, pela SEMA;
- 2.1.11 Fica o empreendedor, ciente de que o não cumprimento dessas exigências, assim como todo e qualquer dano causado ao meio ambiente, por negligência, omissão ou imperícia, é de inteira responsabilidade, podendo a licença ser cassada a qualquer momento por este órgão ou pela via jurídica e o infrator responsabilizado civil e criminalmente, conforme a determinação a legislação ambiental em vigor.
- 2.1.12 Fica o empreendedor, ciente de que deverá cumprir ao que determina a legislação afim, especialmente: Decreto Federal nº 96.044 de 18.05.1988; Portaria nº 402, de 9 de Setembro de 1998; Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 7.804, de 18 de Julho de 1989; Portaria 291 de 31.05.1988 – Ministério dos Transportes; NBR – 7500 – Transporte de Cargas Perigosas - Simbologia de Manuseio; NBR – 7501 – Transporte de Cargas Perigosas - Terminologia; NBR – 7503 – Ficha de Emergência para o Transporte de Cargas Perigosas; NBR – 7504 – Envelope para o Transporte de Cargas Perigosas; NBR – 8286 – Transporte de Cargas Perigosas – Sinalização Rotulagem Preventiva; NBR – 9735 – EPI's para o Transporte de Cargas Perigosas; NBR – 12710 – Transporte de Cargas Perigosas – Proteção contra Incêndio; NBR – 14064 – Transporte de Cargas Perigosas – Atendimento de Emergência; NBR – 14095 – Transporte de Cargas Perigosas – Estacionamento adequado.
- 2.1.13 Constituem deveres e obrigações do transportador (DECRETO Nº 96.044, DE 18 DE MAIO DE 1988.)
- I – dar adequada manutenção e utilização aos veículos e equipamentos;
 - II – fazer vistoriar as condições de funcionamento e segurança do veículo e equipamento, de acordo com a natureza da carga a ser transportada, na periodicidade regulamentar;
 - III – fazer acompanhar, para ressalva das responsabilidades pelo transporte, as operações executadas pelo expedidor ou destinatário de carga, descarga e transbordo, adotando as cautelas necessárias para prevenir riscos à saúde e integridade física de seus prepostos e ao meio ambiente;
 - IV – transportar produtos a granel de acordo com o especificado no "Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel" (art. 22, I);
 - V – requerer o Certificado de Capacitação para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel", quando for o caso, e exigir do expedidor os documentos de que tratam os Itens II e III do art. 22;
 - VI – providenciar para que o veículo porte o conjunto de equipamentos necessários às situações de emergência, acidente ou avaria (art. 3º), assegurando-se do seu bom funcionamento;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 20010029751/2020

VII – instruir o pessoal envolvido na operação de transporte quanto à correta utilização dos equipamentos necessários às situações de emergência, acidente ou avaria, conforme as instruções do expedidor;

VIII – zelar pela adequada qualificação profissional do pessoal envolvido na operação de transporte, proporcionando-lhe treinamento específico, exames de saúde periódicos e condições de trabalho conforme preceitos de higiene, medicina e segurança do trabalho;

IX – fornecer a seus propostos os trajes e equipamentos de segurança no trabalho, de acordo com as normas expedidos pelo Ministério do Trabalho, zelando para que sejam utilizados nas operações de transporte, carga, descarga e transbordo;

X – providenciar a correta utilização, nos veículos e equipamentos, dos rótulos de risco e painéis de segurança adequados aos produtos transportados;

XI – realizar as operações de transbordo observando os procedimentos e utilizando os equipamentos recomendados pelo expedidor ou fabricante do produto;

XII – assegurar-se de que o serviço de acompanhamento técnico especializado preenche os requisitos deste Regulamento e das instruções específicas existentes (art. 23);

XIII – dar orientação quanto à correta estivagem da carga no veículo, sempre que, por acordo com o expedidor, seja co-responsável pelas operações de carregamento e descarregamento.

Parágrafo único. Se o transportador receber a carga lacrada ou for impedido, pelo expedidor ou destinatário, de acompanhar carga e descarga, ficará desonerado da responsabilidade por acidente ou avaria decorrentes do mau acondicionamento da carga.

2.2 Exigências relativas ao Uso de Recursos Hídricos

2.2.1 O empreendedor está ciente de que em caso de utilização de recursos hídricos estão sujeitos a outorga pelo Poder Público conforme direitos dos seguintes usos de recursos hídricos, especificamente (conforme Art. 12, da Lei Federal nº 9.433/1997):

I - Captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo;

II - Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

2.3 Exigências relativas ao Controle de Efluentes Líquidos

2.3.1 O empreendedor está ciente de que os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados direta ou indiretamente nos corpos d'água com AUTORIZAÇÃO do órgão ambiental competente (no caso a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA/MA), conforme ditames das Resoluções do CONAMA, nº 357/05 e 430/11.

2.4 Exigências relativas ao Controle de Resíduos

2.4.1 O empreendedor deve estar ciente que: Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010.

2.4.2 Os resíduos sólidos deverão ser adequadamente segregados, acondicionados, coletados, armazenados e transportados, de forma segura, até o destino final, não podendo ser jogados em locais impróprios como terrenos baldios (públicos ou privados), beiras de estrada, proximidades de nascentes, brejos, riachos, rios, lagos, lagoas, mangues, orla marítima, campos, áreas de parques e de preservação e outros ambientes igualmente frágeis.

2.4.3 O empreendedor está ciente de que todo óleo lubrificante usado ou contaminado, de qualquer origem, especialmente veículos e máquinas, deverá ser recolhido, coletado e ter destinação final, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, na forma prevista na Resolução CONAMA nº 362/2005.

2.5 Exigências relativas ao Controle de Emissões Atmosféricas

2.5.1 O empreendedor deverá realizar manutenção preventiva do veículo transportador para mantê-lo em condições satisfatórias de emissões que não possam comprometer o ar ambiente.

3 - Condições Específicas – Sobre a Renovação de Licença de Operação:

3.1 Antes do vencimento da LO, com 120 dias de antecedência, no mínimo, o empreendedor deverá solicitar a esta



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 20010029751/2020

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, a renovação da mesma no prazo estabelecido pela legislação, que autoriza a continuação do desenvolvimento da atividade fim, apresentando na oportunidade os documentos considerados necessários, pela SEMA, de acordo com a RC 237/97. A desobediência acarretará ao infrator responsabilidades civil e criminal e cassação da Licença Ambiental, conforme determina a Legislação Ambiental em vigor.

4 - RECOMENDAÇÕES ADICIONAIS:

4.1 Não realizar o transporte de produtos perigosos no período noturno. O motorista responsável pelo transporte deve trafegar por via pública durante o dia. Parar a partir das 18:00h nos pontos de apoio conforme rotograma e voltar a trafegar a partir das 6:00h da manhã.

4.2 O motorista responsável pelo transporte de produtos perigosos não deve realizar ultrapassagem ao veículo que está a sua frente em movimento na estrada sobre hipótese alguma, salvo se o veículo da frente estiver parado e houver condições de ultrapassagem correta.

4.3 O veículo transportando produto perigoso só poderá estacionar para descanso ou pernoite em áreas previamente determinadas pelas autoridades competentes e, na inexistência de tais áreas, deverá evitar o estacionamento em zonas residenciais, logradouros públicos ou locais de fácil acesso ao público, áreas densamente povoadas ou de grande concentração de pessoas ou veículos; Decreto nº 96.044 / 88, Art. 14.

4.4 Os condutores dos veículos deverão ter treinamento específico, segundo programa aprovado pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e deverão portar os documentos obrigatórios exigidos pela Legislação pertinente;

4.5 Os veículos deverão portar rótulos de riscos específicos de acordo com a ABNT Norma Brasileira NBR (Simbologia), enquanto durar a operação de carga, transporte e transbordo

4.6 Os veículos deverão portar também, Kit de emergência de acordo com a Norma NBR 9735.

4.7 Em caso de acidente ou pane do veículo o motorista deve adotar o seguinte procedimento Isolar a área afastando curiosos; Sinalizar o local do acidente ou pane do veículo; Eliminar ou manter afastadas todas as fontes de ignição; Entregar a(s) ficha (s) de emergência aos socorros públicos, assim que chegarem; Avisar imediatamente ao transportador, ao expedidor do produto, ao corpo de bombeiros e à polícia.

4.8 Em caso de sinistro (IRPP- Incidente Rodoviário com Produtos Perigosos (IRPP)), o atendimento rodoviário urgente a veículos com produtos perigosos, deve-se efetuar com base nas oito etapas operacionais estabelecidas pela Norma disciplinadora: Primeiras medidas de segurança; Identificação do cenário ;Identificação do incidente*; Avaliação dos riscos*; Avaliação de recursos; Ação de urgência;Redução do dano*; Restauração do tráfego.

4.9 Os veículos para o transporte de produtos perigosos deverão possuir:

Pneus em boas condições;

Sistema de sinalização do veículo em ordem;

Sistema de freios em perfeitas condições;

Tacógrafo (caminhões);

Bom aspecto geral;

Placas e painéis de segurança conforme NBR 7500;

Extintor BC – PQS 2Kg – no cavalo mecânico (1).

Lanterna de no mínimo duas pilhas médias, quando transportar “os produtos perigosos”. Por haverem produtos inflamáveis, a lanterna deverá ser à prova de explosão e/ou lanterna de segurança aumentada, combinada com segurança intrínseca;

Extintores BC – PQS 12Kg – na carreta (4).

Placas de advertência “PERIGO, NÃO FUME” (2).

Placas de advertência “PERIGO, AFASTE-SE” (4).

Pá anti-faiscante (1).

Enxada - anti-faiscante (1).

Lonas dobradas (2).

Cones grandes de 75cm (4).

Cones pequenos de 50cm (10).

Dispositivos para sustentação da fita zebra (10).

Fita zebra de 200m (1).

Baldes de alumínio com cabo – terra (2).

Calços de madeira (4).

Jogo de ferramentas (1).



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 20010029751/2020

Capacete de segurança.
Avental contra produtos químicos (02).
Óculos contra respingos (02).
Mantas de absorção (03).
Par de luvas PVC (02).
Martelo de madeira (01).
Jogo de Ferramentas (Alicates, Chave Fenda E Philips, Chave De Boca) (01).
Máscara com filtro de Carvão (02).



Documento assinado eletronicamente em 07/02/2020, às 17:48.

Assinado por: RAFAEL CARVALHO RIBEIRO - Cargo: SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Código Verificador: 41796242, Código CRC: BOITRN60

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Licença de Operação Nº 1148232/2022

VALIDADE ATÉ

15/07/2026

PROCESSO SEMA Nº 21110057703/2021

E-PROCESSOS Nº 233443/2021

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA com base na legislação que regulamenta o processo de licenciamento autoriza:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Central De Gerenciamento Ambiental Titara S.a

ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: Tratamento e disposição final de resíduos

CPF OU CNPJ:

13.742.401/0001-69

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

N/A

ENDEREÇO:

Fazenda Arapixi, S/n, Zona Industrial, Buenos Aires

MUNICÍPIO:

Rosário - MA

CEP:

65150-000

A OPERAR A ATIVIDADE: Central de Tratamento de Resíduos - Aterro sanitário e industrial para resíduos não perigosos - classe II; Aterro industrial para resíduos perigosos - classe I; Galpão de custódia; blendagem e solidificação de resíduos; Estação de Tratamento de Efluentes (processo

A LOCALIZAR-SE EM: Fazenda Arapixi s/n, zona industrial, bairro Bueno Aires, Rosário - MA, CEP 65.150-000

Obs.: Vide verso desta licença as EXIGÊNCIAS / RECOMENDAÇÕES

São Luis - MA 15/07/2022



1148232/2022

Raysa Queiroz Maciel Rodrigues

Secretário

CPF: 049.414.583-89

Rafael Ferreira Maciel

Secretário Adjunto

Matrícula: 875246-02

OBS.: - AS CONDIÇÕES SERÃO ESTABELECIDAS NOS ANEXOS;

- ESTA LICENÇA RESTRINGE-SE SOMENTE A OPEARAÇÃO DA ATIVIDADE:

- O PRESENTE DOCUMENTO NÃO DESOBRIGA O LICENCIAMENTO DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS JUNTO A ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E/OU FEDERAIS PARA A LEGALIDADE PLENA DO ESTABELECIMENTO.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 21110057703/2021

1 - RECOMENDAÇÕES, CONDICIONANTES E EXIGÊNCIAS DE LICENCIAMENTO (RenLO – Renovação de Licença de Operação – (Processo SEMA nº 21110057703/2021, e- Processo 233443/2021). PT 1015/2021.

1 - Condições Gerais:

1.1 Está o empreendedor Central de Gerenciamento Ambiental Titara S/A (CGA TITARA), CNPJ 13.742.401/0001-69, autorizado a continuar operando a atividade de tratamento Aterro sanitário e Industrial para resíduos não perigosos - classe II; aterro industrial para resíduos perigosos - classe I; Galpão de custódia; Blendagem e Solidificação de resíduos; Estação de Tratamento de Efluentes (processo físico-químico-biológico e osmose reversa) e sua estrutura de apoio, no município de Rosário – MA, sito à Fazenda Arapixi, s/n, bairro Buenos Aires/Distrito Industrial, CEP: 65.150-000. Coordenadas geográficas de referência:

Latitude:

2° 55' 42,40" S

Longitude:

44° 16' 42,65" W

1.2 Esta licença não autoriza outras atividades que não sejam as previstas na mesma e diz respeito aos aspectos ambientais e não exige o empreendedor de atender às demais licenças e autorizações federais, estaduais ou municipais exigíveis por lei. Esta licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exige o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;

1.3 Esta licença não é considerada como título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse de imóvel.

1.4 A presente licença ambiental foi expedida com base em informações e documentos juntados pelo requerente, de sua exclusiva responsabilidade.

1.5 A SEMA não se responsabiliza por eventual uso indevido da presente licença, advindo de dolo ou má fé.

1.6 O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais (CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1995, art. 19 inciso i)

Omissão ou falsa declaração de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença (CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1995, art. 19 inciso ii)

Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde (CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1995, art. 19 inciso iii);

1.7 O empreendedor deverá comunicar imediatamente à SEMA, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;

1.8 Qualquer modificação no empreendimento/projeto deve ser comunicada, com antecedência, à Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, para análise e pronunciamento/manifestação formal;

1.9 O não cumprimento das condições relacionadas na licença, assim como, todo e qualquer dano ambiental provocado pelas atividades do empreendimento, será de inteira responsabilidade do empreendedor.

1.10. A licença e seus anexos (condicionantes) deverão ficar expostos e em local de fácil acesso e visualização; O empreendedor deverá afixar placa indicativa de licenciamento ambiental em local visível, preferencialmente no acesso principal ao empreendimento ou voltada para a via que favoreça a melhor visualização.

1.11. O empreendedor terá que implementar as medidas mitigadoras de impacto ambiental contida nos Estudos ambientais e PBAs aprovados, todos os programas e planos sugeridos, dando continuidade à implementação das compensações e contrapartidas assumidas. As evidências deverão ser catalogadas e apresentadas à SEMA quando pertinentes e/ou aplicáveis.

1.12 Medidas adicionais de controle ou novas exigências de licenciamento poderão ser formuladas sempre que considerado necessário, pela SEMA;

1.13 O empreendedor deverá manter as áreas do empreendimento sob vigilância 24h, objetivando a prevenção de incêndios e/ou explosões de forma a evitar danos à flora e fauna remanescentes ali existentes, bem como o contato de pessoas que possam ser vítimas de patologias e acidentes de atividade.

1.14 - Fica o empreendedor ciente que é infração ambiental construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 21110057703/2021

e regulamentos pertinentes (dec. federal 6.514/08).

1.15 - A Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA não se responsabiliza pela operação incorreta das atividades do empreendimento ficando a responsabilidade total sob tutela do empreendedor.

1.16 – É de inteira responsabilidade do empreendedor responsável pelo empreendimento, todas as ações necessárias para que o mesmo seja operado de forma eficiente, técnica, segura e ambientalmente correta;

1.17 - Fica o empreendedor, ciente de que o não cumprimento dessas exigências, assim como todo e qualquer dano causado ao meio ambiente, por negligência omissão ou imperícia, é de inteira responsabilidade, podendo a licença ser cassada a qualquer momento por este órgão ou pela via jurídica e o infrator responsabilizado civil e criminalmente, conforme determina legislação ambiental em vigor;

1.18 - Esta licença de usada para fins ilícitos ou não autorizados estar sujeita a ser cassada a qualquer momento, por este órgão ou via judicial e o infrator responsabilizado civil e criminalmente, conforme determina a legislação ambiental em vigor;

1.19 - Se motivada e julgar necessário, a secretaria de estado de meio ambiente e recursos naturais – sema, poderá intervir a qualquer momento, para exigir medidas adicionais de controle ambiental, em qualquer fase do licenciamento, sempre que julgar necessário;

1.20 - O empreendedor deverá manter vigilância permanente, durante 24h, na área do empreendimento.

1.21 - Ficam mantidas as exigências de licenciamentos anteriores, qualquer que seja a licença: LP, LI, LO, RENLO quando pertinentes e/ou aplicáveis, especialmente no que diz respeito a futuras expansões.

2 - Condições Específicas – Exigências relativas ao Controle de Aspectos Ambientais, quando pertinentes e/ou aplicáveis:

2.1 Exigências relativas ao Uso de Recursos Hídricos

2.1.1 O empreendedor deverá atender aos objetivos e diretrizes da política nacional de recursos hídricos, atentando, principalmente, aos seguintes pontos (conforme art. 2º e 3º, da lei federal nº 9.433/1997):

I - A utilização racional e integrada dos recursos hídricos com vistas ao desenvolvimento sustentável;

II - A integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

2.1.2 O empreendedor está ciente de que está sujeito a outorgas pelo poder público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos, especificamente (conforme art. 12, da Lei federal nº 9.433/1997):

I - Captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final ou insumo de processo produtivo;

II - Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

2.2 Exigências relativas ao Controle de Efluentes Líquidos

2.2.1 o empreendedor está ciente de que os esgotos sanitários do estabelecimento devem ser segregados dos demais efluentes e lançados em rede pública coletora ou receber tratamento no próprio local, de acordo com as normas NBR 7229/93 e NBR 13.969/97 da ABNT e CONAMA, N.º 357/2005 e 430/2011;

2.2.2 Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nos corpos d'água com autorização do órgão ambiental competente e desde que atendam aos padrões estabelecido pelas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 357/2005, 430/2011 e 397/2008 e com autorização da SEMA. A atividade fica inclusa nesta proposição. A empresa deverá manter o sistema de captação de óleo gerado no setor de abastecimento, oficinas e lavagem de veículos e S.A.O em perfeitas condições de operação de forma a manter a eficiência do escoamento laminar e de retenção de óleo. Os óleos usados deverão ser coletados por empresas habilitadas e devidamente licenciadas e a drenagem de efluentes de qualquer natureza da área deverá ser dirigida à ETE;

2.2.3 O empreendedor fica ciente que, quando existirem áreas onde haja possibilidade de ocorrência de derramamentos acidentais de substâncias oleosas (por exemplo, bacias de contenção de tanques aéreos de combustíveis, áreas de abastecimento de veículos, oficinas de manutenção de máquinas/equipamentos, áreas de armazenagem de óleo lubrificante etc.) É obrigatória a instalação de pisos impermeáveis e sistemas de drenagem (exemplo: canaletas) interligados a caixas separadoras de água-óleo, e desde que esta atenda as exigências da Resolução CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011, que limita em 20 mg/litro a concentração máxima de óleos e graxas na saída da caixa (ou que atendam ou que atendam a normas mais restritivas).

2.2.4 O empreendedor fica ciente que é proibido lançar em via pública, rede de drenagem ou nos corpos receptores



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 21110057703/2021

qualquer resíduo ou efluente proveniente de vazamento ou derramamento accidental;

2.2.5 O empreendedor deverá sempre implantar os dispositivos de drenagem pluvial, ao redor das células dos aterros classe I e II antes da operação dos mesmos e manter os mesmos em boas condições bem como as canaletas de águas superficiais desobstruídas, de forma a permitir a drenagem adequada;

2.2.6 O empreendimento deverá recompor as drenagens de percolado/chorume e de gases que se apresentarem danificadas, interligando-as aos drenos dos sistemas de captação já existentes, de forma que o chorume seja encaminhado a Estação de Tratamento de chorume, e o biogás seja conduzido para a queima controlada em flar e, para a Usina Termoelétrica para geração de energia através do aproveitamento do biogás;

2.3 Exigências relativas ao Controle de Resíduos

2.3.1 O empreendedor fica ciente que na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010.

2.3.2 O EMPREENDEDOR DEVERÁ DISPOR E ATENDER A UM SISTEMA DE MANIFESTO DE RESÍDUOS, TANTO NO QUE DIZ RESPEITO A RECEPÇÃO DOS RESÍDUOS PARA TRATAMENTO OU DISPOSIÇÃO QUANTO AO QUE DIZ RESPEITO AO TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DELES;

2.3.2 O empreendedor deverá armazenar os resíduos (segundo classificação da NBR 10.004 – resíduos sólidos – classificação; NBR 12.235 – armazenamento de resíduos sólidos perigosos e NBR 11.174 - armazenamento de resíduos classes II não inertes e inerte”, da ABNT caso necessário.

2.3.3 Os resíduos sólidos domésticos deverão ter acondicionamento adequado e devem ser transportados de forma segura, até o tratamento final, não podendo ser jogado em locais impróprios como terrenos baldios (público ou privado), beiras de estrada nas proximidades de nascentes, brejos, riachos, rios, lagos, lagoas, mangues, orla marítima, campos, áreas de parques e de preservação e outros ambientes igualmente frágeis. Para os resíduos da atividade fim estão sendo dirigidas condicionantes específicas;

2.3.4 o empreendedor fica ciente que todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser recolhido, coletado e ter destinação final, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, na forma prevista na Resolução CONAMA nº 362/2005.

2.3.5 O empreendedor deverá dispor e atender ao sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR SINIR (Portaria 280/2020 – Ministério do Meio Ambiente 29/06/2020 - Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR), tanto no que diz respeito a recepção dos resíduos para tratamento ou disposição, quanto ao que diz respeito ao transporte e destinação dos mesmos;

2.3.6 Os resíduos industriais a serem dispostos no aterro classe I, deverão ser mantidos em galpão projetado até a cobertura final (conforme critérios ABNT NBR 10157/1987), visando a inibição de geração de percolados por incidência da chuva. E, não poderão conter líquidos livres e apresentar concentração de PSB's superior a 50 ppm, e não poderão conter ainda composição orgânica acima das seguintes concentrações: clorofórmio = 6,0mg/kg; dicloroetileno = 6,0mg/kg; tetracloreto de carbono = 6,0mg/kg; tetracloroetano = 6,0mg/kg e triclorobenzano = 19,0mg/kg.

2.3.7 Outras medidas para os resíduos classe I – perigosos: dispor na célula somente resíduos enquadrados na classe I (resíduos perigosos), estabelecida pela norma técnica ABNT 10.004/2004, sendo que o gerenciamento da célula deverá acontecer conforme dispõe a norma técnica ABNT 10157/1987;

2.3.8 O empreendedor deverá informar e solicitar as empresas que enviam resíduos para disposição final, que tal atividade pressupõe a correta segregação dos resíduos na origem e operar apenas com empresas transportadoras licenciadas para transporte de resíduos (perigosos - classe I, e não perigosos - classe II);

2.3.9 Apresentar anualmente o protocolo de entrega do relatório de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras dos recursos ambientais (RAPP do IBAMA).

2.3.10 O empreendedor deverá proceder quanto da exaustão das células dos aterros, a recuperação da área conforme previsto no projeto e normas afins e evitar todas as formas de acúmulo de água que possam se transformar em vetores patológicos, eliminando também métodos de trabalho e ambientes que possam ser propícios a proliferações de insetos e outros agentes causadores de doenças;

2.3.11 No encerramento de uma célula de qualquer dos aterros este fato deverá ser informado à Sema para estabelecimentos dos projetos ambientais necessários à inclusão da nova célula e para pronunciamento formal. Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser informados à Sema;

2.3.12 O empreendedor deverá preservar inclinação superior dos maciços de lixo em pelo menos 2% de forma a impedir o empoçamento das águas pluviais e manter configuração final dos taludes internos formadores das células com inclinação 1:2. Deverá ser implementado e mantido sistema de drenagem de águas pluviais definitivo de forma eficiente;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 21110057703/2021

2.3.13 O empreendedor deverá manter a frente de lançamento/disposição (operacional) no menor espaço possível devendo os resíduos receber recobrimento diários e manter as vias de acesso em perfeitas condições de tráfego, preservando declividades compatíveis com os equipamentos de transportes de resíduos e inclinação transversal de 2% do eixo em direção aos bordos, drenagem de águas pluviais, revestimento, dentre outros;

2.3.14 Fica o empreendedor autorizado a receber resíduos de outros estados da federação conforme autorização sema 27/2015, desde que dê ciência ao órgão, apresentando o quadro de movimentação de resíduos estabelecido na referida autorização, e, deverá manter à disposição do órgão ambiental o arquivo dos registros da balança, relativos ao recebimento de resíduos;

2.4 Exigências relativas ao Controle de Emissões Atmosféricas e Qualidade do Ar ambiente

2.4.1. Fica o empreendedor ciente que deve ser tomadas providências em relação às operações ou fontes geradoras de emissões atmosféricas fugitivas a fim de minimizá-las (ou seja, diminuir, ou mesmo impedir o arraste de material particulado pela ação dos ventos), tais como: enclausuramento de instalações, armazenamento fechado de material, umidificação do solo, pavimentação e limpeza de áreas e vias de transporte, caso necessário.

2.4.2. As emissões atmosféricas pontuais (após devido controle ambiental) devem ser lançadas para a atmosfera livre de forma a permitir uma boa dispersão, preferencialmente através de dutos ou chaminés, e não poderão resultar em concentrações ambientais no entorno da instalação da fonte emissora superiores às vigentes como padrão de qualidade do ar.

2.4.3 O empreendedor terá que atender a Resolução CONAMA 491/2018, quantos aos padrões de qualidade do ar (PTS). A total desobediência acarretará ao infrator responsabilidade civil e criminal e cassação da licença ambiental, conforme a determina a legislação ambiental e vigor;

2.5 Exigências relativas ao Controle do Ruído

2.5.1 Visando o controle de ruídos o empreendedor deverá realizar o controle na fonte (exemplo: troca de maquinário, manutenção preventiva, etc.) E/ou na trajetória (exemplo: enclausuramento de maquinário, realização de processos produtivos ruidosos em ambientes fechados, plantio de árvores visando a formação de “barreira vegetal”, etc.), caso necessário;

2.5.2 o empreendedor deverá atender à Resolução do CONAMA 01/90 e NBR da ABNT 10151/2019 (Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade) e ABNT NBR 10152/2019 (Níveis de Ruído para conforto acústico). O empreendedor terá que atender os limites de poluição sonora, no período diurno que é de 55 decibéis, conforme determina a Lei Estadual nº 5.715/93 (Lei do silêncio), ou aquelas que venham a substituí-las, caso aplicável. A total desobediência acarretará ao infrator responsabilidades civil e criminal e cassação da licença ambiental, conforme determina a legislação ambiental em vigor.

2.6 Exigências relativas aos requisitos de Segurança contra Incêndio e Pânico

2.6.1 O empreendedor deverá obedecer aos requisitos de segurança contra incêndio e pânico (indispensáveis para promover a segurança de pessoas, instalações e mercadorias) conforme o certificado de aprovação, ou ato equivalente, fornecido pelo Corpo de Bombeiros Militar, de acordo com a Lei Estadual nº 6.546/1995 - dispõe sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão (COSCIPI-MA).

2.6.2 A empresa também apresentará (quando for o caso): I - Plano de Contingência e Emergência atualizado, quando da renovação da LO; II - Relatório anual de execução do programa de treinamento periódico do pessoal incumbido das ações emergências e de operações normais. Manter ainda, disponíveis e prontos para uso os equipamentos e materiais de atendimento a emergências;

2.7 Exigências relativas à Proteção da Vegetação Nativa e revegetação

2.7.1 A vegetação situada em área de preservação permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado (art. 7º, Lei Federal nº 12.651/2012, novo código florestal).

2.7.2. Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em área de preservação permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos na Lei Federal nº 12.651/2012 (§ 1º, art. 7º, lei federal nº 12.651/2012).

2.7.3 A Reserva Legal, quando for o caso, deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa, possuído ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado (ART. 17, LEI FEDERAL Nº 12.651/2012). Se for o caso, admite-se a exploração econômica da reserva Legal mediante manejo sustentável, previamente aprovado pelo órgão ambiental competente do sisnama de acordo com as modalidades previstas no Art.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 21110057703/2021

FEDERAL Nº 12.651/2012 (§ 10, ART. 17, LEI FEDERAL Nº 12.651/2012).

2.7.4 O empreendedor deverá atender a resolução do CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de área de preservação permanente (app); a total desobediência acarretará ao infrator responsabilidades civil e criminal e cassação da licença ambiental, conforme determina a legislação ambiental em vigor;

2.7.5 O empreendedor deverá irrigar diariamente e promover melhoramento constante da cerca viva das unidades do empreendimento.

2.7.6 A Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, se for o caso, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no CAR -CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CAR, E DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA SEMA (ART. 26, LEI FEDERAL Nº 12.651/2012).

2.8 - Condições Específicas – Exigências relativas ao Controle de Aspectos Ambientais e OUTRAS:

2.8.1 Está o empreendedor ciente de que é crime causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade, de animais ou a destruição significativa da flora, Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

2.8.2 As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores pessoas físicas ou jurídicas, sanções penais e administrativas, independente da obrigação de reparar os danos causados. Art 225 § 3º da constituição de 1988 – república federativa do brasil;

2.8.3 fica o empreendedor ciente que é infração ambiental construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes (dec. Federal 6.514/08).

2.8.4 e de inteira responsabilidade do empreendedor responsável pelo empreendimento, todas as ações necessárias para que o mesmo seja operado de forma eficiente, técnica, segura e ambientalmente correta;

2.8.5 fica o empreendedor, ciente de que o não cumprimento dessas exigências, assim como todo e qualquer dano causado ao meio ambiente, por negligência, omissão ou imperícia, é de inteira responsabilidade, podendo a licença a ser cassada a qualquer momento por este órgão ou pela via jurídica e o infrator responsabilizado civil e criminalmente, conforme determina a legislação ambiental em vigor;

2.8.6 Esta licença se usada para fins ilícitos ou não autorizados está sujeita a ser cassada a qualquer momento, por este órgão ou pela via judicial e o infrator responsabilizado civil e criminalmente, conforme determina a legislação ambiental em vigor;

3 - Recomendações adicionais:

3.1 O empreendedor deverá iniciar a pavimentação, a partir de julho de 2024, conforme solicitado pela empresa: Petição nº 22027029552 (vide Processo 17070037074/2017 – eProcesso 171800/2017, com asfalto ou blocos intertravados de concreto (“bloquetes”), a via de acesso, com cerca de 3km (três quilômetros), a partir da rodovia estadual MA-402 até a entrada da sede do empreendimento (Central De Gerenciamento Ambiental Titara S.A), na região do bairro Buenos Aires/Distrito Industrial, no município de Rosário – MA. Deverão ser mantidas satisfatoriamente a manutenção, umectação, sinalização, segurança, etc., da via ora existente;

3.2 O empreendimento deverá fazer cumprir a CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho e tornar-se de uso obrigatório por todos os funcionários e colaboradores, os EPI's – Equipamentos de Proteção Individual;

3.3 A empresa deverá manter à disposição do órgão ambiental o arquivo dos registros da balança relativos ao recebimento de resíduos, especialmente industriais/perigosos;

4 - Monitoramento e apresentação de Relatórios

4.1 O empreendedor deverá atender a todas as resoluções do CONAMA que estabelecerem critérios e valores orientadores e de referência aplicáveis as atividades do empreendimento, especialmente quanto aos monitoramentos estabelecidos no PBA's afins, a exemplo das RC 357/2005, 358/2005, 396/2008, 420/2009, 430/2011, conforme resultados que vêm sendo apresentados ano a ano;

4.2 Deverão ser apresentados semestralmente, relatório quanto a resíduos contendo as seguintes informações e documentos: empresas geradoras, transportadoras, tipo de resíduos por elas transportados, quantidade de resíduos mensais transportados/destinados e procedência;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 21110057703/2021

4.3 O empreendedor deverá apresentar semestralmente relatórios dos monitoramentos ambientais e continuar desenvolvendo os monitoramentos de: qualidade das águas subterrâneas (nos poços de monitoramento já implantados), situados a montante e jusante dos aterros, para os parâmetros definidos no plano apresentado à Sema (coletas mensal e semestral), e para águas superficiais nos pontos também já definidos para os parâmetros constantes do plano (coleta trimestral); o monitoramento da qualidade do ar para o parâmetro PTS - HI-VOL nos pontos onde os mesmos já foram anteriormente definidos, com monitoramento semestral; monitoramento dos ruídos, com realização de campanha anual e o monitoramento da ETE – chorume e percolados (coleta mensal). Informar igualmente à SEMA a vazão do percolato/efluente/chorume bruto que chega à ETE e do efluente final tratado. Eventuais modificações nos planos de monitoramento só poderão ocorrer com aquiescência da SEMA; Para a ETE, a empresa deverá manter o registro no Conselho Regional de Química, e os resultados das análises validados por químico graduado (responsável técnico da estação), devidamente habilitado no conselho de classe, apresentando ainda certificado de anotação de função técnica - CAFT / CRQ;

4.4 A empresa deverá apresentar anualmente o protocolo de entrega do relatório de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras dos recursos ambientais (RAPP do Ibama) e, semestralmente, comprovante de desratização e dedetização realizados mensalmente por empresa licenciada pela SEMA.

4.5 A empresa deverá apresentar em caso de acidentes envolvendo resíduos classe I e II, relatório detalhado de ocorrência do acidente com danos ambientais, contemplando as medidas corretivas adotadas, bem como relatórios fotográficos;

4.6 A empresa também apresentará (quando for o caso):

I - Plano de contingência e emergência atualizado, quando da renovação da LO;

II - Relatório anual de execução do programa de treinamento periódico do pessoal incumbido das ações emergências e de operações normais. Manter ainda, disponíveis e prontos para uso, os equipamentos e materiais de atendimento a emergências;

III - Relatório de encerramento de célula, ao final da vida útil de cada célula classe I e II;

5 - Condições Específicas – Sobre a solicitação da Renovação da Licença de Operação:

5.1 O empreendedor deverá solicitar antes do vencimento da RenLO, ou seja, com 120 (cento e vinte) dias de antecedência, a renovação desta licença de operação;

5.2 O empreendedor deverá apresentar quando da solicitação da renovação da licença RDA/RCC e demais documentos exigidos na legislação em vigor.

6 - RADA

6.1 Trata-se de um documento que relata e evidencia o atendimento (ou, quando for o caso, apresentando as devidas justificativas legais e técnicas) de todas as condicionantes constantes nesta licença ambiental;

6.2 A empresa deverá apresentar o Relatório Anual de Desempenho Ambiental, automonitoramento e cumprimento de condicionantes – RADA.

6.3 O RADA deverá conter, no mínimo, as evidências em fotografias, mapas/plantas, tabelas e gráficos, laudos de análises laboratoriais, etc., referente as ações exercidas pelas atividades constantes nas licenças e seus respectivos aspectos ambientais das condicionantes que compõe esta licença ambiental;

6.4 Os dados a serem preenchidos devem ser referentes ao exercício da atividade no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior; o período regular para preenchimento e entrega do RADA é de 1º de fevereiro a 31 de março de cada ano.

6.5 O RADA anual deverá apresentar todos os monitoramentos e obrigações a serem apresentadas à Sema, especialmente monitoramentos, conforme já vêm sendo apresentados. Vide Licenciamento anterior



Documento assinado eletronicamente em 08/08/2022, às 11:35.

Assinado por: RAFAEL FERREIRA MACIEL - Cargo: SECRETÁRIO (A) ADJUNTO (A) DE DE LICENCIAMENTO

Código Verificador: 51884745, Código CRC: PT9LHFPX

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.



Documento assinado eletronicamente em 08/08/2022, às 17:53.

Assinado por: RAYSA QUEIROZ MACIEL RODRIGUES - Cargo: SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Código Verificador: 51884745, Código CRC: PT9LHFPX

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº0228

I. **C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 32.879.596/0001-38**, com sede na Rod Br-135, Bairro Zona Rural, Município de Peritoro - MA, neste ato representada por sua legítima e bastante procurada infra firmados **Wenceslau Eduks Andrade dos Santos**, portadora da carteira de identidade nº 1093245996, expedida pela SEJUSP/MA, inscrito no CPF sob o nº 913.035.913-91, denominada **CONTRATANTE**.

II. **CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL TITARA S/A**, inscrita no **CNPJ sob o nº 13.742.401/0001-69**, com sede Fazenda Arapixi, S/N, Zona Industrial – Buenos Aires, Rosário - MA, representada neste ato por **Marcos José da Silva**, casado, portador da carteira de identidade nº 1729668, expedida pela SSP/AL, inscrito no CPF sob o nº 013.925.516-84 e **Jefferson Pinto Martins**, casado, portador da identidade nº 30.372.576-x, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o N° 304.115.678-45, doravante denominada **CONTRATADA**.

As partes acima qualificadas celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços que se regerá pelas cláusulas abaixo, obedecendo, ainda, a legislação em vigor.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constituem objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços de recebimento, tratamento e destinação final pela **CONTRATADA**, dos resíduos sólidos que lhe forem entregues pelo **CONTRATANTE**, classificados de acordo com a Norma da ABNT NBR 10004/2004, conforme discriminado em seu ANEXO I – “Declaração dos Tipos de Resíduos”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1 - É obrigação da **CONTRATANTE**, arcando com todos os custos daí decorrentes:

2.1.1 - Transportar e entregar à **CONTRATADA**, na Central de Gerenciamento Ambiental Titara S/A, localizada na Fazenda Arapixi, S/N, Zona Industrial – Buenos Aires, Rosário - MA, os Resíduos Sólidos pertencentes, única e exclusivamente, às espécies previstas na cláusula primeira do presente instrumento e seus anexos;

2.1.1.1 - Observar todas as exigências legais e normativas (principalmente as federais, estaduais e municipais) pertinentes ao transporte e entrega destes resíduos sólidos, sendo o único e integral responsável pelas sanções decorrentes em caso de descumprimento destas exigências;

2.1.1.2 - Substituir prontamente o(s) veículo(s) de transporte dos resíduos sólidos quando solicitado pela **CONTRATADA**, caso se constate que o(s) mesmo(s) apresenta(m) risco(s) na operação de descarregamento e/ou não esteja(m) obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos pela **CONTRATADA**.

2.1.1.3 - Exercer a fiscalização cabível, para que sejam entregues à **CONTRATADA**, única e exclusivamente, resíduos sólidos pertinentes às espécies previstas na cláusula primeira do

presente instrumento, sendo a **CONTRATANTE** a única e integral responsável pelas sanções decorrentes em caso de descumprimento destas exigências;

2.1.2 - Apresentar a **CONTRATADA** a relação dos seus veículos transportadores autorizados a entregar os resíduos sólidos para cadastro no sistema da balança com no mínimo 03 dias de antecedência ao transporte;

2.1.3 - Preencher, por ocasião da entrega dos seus resíduos sólidos, as quatro vias do "Manifesto Transporte de Resíduos", sendo a primeira via mantida em poder do gerador do resíduo, a segunda via em poder do transportador, a terceira via em poder da **CONTRATADA** e a quarta via deverá ser entregue ao gerador do resíduo assinada pela **CONTRATADA**. Na falta dos Manifestos devidamente preenchidos e assinados a carga não será recebida;

2.1.4 - Retornar ao local de origem com resíduos sólidos que porventura sejam rejeitados pela **CONTRATADA**, por não se enquadrarem às espécies previstas na cláusula primeira do presente instrumento;

2.1.5 - Substituir imediatamente os seus funcionários envolvidos com o transporte e entrega dos resíduos sólidos, quando solicitado pela **CONTRATADA** caso se constate que o(s) mesmo(s) não esteja(m) obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos pela **CONTRATADA**, e especialmente, se estiverem se comportando de maneira inadequada (por exemplo: direção perigosa, ingestão de bebidas alcoólicas, etc.).

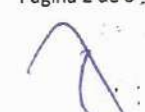
2.1.6 Com relação aos resíduos sólidos descarregados na unidade, é dever da **CONTRATANTE**, informar à **CONTRATADA** por meio de um cadastro, as espécies de resíduos sólidos a serem descarregados. Sendo as informações lançadas no cadastro de exclusiva responsabilidade da **CONTRATANTE**, que, não poderá enviar nenhuma outra espécie de resíduo que não esteja catalogado. O descumprimento do acima exposto implicará a rescisão do presente contrato, estando a **CONTRATANTE** sujeita a multa no valor de equivalente ao último mês de descarga na unidade.

2.1.7 A **CONTRATANTE** será a única responsável pela classificação dos resíduos sólidos descarregados na unidade da **CONTRATADA**, ficando responsável, exclusivamente, pelos eventuais danos causados a terceiros e ao meio ambiente, quer por sanções administrativas ou penais, quer por indenizações de qualquer natureza, desde que estabelecido o nexo de causalidade entre os mencionados danos e atos ou fatos imputáveis à **CONTRATANTE**.

2.1.8 Apresentar Laudo de caracterização para resíduos enquadrados nas listagens dos anexos A e B da Norma da ABNT NBR 10004/2004, quando for o caso, incluindo os laudos de análises laboratoriais. Os laudos devem ser elaborados por responsáveis técnicos habilitados;

2.1.9 Qualquer condenação ou despesa em qualquer esfera, que vier, eventualmente, a sopesar sobre a **CONTRATADA**, em razão da responsabilidade assumida pela **CONTRATANTE** no item 2.1.7 acima, e desde que não tenha sido possível substituir a **CONTRATADA** no polo passivo de eventual demanda, deverão ser reembolsadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento de comunicações ou intimações nesse sentido.

2.1.10 Apresentar no ato da assinatura do Contrato, o comprovante de Cadastro Técnico Federal- CTF e Certificado de Regularidade no IBAMA, a Licença de Operação ou a Dispensa



de Licenciamento Ambiental – DLA, conforme Portaria SEMA nº 009, de 20 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial do Maranhão em 25/02/2014, para o gerador e para o Transportador dos resíduos.

2.1.11 Os condutores das empresas transportadoras deverão participar do treinamento ministrado pelo SMS TITARA, para então ter acesso à área operacional da **CONTRATADA**;

2.1.12 Para acesso à área operacional da **CONTRATADA** os funcionários da **CONTRATANTE** deverão estar devidamente uniformizados e com EPIs adequados a atividade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - É obrigação da **CONTRATADA**, arcando com todos os custos daí decorrentes:

3.1.1 - Considerar como tendo sido entregues pela **CONTRATANTE**, apenas os resíduos sólidos transportados pelos veículos transportadores integrantes da relação por ela fornecida para este fim;

3.1.2 - Receber, tratar e dar destinação final aos resíduos entregues pela **CONTRATANTE** de acordo com as exigências legais e normativas pertinentes (federal, estadual e municipal), sendo o único e integral responsável pelas sanções decorrentes em caso de descumprimento destas exigências, observando o integral direito de regresso dos resíduos sólidos à **CONTRATANTE** caso esteja em desacordo com as espécies previstas no item 1.1 e no Anexo I;

3.1.2.1 - O recebimento dos resíduos sólidos entregues pela **CONTRATANTE** se dará nos seguintes horários:

Operação Aterro Classe I: atendimento de segunda a sábado, das 7h às 12h e das 13h às 17h.

Operação Aterro Classe II: atendimento de segunda a sábado, das 7h às 12h e das 13h às 18h.

3.1.3 - Recusar o recebimento de resíduos sólidos transportados pela **CONTRATANTE** que não se enquadrarem nas espécies previstas na cláusula primeira do presente instrumento e seu Anexo I;

3.1.3.1 - Promover de forma aleatória a inspeção visual dos sólidos transportados pela **CONTRATANTE**, de forma a fiscalizar o cumprimento do disposto no item 2.1.1.2. E o correto preenchimento do “Manifesto de Carga e Transporte”, sem que isto implique na mitigação ou alteração da exclusiva responsabilidade da **CONTRATANTE** pela eventual inobservância das disposições contratuais, legais ou normativas pertinentes, nos termos deste instrumento;

3.1.4 - Medir os resíduos sólidos entregues pela **CONTRATANTE**, em função da diferença de peso dos seus veículos transportadores na chegada ao local de entrega (carregados) e na partida (descarregados), emitindo-se o respectivo “Tiquete de Pesagem” em duas vias, sendo uma entregue à **CONTRATANTE** (na pessoa do motorista do veículo transportador) e a outra em poder da **CONTRATADA**;

3.1.4.1 - Permitir que a **CONTRATANTE** acompanhe a medição dos resíduos sólidos entregues e verifique a regularidade dos equipamentos utilizados para este fim.

3.1.4.2 - Caso a balança utilizada para fins de medição apresente defeito, atribuir por estimativa, a média aritmética das últimas 3 (três) pesagens efetivamente aferidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS TRIBUTOS

4.1 - Os tributos e demais encargos fiscais que sejam devidos, direta ou indiretamente, em virtude deste contrato serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido pela legislação tributária pertinente.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

5.1 - O preço da prestação de serviço de tratamento e destinação de resíduos está fixado nos Anexos a esta minuta, que inclui os encargos legais vigentes à época da assinatura deste instrumento, inclusive ISS, cujo recolhimento será feito pela **CONTRATADA**.

5.2 - A cada período de 12 meses de vigência do presente contrato o valor definido no item 5.1 será reajustado com base na variação do IGPM do período publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

5.3 – O valor total calculado para a destinação de resíduos tomará por base o peso líquido da balança da unidade de recepção de resíduos da **CONTRATADA**.

5.4 – Quando a carga destinada na Titara, não ultrapassar o quantitativo de dez toneladas, durante todo o período mensal de execução dos serviços, o valor mínimo a ser faturado para esses casos será o correspondente a 10 (dez) toneladas de resíduo classe II.

5.5 – Para viabilizar a prestação contínua dos serviços pela contratada, ainda que o contratante não se utilize do serviço no período de 30 dias, ou o utilize em quantidade inferior, é necessário e devido o pagamento, pois este refere-se também a custos com manutenção do local e despesas diversas que garantem a boa e eficiente prestação do serviço, conforme as determinações legais exigidas. Desta forma, assim como a manutenção do preço praticado no presente contrato, será devido pela **CONTRATANTE** o pagamento mínimo mensal referente a destinação de 10 (dez) toneladas de resíduos classe II.

CLÁUSULA SEXTA – DO VENCIMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O valor definido no item 5.1 e Anexos desta minuta (multiplicado pelo número de toneladas de resíduos sólidos entregues e medidas no mês anterior), será apresentado na forma de boletim de medição mensal e deverá ser pago até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, por meio de boleto bancário com aviso de protesto após 6 (seis) dias da data de vencimento, que deverá ser enviado à **CONTRATANTE**, juntamente com a “Nota Fiscal” ou “Nota Fiscal Fatura”;

6.1.1 - O boleto bancário, a nota fiscal (ou nota fiscal fatura) e o boletim de medição citados no item 6.1 deverão ser emitidos e enviados a **CONTRATANTE** até o 5º (quinto) dia do mês subsequente;

6.1.2 - Caso a contratante não receba a documentação definida no item 6.1.1 até o 5º (quinto) dia útil deverá entrar em contato com a contratada a fim de receber a documentação para efetuar o pagamento devido no seu regular vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ATRASO NO PAGAMENTO

7.1 - O atraso no pagamento dos serviços prestados pelo (a) **CONTRATADO (A)** implicará na automática aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, acrescidos de juros moratórios de 0,033% (trinta e três milésimos de percentual) ao dia.

7.2 - Sem embargo do estabelecido no item 7.1, caso o atraso seja superior a 15(quinze) dias, a **CONTRATADA** poderá suspender a prestação dos serviços ora contratados, independentemente de aviso ou notificação.

7.3 - Sem embargo do estabelecido nos itens 7.1 e 7.2, caso o atraso seja superior a 45(quarenta e cinco) dias, a **CONTRATADA** poderá rescindir o presente contrato, mediante comunicação por escrito, que será entregue ao **CONTRATANTE**, aplicando-se, ainda, a uma multa no valor de 3 (três) vezes a média aritmética dos boletos de pagamentos pertinentes aos 3 (três) últimos meses.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 - O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

8.1.1 - Caso uma das partes decida rescindir o presente contrato, poderá fazê-lo sem ônus para as partes, mediante aviso por escrito de 30 (Trinta) dias de antecedência.

8.2 - Findo o seu prazo de vigência, caso não haja oposição por quaisquer partes, o presente contrato será prorrogado por igual período e assim sucessivamente.

8.3 - O presente contrato será considerado extinto, sem prejuízos entre as PARTES, caso a **CONTRATANTE** não efetue nenhuma destinação de resíduo no período de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS DEMAIS PENALIDADES

9.1- Salvo na hipótese de inadimplemento no pagamento dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais ou disposições legais e normativas aplicáveis ao presente contrato, a parte inocente poderá rescindi-lo, arcando a parte faltosa com a multa, a título de cláusula penal, no valor de 3 (três) vezes a média aritmética dos boletos de pagamento pertinentes aos 3 (três) últimos meses.

9.1.1- O valor fixado a título de cláusula penal não impede que a parte prejudicada postule indenização suplementar, caso os seus prejuízos excedam este valor.



9.1.2- Salvo na hipótese de existir cláusula contratual em contrário, o valor máximo indenizável à parte prejudicada não poderá ser superior a 10 (dez) vezes a média aritmética dos boletos de pagamento pertinentes aos três (três) últimos meses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - Caso a **CONTRATADA** se veja impedido, por determinação do poder público competente, de manter a regular continuidade do serviço público de recebimento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos da **CONTRATANTE**, sem que isto decorra de aplicação de sanção à **CONTRATADA**, o presente contrato será rescindido de pleno direito, não havendo que se falar, portanto, em multas ou indenizações entre as partes contratantes.

10.2 - Qualquer das partes deve apresentar, quando solicitado pela outra, informações e documentos pertinentes ao cumprimento das exigências legais e normativas (principalmente as municipais e ambientais) aplicáveis à execução do presente contrato.


10.3 - É vedada qualquer das partes a cessão, sub-rogação ou transferência do presente contrato a terceiros, sem aviso prévio e expresso consentimento por escrito da outra parte.

10.4 - Eventual flexibilização das disposições contratuais terá caráter pontual e não poderá ser interpretado como alteração no seu texto, o que se dará, apenas, por termo aditivo final.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – LAUDO DE CARACTERIZAÇÃO

11.1. É parte integrante deste contrato, o anexo I – DECLARAÇÃO DOS TIPOS DE RESÍDUOS A SEREM ENCAMINHADOS A CGA TITARA e os Laudos de Caracterização dos Resíduos, de acordo com a NBR 10.004/2004.

RSS – Serviço de Resíduo de Saúde autoclavado.




CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

12.1 - As partes contratantes elegem o foro central da Comarca de São Luís, Maranhão, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato, ao qual terá preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Luís - MA, 09 de janeiro de 2020.


CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL TITARA S.A


C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA

Testemunhas:

1) Filipe Brito Magalhães

Nome:

CPF: 051.532.533-33

2) Raquel Londero

Nome:

CPF: 096.193.357-75

TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 001, AO CONTRATO Nº 0228/2020, CELEBRADO ENTRE CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL TITARA S/A E C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA.

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

1) **CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL TITARA S/A**, inscrita no **CNPJ sob o nº 13.742.401/0001-69**, com sede Fazenda Arápixi, S/N, Zona Industrial – Buenos Aires, Rosário - MA, representada neste ato por **Fernando Antônio Mota Nogueira Santos**, casado, portador da carteira de identidade nº 047592620135, expedida pela SSP/MA, inscrito no CPF sob o nº 280.078.753-87 e **Jefferson Pinto Martins**, casado, portador da identidade nº 30.372.576-X, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o Nº 304.115.678-45, doravante denominada **CONTRATADA**, e

2) **C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 32.879.596/0001-38, com sede na Rod Br-135, Bairro Zona Rural, Município de Peritoro - MA neste ato representada por sua legítima e bastante procurada infra firmados **Wenceslau Eduks Andrade dos Santos**, portadora da carteira de identidade nº 1093245996, expedida pela SEJUSP/MA, inscrito no CPF sob o nº 913.035.913-91, denominada **CONTRATANTE**.

Ambas conjuntamente denominadas de **PARTES** vêm através deste, firmar o presente Aditivo nos termos e condições abaixo relacionados:

CONSIDERANDO:

- Que as **PARTES** firmaram Contrato de Prestação de Serviços;
- Que em virtude de aditamento de saldo, prazo, reajuste contratual e inclusão de serviço.

Resolveram as **PARTES** em comum acordo aditar o Contrato de Prestação de serviços e seus anexos, o qual passará a reger-se com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 O objeto do presente termo é o aditamento de prazo, reajuste e inclusão de serviço referente ao contrato de nº0228/2020, celebrado em janeiro de 2020, entre **CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL TITARA S/A** e **C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – ACRÉSCIMO DE SERVIÇO AO OBJETO DO CONTRATO
ORIGINÁRIO**

- 2.1. Serão inclusos os serviços, conforme descrição e valor, constante no quadro de preços – Anexo I, e conforme Proposta Comercial AT-2021-0153.

**CLÁUSULA TERCEIRA – ADITAMENTO DO PRAZO A QUE SE REFERE A CLÁUSULA
OITAVA DO CONTRATO ORIGINÁRIO**

- 3.1 As **PARTES** acordam que o Contrato Originário será aditado pelo prazo determinado de **12 (doze)** meses, contados a partir de 09/01/2022, e findando-se em 09/01/2023, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

**CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTE DE VALORES A QUE SE REFERE A CLÁUSULA
QUINTA DO CONTRATO ORIGINÁRIO**

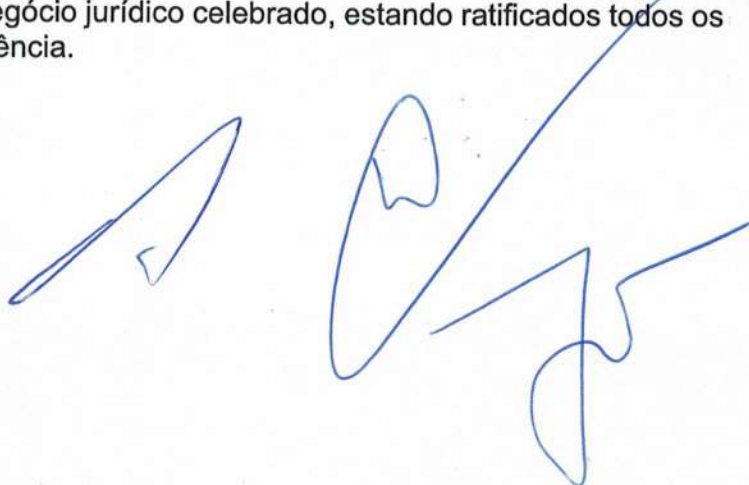
- 4.1 Serão reajustados os valores dos serviços, conforme descrição e valores, constantes no quadro de preços – Anexo I.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA

- 5.1 O presente Aditivo entrará em vigor a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA– RATIFICAÇÃO

- 6.1 A presente alteração não importa qualquer novação dos encargos estipulados, das demais cláusulas, nem ao menos é motivo para qualquer reajustamento, reavaliação ou alteração no valor orçado para o negócio jurídico celebrado, estando ratificados todos os demais termos do Contrato em vigência.

A large, stylized handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.

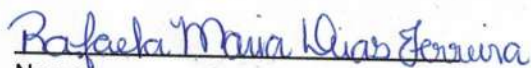
E por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 0228/2020, firmado na data de 09/01/2020, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Luís – MA, 06 de janeiro de 2022.


CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL TITARA S.A


C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA.

TESTEMUNHAS:



Nome:

CPF: 616.176.753-85

Nome: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 002, AO CONTRATO Nº 0228/2020, CELEBRADO ENTRE CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL TITARA S/A E C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA.

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

1) **CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL TITARA S/A**, inscrita no **CNPJ sob nº 13.742.401/0001-69**, com sede Fazenda Arapixi, S/N, Zona Industrial – Buenos Aires, Rosário - MA, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, doravante denominada **CONTRATADA**, e

2) **C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA**, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ nº 32.879.596/0001-38**, com sede na Rod Br-135, Bairro Zona Rural, Município de Peritoro - MA, neste ato representada nos termos do seu contrato social, denominada **CONTRATANTE**.

Ambas conjuntamente denominadas de **PARTES** vêm através deste, firmar o presente Aditivo nos termos e condições abaixo relacionados:

CONSIDERANDO:

- Que as **PARTES** firmaram Contrato de Prestação de Serviços;
- Que em virtude de aditamento de prazo e reajuste contratual.

Resolveram as **PARTES** em comum acordo aditar o Contrato de Prestação de serviços e seus anexos, o qual passará a reger-se com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente termo é o aditamento de prazo e reajuste referente ao contrato de nº0228/2020, celebrado em janeiro de 2020, entre **CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL TITARA S/A** e **C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITAMENTO DO PRAZO A QUE SE REFERE A CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO ORIGINÁRIO

2.1 As **PARTES** acordam que o Contrato Originário será aditado pelo prazo determinado de **12 (doze)** meses, contados a partir de 09/01/2023, e findando-se em 09/01/2024, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTE DE VALORES A QUE SE REFERE A CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO ORIGINÁRIO

3.1 Serão reajustados os valores dos serviços, conforme descrição e valores, constantes no quadro de preços – Anexo I.

CLÁUSULA QUARTA– VIGÊNCIA

4.1 O presente Aditivo entrará em vigor a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA– RATIFICAÇÃO

5.1 A presente alteração não importa qualquer novação dos encargos estipulados, das demais cláusulas, nem ao menos é motivo para qualquer reajustamento, reavaliação ou alteração no valor orçado para o negócio jurídico celebrado, estando ratificados todos os demais termos do Contrato em vigência.

E por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 0228/2020, firmado na data de 09/01/2020, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Luís – MA, 09 de janeiro de 2023.

CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL TITARA S.A

C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA.

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/560C-564A-DB94-F109> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 560C-564A-DB94-F109



Hash do Documento

46B5A2A289D396D0947C23995A77B04E917501A653F52413AD61E126F5DB1466

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/01/2023 é(são) :

- ☒ Jefferson Pinto Martins (Signatário) - 304.115.678-45 em 17/01/2023 14:29 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

- ☒ Paulyedmo Pereira de Araujo (Testemunha) - 489.048.053-68 em 12/01/2023 16:27 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: paulyedmomoura@hotmail.com

Evidências

Client Timestamp Thu Jan 12 2023 16:27:49 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Location not shared by user.

IP 179.150.244.13

Hash Evidências:

F14F4919DEED7C6C28AA1BACCAD51366F9210B38062FA59A2B58CD415F504F8D

- ☒ Wenceslau Eduks Andrade dos Santos (Signatário) - 913.035.913-91 em 12/01/2023 16:27 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: cegestaoambiental@gmail.com

Evidências

Client Timestamp Thu Jan 12 2023 16:27:03 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Location not shared by user.

Geolocation Location not shared by user.

IP 179.150.244.13

Hash Evidências:

5AB5608444DCEFCFB1265A1EE88634819BB8FE96D1FA266EF07F4B88433DE900

Client Timestamp Thu Jan 12 2023 16:27:03 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Location not shared by user.

Geolocation Location not shared by user.

IP 179.150.244.13

Hash Evidências:

5AB5608444DCEFCFB1265A1EE88634819BB8FE96D1FA266EF07F4B88433DE900

- ☒ Rafaela Maria Dias Ferreira (Testemunha) - 616.176.753-85 em 12/01/2023 16:12 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Thu Jan 12 2023 16:12:00 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -2.6457219 Longitude: -44.2762772 Accuracy: 6738.35499640719

IP 167.249.171.241

Assinatura:

RMD#

Hash Evidências:

068973EDC7D24B55760D23081811665891B7A920453D7A1E2144758DA78AA2B6

- ☒ Fernando Antônio Mota Nogueira Santos (Signatário) - 280.078.753-87 em 12/01/2023 15:44 UTC-03:00

Nome no certificado: Fernando Antonio Mota Nogueira Santos

Tipo: Certificado Digital



ANEXO I

JANEIRO / 2023

CONTRATO Nº 0228/2020

CÁLCULO DO REAJUSTE ANUAL - ANEXO I

C&E GESTÃO AMBIENTAL LTDA		CONTRATO Nº 0228	ADITIVO Nº 002		
	Mês	Índice Base ago/94=100	IGPM - Variação mensal (%)	IGPM - Variação acumulada no ano (%)	IGPM - Variação acumulada em 12 meses (%)
1	jan/22	1120,999	1,82	1,82	16,91
2	fev/22	1141,546	1,83	3,68	16,12
3	mar/22	1161,418	1,74	5,49	14,77
4	abr/22	1177,809	1,41	6,98	14,66
5	mai/22	1183,953	0,52	7,54	10,72
6	jun/22	1190,882	0,59	8,16	10,70
7	jul/22	1193,337	0,21	8,39	10,08
8	ago/22	1185,004	-0,7	7,63	8,59
9	set/22	1173,793	-0,95	6,61	8,25
10	out/22	1162,391	-0,97	5,58	6,52
11	nov/22	1155,829	-0,56	4,98	5,90
12	dez/22	1161,006	0,45	5,45	5,45

Fonte: FGV - Fundação Getúlio Vargas. Índice Geral de Preços - Mercado (IGPM).

APLICAÇÃO DO REAJUSTE ANUAL

Item	Serviços	Preço Inicial (PI)	Reajuste 2023 Base IGPM (%)	Valor Reajuste	Valor Final (PI + R)
01.01	RESÍDUO SÓLIDO URBANO	R\$ 107,95	5,45	R\$ 5,88	R\$ 113,83
01.02	MEDICAMENTOS VENCIDOS	R\$ 1.079,46	5,45	R\$ 58,83	R\$ 1.138,29
01.03	RSS - SERVIÇO DE RESÍDUO DE SAÚDE AUTOCLAVADO	R\$ 143,93	5,45	R\$ 7,84	R\$ 151,77
01.04	CINZAS DE INCINERAÇÃO - CL I	R\$ 1.000,00	5,45	R\$ 54,50	R\$ 1.054,50



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
 Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 894239/2023

Emissão: 18/09/2023

Validade: 16/03/2024

Chave: 5AAW1

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que até a presente data, a referida pessoa jurídica e seu(s) responsável(is) técnico(s) estão quites com suas anuidades e demais obrigações junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão - CREA-MA, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA

CNPJ: 32.879.596/0001-38

Registro: 0005415802

Categoria: Matriz

Capital Social: R\$ 100.000,00

Data do Capital: 25/02/2019

Faixa: 2

Objetivo Social: TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS; COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS; COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS, LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA; TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETA DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE (LIMPEZA DE RUAS, PRAÇAS, PRÉDIOS, MAQUINAS, LIMPEZA PUBLICA); TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; ATIVIDADE DE PAISAGÍSTICAS.

Restrições Relativas ao Objetivo Social: EMPRESA HABILITADA PARA ATUAR SOMENTE NA ÁREA DA ENGENHARIA CIVIL, SANITÁRIA E AMBIENTAL, NO ÂMBITO DAS ATRIBUIÇÕES DE SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO.

Endereço Matriz: RODOVIA ROD BR 135 KM 227, 227, ZONA RURAL, PERITORÓ, MA, 65418000

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 22/11/2019

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000541849DDMA

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (4/4)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: DARLENE VIANA SILVA

Registro: 1118428501

CPF: 027.***.***-02

Data Início: 28/12/2020

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRA CIVIL

Atribuição: ART. 07 DA RESOLUCAO 218 1973 DO CONFEA.

ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

ENGENHEIRA DE SEGURANCA DO TRABALHO

Atribuição: Artigo 4º da Resolução 359/91

Tipo de Responsabilidade: RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Sócios

Sócio: WENCESLAU EDUKS ANDRADE DOS SANTOS

CPF: 913.***.***-91

Função: SOCIO ADMINISTRADOR

Sócio: LUIS PELIPE NEVES SANTOS





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 894239/2023

Emissão: 18/09/2023

Validade: 16/03/2024

Chave: 5AAW1

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CPF: 054.***.***-89

Função: SOCIO





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 887489/2023

Emissão: 29/05/2023

Validade: 31/03/2024

Chave: 2y9d5

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-MA.

Interessado(a)

Profissional: DARLENE VIANA SILVA

Registro: 1118428501

CPF: 027.***.***-02

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 01/04/2019

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRA CIVIL

Atribuição: ART. 07 DA RESOLUCAO 218 1973 DO CONFEA.

Restrições: Sem Identificação

Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO

Data de Formação: 20/02/2019

PÓS - ENGENHARIA

ENGENHEIRA DE SEGURANCA DO TRABALHO

Atribuição: Artigo 4º da Resolução 359/91

Instituição de Ensino: FACULDADE IBRA DE BRASÍLIA - FABRAS

Data de Formação: 03/11/2021

ANOTAÇÕES DE CURSOS

ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

Instituição de Ensino: FACULDADE UNYLEYA

Data de Formação: 26/06/2020

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (6/6)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA

Registro: 0005415802

CNPJ: 32.879.596/0001-38

Data Início: 28/12/2020

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Por meio deste instrumento “ CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS”, de um lado firma a empresa C&E Gestão Ambiental Ltda, com sede à ROD BR 135, KM 227, ZONA RURAL, PERITORÓ – MA, CEP: 65.418-000, inscrita no CNPJ Nº 32.879.596/0001-38, representada nesta ocasião por seu sócio: WENCESLAU EDUKS ANDRADE DOS SANTOS, RG Nº 109324599-6, CPF Nº 913.035.913-91, doravante denominado de simplesmente CONTRATANTE, do outro lado a Sra. DARLENE VIANA SILVA, brasileira, RG Nº 016924102001-0, CPF Nº 027.406.443-02, com título profissional de ENGENHEIRA CIVIL PÓS GRADUADA EM ENGENHARIA SANITÁRIA, AMBIENTAL e SEGURANÇA DO TRABALHO, cart. CREA 7976/TDMA nº 1118428501/MA, residente e domiciliada na TRAVESSA FREDERICO COELHO S/Nº, CENTRO, TUNTUM – MA., doravante denominada de simplesmente CONTRATADA, tem entre si acertado o seguinte:

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços e honorários de profissional autônomo de Engenharia Civil pós graduada em Sanitária, Ambiental e Segurança do Trabalho Responsável Técnico, têm entre si justos e acordados quanto segue:

CLÁUSULA 1ª – O presente instrumento, tem como objeto, a prestação de serviços de Engenharia Sanitária, Ambiental e de Segurança do Trabalho, sendo que em sua vigência, o contratado deve manter seu registro regularizado no Conselho Regional de Engenharia – CREA, sob pena de ser considerado extinto o presente instrumento;

CLÁUSULA 2ª – A contratada executará os serviços diretamente a contratante;

CLÁUSULA 3ª – Caberá ao contratado desenvolver atividades como Responsável Técnico na sua área especializada em Engenharia Sanitária, Ambiental e de Segurança do Trabalho, conforme atribuições profissionais e compatíveis com os objetos sociais da empresa ora contratante, a serem realizadas na cidade de Peritoró – Ma, devendo fiscalizar as atividades desta;

CLÁUSULA 4ª – A vigência do presente contrato será por **TEMPO INDETERMINADO**, com acréscimo de 20% ao ano, com início em 18 de Dezembro de 2020;

CLÁUSULA 5ª – A contratada não terá carga horária fixa obrigatória e nem exclusividade de trabalho;

CLÁUSULA 6ª – O contratante assegura a contratada absoluta independência técnica;

CLÁUSULA 7ª – Os honorários profissionais do contrato serão de R\$ 4.180,00(quatro mil cento e oitenta reais), a serem pagos todo dia 10 de cada mês através de depósito bancário: BANCO DO BRASILS/A. AG: 2743-X, CC: 12.948-8;

CLÁUSULA 8ª – Este contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes por qualquer motivo mediante aviso prévio de 30(trinta) dias, este prazo poderá ser prorrogado até que a contratante encontre um substituto técnico do profissional;

CLÁUSULA 9ª – Durante a vigência do contrato, ficará a contratada responsável pelas atividades técnicas da empresa contratante, conforme discriminado na cláusula 1ª;

CLÁUSULA 10ª – Toda e quaisquer taxas, impostos e encargos que incidirem sobre este contrato será de responsabilidade da contratante.

CLÁUSULA 11ª – Todos os encontros na empresa serão em comum acordo e o traslado, alimentação e pernoite serão custeados pela contratada.

CLÁUSULA 12ª – Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Peritoró – Ma;

Por estarem as partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento particular de prestação de serviços, assinam –no em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Peritoró – Ma, 18 de Dezembro de 2020

WENCESLAU
EDUKS ANDRADE
DOS
SANTOS:91303591
391

Assinado de forma
digital por WENCESLAU
EDUKS ANDRADE DOS
SANTOS:91303591391
Dados: 2020.12.18
11:30:48 -03'00'

Wenceslau Eduks Andrade dos Santos
CPF: 913.035913-91

DARLENE VIANA
SILVA:02740644
302

Assinado de forma digital
por DARLENE VIANA
SILVA:02740644302
Dados: 2020.12.19
08:57:34 -03'00'

Darlene Viana Silva
CPF: 027.406.443-02


TESTEMUNHA 1

CPF: 489.048.053-68


TESTEMUNHA 2

CPF: 905.862.392-00



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART CARGO-FUNÇÃO
Nº MA20200386553

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

SUBSTITUIÇÃO à
 MA20200370264

1. Responsável Técnico

DARLENE VIANA SILVA

Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL, ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL**

RNP: 1118428501

Registro: 1118428501MA

2. Contratante

Contratante: **C&E Gestao Ambiental Ltda**

ESTRADA zona rural

Complemento:

Cidade: **PERITORÓ**

País: **Brasil**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**

Ação Institucional: **Outros**

CPF/CNPJ: **32.879.596/0001-38**

Nº: **sn**

Bairro: **BR 135**

UF: **MA**

CEP: **65418000**

3. Vínculo Contratual

Unidade administrativa: **undefined**

ESTRADA zona rural

Complemento:

Cidade: **PERITORÓ**

Data de Início: **27/12/2020**

Previsão de término: **Não especificado**

Tipo de vínculo: **PRESTADOR DE SERVIÇOS**

Identificação do cargo/função: **Consultor(a) técnico(a)**

Nº: **sn**

CEP: **65418000**

4. Atividade Técnica

1000 - OUTRA

Quantidade

Unidade

45 - DESEMPENHO DE FUNÇÃO TÉCNICA > OBRAS E SERVIÇOS - CARGO/FUNÇÃO > #3367 - VÍNCULO TÉCNICO COM A EMPRESA (DESEMPENHO DE CARGO/FUNÇÃO TÉCNICA DENTRO DA EMPRESA)

4,00

h/d

A mudança de cargo ou função exige o registro de nova ART

5. Observações

UNIDADE DE RECEBIMENTO, TRIAGEM, ARMAZENAMENTO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (COM PRODUTO/RESÍDUOS FINAL NÃO PERIGOSO PÓS AUTOCLAVAGEM) CUJA DESTINAÇÃO FINAL NO ATERRO DO TITARA-ROSÁRIO MARANHÃO. CONTRATO REALIZADO POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO INÍCIO 27 DE DEZEMBRO DE 2020.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

DARLENE VIANA SILVA - CPF: 027.406.443-02

_____, _____ de _____ de _____

Local

data

C&E Gestao Ambiental Ltda - CNPJ: 32.879.596/0001-38

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Esta ART é isenta de taxa

Registrada em: **28/12/2020**



[Handwritten signature]



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

838032/2020

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **DARLENE VIANA SILVA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **DARLENE VIANA SILVA**
 Registro: **1118428501MA** RNP: **1118428501**
 Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL, ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL**

Número da ART: **MA20200384555** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **17/12/2020** Baixada em: **17/12/2020**
 Forma de registro: **INICIAL** Participação técnica: **CO-RESPONSÁVEL**
 Empresa contratada: **C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA**

Contratante: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** CPF/CNPJ: **11.338.224/0001-24**
 Endereço do contratante: **RUA RUA CLAUDIO CARNEIRO** Nº: **S/N**
 Complemento: Bairro: **CENTRO**
 Cidade: **ESPERANTINÓPOLIS** UF: **MA** CEP: **65750000**
 Contrato: **01.1401.045/2020** Celebrado em: **14/01/2020**
 Valor do contrato: **R\$ 257.472,00** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
 Ação institucional: **Outros**
 Endereço da obra/serviço: **RUA RUA CLAUDIO CARNEIRO** Nº: **S/N**
 Complemento: Bairro: **CENTRO**
 Cidade: **ESPERANTINÓPOLIS** UF: **MA** CEP: **65750000**
 Coordenadas Geográficas: **-4.875751, -44.881286**
 Data de início: **06/10/2020** Conclusão efetiva: **14/01/2021**
 Finalidade: **Ambiental**
 Proprietário: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** CPF/CNPJ: **11.338.224/0001-24**

Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO #A0413 - TRATAMENTO DE RESIDUOS 53 - EXECUCAO 21600.00 quilograma; 7 - EXECUÇÃO #A0437 - COLETA DE RESIDUOS SOLIDOS 53 - EXECUCAO 21600.00 quilograma; 7 - EXECUÇÃO #A0438 - TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS 53 - EXECUCAO 21600.00 quilograma;**

Observações

TROCA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO. ART REFERENTE AO CONTRATO Nº01.1401.045/2020, PROCESSO Nº005.2110/2019, REFERENTE A COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CLASSIFICAÇÃO A,B,E.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 838032/2020
23/12/2020, 15:33
Yx389

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-ma.sitac.com.br/publico/>, com a chave: Yx389





ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE ESPERANTINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1. Dados do atestado: Nº MA20200384555.

Objetivo do contrato: Serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviço de saúde de classificação A,B,E.

Período de realização: 06 de outubro a 16 de dezembro de 2020. Término de contrato 14/01/2021.

1.2 Dados do contratante:

Razão Social: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.338.224/0001-24

Endereço Completo: RUA CLAUDIO CARNEIRO S/N, centro, Esperantinópolis – MA. CEP:65750000.

1.3 Dados do Responsável Técnico

Nome: DARLENE VIANA SILVA

Título: Engenheira Civil pós graduada em engenharia sanitária e ambiental

Registro no CREA-MA: 111842850-1

1.4 Descrição dos serviços realizados

Serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviço de saúde de classificação A,B,E.

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **C&E GESTÃO AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.879.596/0001-38, estabelecida na Rod. Br 135, Km 227, zona rural de Peritoró – M, prestou serviços á **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ: 11.338.224/0001-24 de Serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviço de saúde hospitalar, laboratorial, e odontológico, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Esperantinópolis/MA, conforme o **PROCESSO Nº 005.2110/2019, CONTRATO Nº 01.1401.045/2020, PREGÃO PRESENCIAL 045/2019.**

ITEM	ESPECIFICA	UNID	QUANT
1	Coleta, Transporte, Tratamento e Aplicação Final dos Resíduos Sólidos. Classe: Grupo A,B,E e medicamentos vencidos.	QUILO	21.600,00

Registramos, ainda que a prestação de serviços acima referidos apresentou bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Rua Claudio carneiro – Centro. CEP: 65.750-000 - CNPJ: 06.376.669/0001-69.
Esperantinópolis – MA

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 838032/2020, em 23/12/2020



Certidão nº 838032/2020

23/12/2020, 18:04

Chave de Impressão: Yx389

O documento neste ato registrado foi emitido em 23/12/2020 e contém 3 folhas





ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE ESPERANTINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Esperantinópolis – MA, 18 de dezembro de 2020.


JOELSON RIBEIRO BEZERRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA:039/2020


Roberto Lucindo Silva
Engenheiro Ambiental
CREA: 1114607169

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 838032/2020, em 23/12/2020 emitida



Rua Claudio carneiro – Centro, CEP: 65.750-000 - CNPJ: 06.376.669/0001-69.
Esperantinópolis – MA

Certidão nº 838032/2020

23/12/2020, 18:04

Chave de Impressão: Yx389

O documento neste ato registrado foi emitido em 23/12/2020 e contém 3 folhas



LAUDO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS

EU **ROBERTO LUCINDO SILVA, ENGENHEIRO AMBIENTAL**, REGISTRADO NO CREA-MA Nº 111460716-9, SOBRE A ART Nº MA20200384861, INSCRITO NO CPF: **01846659302**, DECLARO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE A **EMPRESA C&E GESTÃO AMBIENTAL LTDA**, POTADOR DO CNPJ: **32.879.596/0001-38**, E DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº **1100140/2019**, SOBRE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA Nº **MA20200384555**, SOB RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA PROFISSIONAL **DARLENE VIANA SILVA, ENGENHEIRA CIVIL, ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL REGISTRADA NO CREA-MA Nº 1118428501MA**, ASSIM COMO CONSTA NA JÁ CITADA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA Nº **MA20200384555**, QUE REALIZOU O SERVIÇO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: **11.338.224/0001-24**, NO ENDEREÇO RUA CLAUDIO CARNEIRO S/N, CENTRO, ESPERANTINÓPOLIS-MA, CEP: 65750000 NO PERÍODO DE REALIZAÇÃO: DE 06 DE OUTUBRO A 16 DE DEZEMBRO DE 2020. OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS: COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE HOSPITALAR, LABORATORIAL E ODONTOLÓGICO.

DECLARO AINDA QUE A DESTINAÇÃO REALIZADA PARA O RESÍDUO DE SERVIÇO DE SAÚDE É DIRECIONADO PARA O PROCESSO DE TRATAMENTO DE AUTOCLAVAGEM, E QUE A FREQUÊNCIA DE COLETA É MÍNIMA, E ESTÁ CONFORME SOLICITADO. REINTERO, TAMBÉM, ESTAR CIENTE DAS OBROGAÇÕES PREVISTAS NA LEI MUNICIPAL Nº 8.408 DE 24/12/1999, ALTERADA PELA LEI Nº 10.340 DE 28/04/2015, E DA LEI FEDERAL Nº 9.605 DE 12/02/2015 (LEI DE CRIMES AMBIENTAIS), A RESPEITO DA DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

ATESTO O SERVIÇO EFETUADO PELA EMPRESA MENSIONADA NO LAUDO.

AS INFORMAÇÕES ACIMA SÃO VERDADEIRAS, SOB PENA DE RESPONDER PELO ART, 299 DO CÓDIGO PENAL. DECLARA, TAMBÉM, ESTAR CIENTE DE QUE O EMPREENDIMENTO FICARÁ PASSÍVEL DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL.

Peritoró – MA, 17 de dezembro de 2020.



ROBERTO LUCINDO SILVA
Engenheiro Ambiental
CREA MA111460716-9
CPF: 01846659302

Roberto Lucindo Silva
Engenheiro Ambiental
CREA: 1114607169

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 838032/2020, em 23/12/2020



Certidão nº 838032/2020

23/12/2020, 18:04

Chave de Impressão: Yx389

O documento neste ato registrado foi emitido em 23/12/2020 e contém 3 folhas





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

867204/2022

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - Crea-MA, o Acervo Técnico do profissional **DARLENE VIANA SILVA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **DARLENE VIANA SILVA**

Registro: **1118428501MA** RNP: **1118428501**

Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL, ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, ENGENHEIRA DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

Número da ART: **MA20210429590** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **22/06/2021** Baixada em: **24/05/2022**
 Forma de registro: **INICIAL** Participação técnica: **INDIVIDUAL**
 Empresa contratada: **C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA**

Contratante: **Fundo Municipal De Saude De Tuntum** CPF/CNPJ: **10.476.850/0001-14**
 Endereço do contratante: **AVENIDA DR. JOACY PINHEIRO** Nº: **S/N**
 Complemento: Bairro: **CENTRO**
 Cidade: **TUNTUM** UF: **MA** CEP: **65763000**
 Contrato: Celebrado em:
 Valor do contrato: **R\$ 215.250,00** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
 Ação institucional: **Outros**
 Endereço da obra/serviço: **AVENIDA DR. JOACY PINHEIRO** Nº: **S/N**
 Complemento: Bairro: **CENTRO**
 Cidade: **TUNTUM** UF: **MA** CEP: **65763000**
 Coordenadas Geográficas: **-5.259524, -44.645494**
 Data de início: **24/02/2021** Conclusão efetiva: **31/12/2021**
 Finalidade: **Ambiental**
 Proprietário: **Fundo Municipal De Saude De Tuntum** CPF/CNPJ: **10.476.850/0001-14**

Atividade Técnica: **16 - Execução SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS > #6.2.2.3 - DE SERVIÇOS DE SAÚDE 55 - Execução de serviço técnico 1050.00 unidade; 16 - Execução SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS > #6.2.3.3 - DE SERVIÇOS DE SAÚDE 55 - Execução de serviço técnico 1050.00 unidade; 16 - Execução SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS SÓLIDOS > #6.2.4.7 - DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS 55 - Execução de serviço técnico 1050.00 unidade;**

Observações

ART REFERENTE AO CONTRATO Nº 086/2021, PROCESSO Nº 9225/2019 SEMUS. SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONTAMINADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA. COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, CLASSIFICAÇÃO A,B,E. COLETA RELIZADA EM BOMBONAS DE 200L/25KG.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 867204/2022
30/06/2022, 13:46
4ZxZ8

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-ma.sitac.com.br/publico/>, com a chave: **4ZxZ8**





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNTUM

CNPJ: 10.476.850/0001-14

EMPRESA CONTRATADA: C&E GESTÃO AMBIENTAL LTDA

CNPJ: 32.879.596/0001-38

REGISTRO NO CREA: 0005415802-MA

RESPONSÁVEL TÉCNICO: DARLENE VIANA SILVA

REGISTRO NO CREA/CONFEA: 1118428501MA

OBRA: SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONTAMINADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TUNTUM/MA, COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, CLASSIFICAÇÃO A,B,E. COLETA REALIZADA EM BOMBONAS DE 200L/25KG.

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA: ART Nº MA20210429590

PERÍODO DA OBRA: 24/02/2021 A 31/12/2021.

ATESTAMOS PARA DEVIDOS FINS DE DIREITO, QUE A PROFISSIONAL ACIMA CITADO, EXECUTOU OS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DO SERVIÇOS DE SAÚDE – RSS, HOSPITALAR, LABORATORIAL E ODONTOLÓGICO DOS GRUPOS A, B, E DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNTUM- MA. LOCALIZADA NA AVENIDA DR. JOACY PIHEIRO, BAIRRO CENTRO, S/N, TUNTUM - MA.

ATESTAMOS AINDA, QUE A PROFISSIONAL DESEMPENHOU OS SERVIÇOS CONTRATADOS, CUMPRINDO TECNICAMENTE A TODAS AS NORMAS E DEMAIS EXIGÊNCIAS LEGAIS, INEXISTINDO, PORTANTO, FATO QUE DESABONE SUA IDONEIDADE.

TUNTUM – MA, 25 DE MAIO DE 2022

MARIA ROSENILDE SILVA XAVIER BRASIL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNTUM
CPF 006.274.891-25

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNTUM
Rua Frederico Coelho Nº411
65763-000 • Tuntum - Maranhão

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 867204/2022, em 30/06/2022 emitida



Certidão nº 867204/2022
01/07/2022, 10:22
Chave de Impressão: 4ZxZ8

O documento neste ato registrado foi emitido em 21/06/2022 e contém 1 folhas



LAUDO TÉCNICO

EM VISTORIA TÉCNICA REALIZADA, CONSTATOU-SE QUE A PROFISSIONAL **DARLENE VIANA SILVA, REGISTRO NO CREA/CONFEA: 1118428501MA**, ENDEREÇO TRAVESSA FREDERICO COELHO, Nº47, CENTRO, CIDADE TUNTUM - MA, EXECUTOU OS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS E SAÚDE – RSS, HOSPITALAR, LABORATORIAL E EDONTOLOGICO DOS GRUPOS A, B, E DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNTUM - MA. LOCALIZADA NA AVENIDA DR. JOACY PINHEIRO, S/N, BAIRRO CENTRO, TUNTUM - MA. JUNTAMENTE COM A EMPRESA, **C&E GESTÃO AMBIENTAL LTDA, CNPJ: 32.879.596/0001-38, REGISTRO NO CREA: 0005415802-MA**, LOCALIZADA NA RODOVIA BR 135 KM 227 ZONA RURAL DA CIDADE DE PERITORÓ – MA. SERVIÇO CONTRATADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNTUM, CNPJ: 10.476.850/0001-38, NA AVENIDA DR. JOACY PINHEIRO, S/N, BAIRRO CENTRO, TUNTUM – MA.

OBRA INICIADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021, OBEDECENDO RIGOROSAMENTE AS NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS.

TUNTUM – MA, 25 DE MAIO DE 2022.

JACILUCY DA
ANUNCIACAO VIEIRA
SILVA:00987884344

Assinado de forma digital por
JACILUCY DA ANUNCIACAO VIEIRA
SILVA:00987884344
Dados: 2022.06.20 16:31:25 -03'00'

JACILUCY DA ANUNCIACAO VIEIRA SILVA
ENGENHEIRA DE SEGURANÇA DO TRABALHO
CREA/CONFEA 111849707-4MA

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão, vinculado à Certidão nº 867204/2022, em 30/06/2022 emitida



Certidão nº 867204/2022
01/07/2022, 10:22

Chave de Impressão: 4ZxZ8

O documento neste ato registrado foi emitido em 21/06/2022 e contém 1 folhas







CERTIFICADO DE INSPEÇÃO VEICULAR - CIV 330

Nº A2.355.708

ORGANISMO DE INSPEÇÃO VEICULAR ACREDITADO (OIVA)

CNPJ - CNPJ: 23.897.118/0001-42
CENTRO ESPECIALIZADO DE INSPECÇÕES DO
MARANHÃO LTDA - ME
ENDEREÇO: R. PRINCIPAL, Nº 19, VILA MARANHÃO - KM
19 EST. DE ACESSO BR-155 - CHACARA - CEP:
65.093-242 SÃO LUIS - MA FONE - (98) 2011-9030 (98)
3013-0881 atendimento@ci-inspemar.com.br
OIVA 0251

02 PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO RODOVIAÁRIO
C E E GESTÃO AMBIENTAL LTDA

03 CNPJ / CPE
32.879.596/0001-38

04 ENDEREÇO
NA

05 MUNICÍPIO
ARAGUAINA

06 UF
TO

07 CEP
NA

08 TELEFONE / FAX / E-MAIL
N/D

09 ESPECIE / TIPO
CAR/CAMINHÃO/ CARR. FECHADA

10 MARCA / MODELO / VERSÃO
N. BENZ/ACCELO 1016

11 POT / CV
156 / ND

12 COR
BRANCA

13 COMBUSTÍVEL
DIESEL

14 LOTÇÃO
NA

15 PLACA
QKD7806

16 TARA
NA

17 RPA
NA

18 CMT
NA

19 ANO DE FAB. / MOD.
2015 / 2015

20 BENSIM979078FS029988

21 DATA DE INSPEÇÃO

22 DATA DE EMISSÃO

23 DATA DE VENCIMENTO

24 Nº DO COMPROVANTE FISCAL (OIVA)

25 DOCUMENTO(S) DE REFERÊNCIA (INMETRO)

27/JUN/23

27/JUN/23

27/JUN/24

9274111

ANEXO - PORTARIA INMETRO Nº 127/2022

27 ASSINATURA / CARIMBO / CREA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (OIVA)

WAGNER LUCAS FERNANDES REIS
CFT: 60766122375 CREA: 13259

RICARDO AUGUSTO BESSA DA SILVA
CREA RT 110501563-3 CREA: 13259

O VEÍCULO RODOVIAÁRIO ACIMA, FOI INSPECIONADO CONFORME OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE DO INMETRO PARA INSPEÇÃO VEICULAR, VISANDO ATESTAR O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA ESTABELECIDOS NAS LEGISLAÇÕES DE TRÂNSITO E AMBIENTAL VIGENTES. OS REQUISITOS DE IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO RODOVIAÁRIO EXIGIDOS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NÃO ESTÃO COBERTOS POR ESTE CIV. ESTE CIV NÃO PRESSUPÕE QUALQUER GARANTIA EXPLÍCITA OU IMPLÍCITA DADA PELO OIVA RELATIVA AOS COMPONENTES E SISTEMAS INSPECIONADOS, NEM ASENTA O FABRICANTE E O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO RODOVIAÁRIO DE SUAS RESPONSABILIDADES QUANTO AOS DANOS, MANUTENÇÃO OU OPERAÇÃO DO VEÍCULO RODOVIAÁRIO. INMETRO/OUVIDORIA TEL.: (0800) 285 - 1818 / www4.inmetro.gov.br/ouvidoria

29) OBSERVAÇÕES:



São proibidas a utilização de fotocópia, mesmo sendo autenticada, e a sua plastificação. -----
"Os sistemas de freios deste veículo foram devidamente inspecionados, considerando a sua massa em ordem de marcha." -----



CINSPENAR LTDA
Ricardo Augusto B. da Silva
Eng. Mecânico
CRE 1916 D/MA
Reg. Nacional 110501503-3



CERTIFICADO DE INSPEÇÃO PARA O
TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS
CIPP

01 ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADO (OIA-PP)
CINSPENAR - CNPJ 23.691.118/0001-52
CENTRO ESPECIALIZADO DE INSPECÇÕES DO
MARANHÃO LTDA - ME
ENDEREÇO: R. PRINCIPAL Nº 19, VILA MARANHÃO - KM 19
EST. DE ACESSO BR135 - CHACARA - CEP: 650.091-242
SÃO LUIS - MA FONE - (98) 3011-9030 (98) 3013-0581
atendimento@cinspenar.com.br
OIA-PP 0679



A439493

02 DATA DE VENCIMENTO
27/JUN/24

03 PROPRIETÁRIO DO EQUIPAMENTO RODOVIÁRIO
C E E GESTAO AMBIENTAL LTDA / 32.879.596/0001-38

VEICULO RODOVIÁRIO

04 NÚMERO DO CHASSI
9BM979078FS029988

05 PLACA DE LICENÇA
QKD7806

EQUIPAMENTO RODOVIÁRIO / REVESTIMENTO INTERNO

06 RENAVAL
01066618515

07 FABRICANTE DO EQUIPAMENTO
CARROCERIAS NESCO LTDA.

09 Nº DE EQUIPAMENTO
A128109-04

10 DATA DA INSPEÇÃO PERIÓDICA
27/JUN/23

11 DATA DA PRÓXIMA INSPEÇÃO PERIÓDICA
27/JUN/24

12 Nº DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO
679-023518

14 APLICADOR DO REVESTIMENTO INTERNO
NA

15 DOCUMENTOS(S) DE INSPEÇÃO
ANEXO F-Portaria INMETRO nº 128/2022

08 DATA DA CONSTRUÇÃO
JAN/15

13 Nº DO RNC
0679-A439493

16 EQUIPAMENTO AFITO A TRANSPORTAR PRODUTOS(S) PERIGOSOS(S) DDC(S)
SEGUINTE(S) GRUPO(S)

21

TANQUE DE CARGA CERTIFICADO

22 NÚMERO DO CIPP
NA

24 DATA DE VENCIMENTO
NA

25 Nº DE EQUIPAMENTO
NA

26 Nº DE EQUIPAMENTO
NA

27 EQUIPAMENTO AFITO A TRANSPORTAR PRODUTOS(S) PERIGOSOS(S) DDC(S) SEGUINTE(S)
GRUPO(S)

28 NOME/EMPRESA/TURMA DO CREA OU CFTA Nº DO INSPECTOR (OIA-PP)
WAGNER LUCAS PEREIRA DE MEIS

29 NOME/EMPRESA/TURMA DO CREA DO REVISOR, TÉCNICO OU Nº DO CREA OU CFT DO
SUPERVISOR TÉCNICO (OIA-PP)
RICARDO AUGUSTO BESSA DA SILVA
CREA 021.155.465-2 - CREA: 19289

17 Nº DO LACRE
NA

18 TIPO DE EQUIPAMENTO
CARROCERIA FECHADA

20 Nº DO CIPP ANTERIOR
A249954

21 LOCAL DE INSPEÇÃO (U)
679-001-São Luís/MA-CINSPENAR-0679

19 Nº DE COMPARTIMENTOS
1

Nota 1: Em caso de adulteração, este CIPP perde a sua validade.
Nota 2: É parte integrante deste CIPP o Registro de Não Conformidade (RNC).
Nota 3: É obrigatório o porte da 1ª via do original deste CIPP pelo condutor do veículo rodoviário e não é permitida a sua
falsificação.
Nota 4: Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos - CIPP

INMETRO - Rua Santa Alexandrina, nº 416 - São José - RJ - CEP: 20261-322
www.inmetro.gov.br/veiculos - Tel: (0800) 203 1818

INMETRO

271

São proibidas a utilização de fotocópia, mesmo sendo autenticada, e a sua plastificação. Este certificado tem validade prorrogada, por 30 (trinta) dias, a partir da sua data de vencimento, aplicável somente nos casos em que o conjunto veicular estiver em viagem de retorno para a sua base de operação, considerando que o seu equipamento ainda esteja contaminado com resíduos. Quando o veículo ou equipamento rodoviário for envolvido em acidente ou apresentar vazamento do produto perigoso transportado, deverá ser retido o seu CIPP e enviado ao Inmetro.

Vide Certificado de Inspeção Veicular - CIV

N.º A2355708

**CINPEMAR LTDA**

Ricardo Augusto B. da Silva

Eng.º Mecânico

CREA 42000/MA

Reg. Nacional 110501503-3



CERTIFICADO DE INSPEÇÃO VEICULAR - CIV

Nº A2.355.998

PROPRIETARIO DO VEICULO E DO VEICULO RODUVIARIO
C&E GESTAO AMBIENTAL LTDA ME

04 ENDEREÇO
NA

05 MUNICÍPIO
PERITORO

06 UF
MTA

07 CEP
NA

08 TELEFONE / FAX / E-MAIL
N/D

03 CNPJ / CPE
32.879.596/0001-38

008 ESPECIE / TIPO
CAR/CAMINHÃO/C. FECHADA

11 POT / CV
175 /ND

12 COR
BRANCA

13 COMBUSTIVEL
DIESEL

14 LOTAÇÃO
NA

15 PLACA
R0C1H09

16 TARA
NA

17 RET
NA

18 CMT
NA

19 2º DE FRA/MD.
2021/7 2022

20 NÚMERO DO CHASSI
9535V61B7NR012328

21 DATA DE INSPEÇÃO

22 DATA DE EMISSÃO
01/AGO/23

23 DATA DE VENCIMENTO
01/AGO/24

24 Nº DO COMPROVANTE FISCAL (OIVA)

25 DOCUMENTO(S) DE REFERÊNCIA (INMETRO)

01/AGO/23

01/AGO/24

9274577

ANEXO - PORTARIA INMETRO Nº 127/2022

27 ASSINATURA / CARIMBO / CREA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (OIVA)

RICARDO AUGUSTO BESSA DA SILVA
CREA RT 116501603-3 CREA: 13259

O VEÍCULO RODUVIÁRIO ACIMA, FOI INSPECIONADO CONFORME OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE DO INMETRO PARA INSPEÇÃO VEICULAR, VISANDO ATESTAR O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA ESTABELECIDOS NAS LEGISLAÇÕES DE TRÂNSITO E AMBIENTAL VIGENTES. OS REQUISITOS DE IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO RODUVIÁRIO EXIGIDOS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NÃO ESTÃO COBERTOS POR ESTE CIV. ESTE CIV NÃO PRESSUPE QUALQUER GARANTIA EXPLÍCITA OU IMPLÍCITA DADA PELO OIVA RELATIVA AOS COMPONENTES E SISTEMAS INSPECIONADOS, NEM ISENTA O FABRICANTE E O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO RODUVIÁRIO DE SUAS RESPONSABILIDADES QUANTO AOS DANOS, MANUTENÇÃO OU OPERAÇÃO DO VEÍCULO RODUVIÁRIO. INMETRO/OUVIDORIA TEL: (0800) 285 - 1818 / www.inmetro.gov.br/ouvidoria

01 ORGANISMO DE INSPEÇÃO VEICULAR ACREDITADO (OIVA)
CINSEPAR - CNPJ: 23.891.118/0001-52
CENTRO ESPECIALIZADO DE INSPECÇÕES DO
MARANHÃO LTDA - ME
ENDEREÇO: R PRINCIPAL, Nº 19, VILA MARANHÃO - KM
19 EST DE ACESSO BR135 - CHACARA - CEP:
65509-232 SÃO LUÍS - MA FONE - (98) 2011-9020 (89)
3013-0851 atendimento@cinsepar.com.br
OIVA 0251

28) OBSERVAÇÕES:

9535V6TB7NR012328

São proibidas a utilização de fotocópia, mesmo sendo autenticada, e a sua plastificação. -----
"Os sistemas de freios deste veículo foram devidamente inspecionados, considerando a sua massa em ordem de marcha."-----



CINSPENAR 1000A
Ricardo Augusto da Silva
Eng. Mecânico
CRA 49127/MA
Reg. Nacional 110501503-3

**CERTIFICADO DE INSPEÇÃO PARA O
TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS**

INSPEMAR - CNPJ 23.891.800/001-52
CENTRO ESPECIALIZADO DE INSPECÇÕES DO
MARANHÃO LTDA - ME
ENDERECO: R. PRINCIPAL Nº 19, VILA MARANHÃO - KM 19
EST. DE ACESSO BR13 - CHACARA - CEP: 650.091-242
SÃO LUIS - MA FONE - (99) 3011-9030 - (99) 3013-0661



A439683

27

TANQUE DE CARGA CERTIFICADO

27 EQUIPAMENTO APTO A TRANSPORTAR PRODUTO(S) PERIGOSO(S) DO(S) SEGUINTE(S) GRUPO(S)

LUCAS PATRICK RAMOS MARTINS

29 NOME ASSINATURA DO CREA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO OU Nº DO CREA OU CFT DO SUPERVISOR TÉCNICO (OIA-PP)

RICARDO AUGUSTO BESSA DA SILVA
GRUPO 1 440601502-3 CRELA: 13269

01267170481

08 DATA DA CONSTRUÇÃO

13 N° DO RNC

0679-A439683

RO n° 128/2022

NTOS

10

10

1998

or este

1998

for

Walter e

100

XXXXXX
XXXXXX
XXXXXX
XXXXXX

Nota 1: Em caso de aderência a uma ou a equipamentos, modificações, esta CIPZ parte de sua validade.
Nota 2: É parte integrante desta CIPZ o Registro de Não Conformidade (RNC).
Nota 3: É obrigatório o porte da 1ª via do original desta CIPZ pelo condutor do veículo notificado e não é permitida a sua falsificação.
Nota 4: Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos - CTPZ

INMETRO

271

São proibidas a utilização de fotocópia, mesmo sendo autenticada, e a sua plastificação. Este certificado tem validade prorrogada, por 30 (trinta) dias, a partir da sua data de vencimento, aplicável somente nos casos em que o conjunto veicular estiver em viagem de retorno para a sua base de operação, considerando que o seu equipamento ainda esteja contaminado com resíduos. Quando o veículo ou equipamento rodoviário for envolvido em acidente ou apresentar vazamento do produto perigoso transportado, deverá ser retido o seu CIPP e enviado ao Imetro.

Vide Certificado de Inspeção Veicular - CIV N.º A2355998

9535V6TB7NR012328



CINSEMA
Ricardo Augusto da Silva
CINSEMA
Rua N.º 100
CEX 1111-1
Telefone: (19) 501303-3



CERTIFICADO DE INSPEÇÃO VEICULAR - CIV

654

Nº A2.356.032



01 ORGANISMO DE INSPEÇÃO VEICULAR ACREDITADO (CNPJ)

CINSEPMAR - CNPJ: 23.881.116/0001-52
CENTRO ESPECIALIZADO DE INSPECÇÕES DO
MARANHÃO LTDA - ME
ENDEREÇO: R. PRINCIPAL Nº 18, VILA MARANHÃO - KM
19 EST. DE ACESSO BR-135 - CHACARA - CEP:
650.081-242 SÃO LUÍS - MA FONE - (98) 3011-9030 (88)
3013-0581 atendimento@cinsepmar.com.br
CIVA 0251

02 PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO RODoviÁRIO
CE GESTÃO AMBIENTAL LTDA

03 CNPJ/CPE
32.879.596/0001-38

04 ENDEREÇO

NA

05 MUNICÍPIO
PERITORO

06 UF
MA

07 CEP

NA

08 TELEFONE / FAX / E-MAIL
ND

09 ESPECIE/LITRO
TRATOR/NAO APLICA

10 MARCA/ANO/VERSÃO
WM/19.320 CLC TT

11 POT /CV
320 /ND

12 COR
BRANCA

13 COMBUSTIVEL
DIESEL

14 LOTACÃO
NA

15 PLACA
KXW0J14

16 TARA
NA

17 RPA

18 CMT
NA

19 2007/2008

20 9BWB9824SR817115

21 DATA DE INSPEÇÃO

22 DATA DE EMISSÃO

23 DATA DE VENCIMENTO

24 Nº DO COMPROVANTE FISCAL (CIVA)

03/AGO/23

03/AGO/23

03/FEV/24

9274623

25 DOCUMENTO(S) DE REFERÊNCIA (INMETRO)

ANEXO - PORTARIA INMETRO Nº 127/2022

26 ASSINATURA / CARIMBO / CREA DO INSPECTOR (CIVA)

FRANCIELTON SANTOS SOUSA
CFT: 80693038321 CREA: 13259

27 ASSINATURA / CARIMBO / CREA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (CIVA)

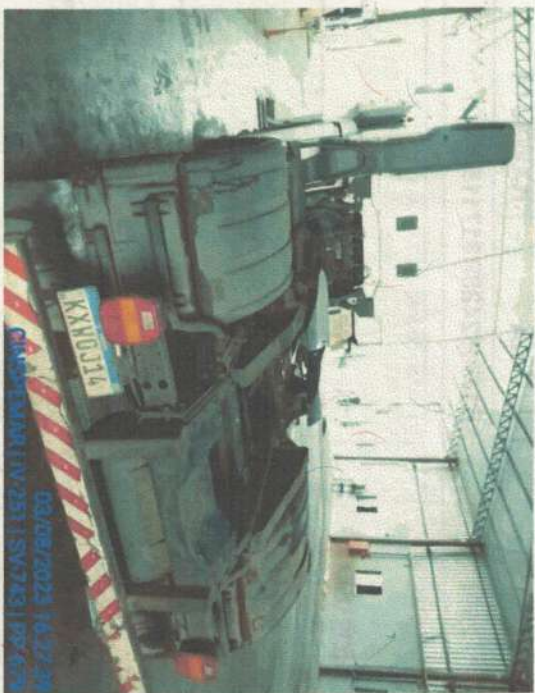
RICARDO AUGUSTO BESSA DA SILVA
CREA RT 110501503-9 CREA: 13259

O VEÍCULO RODoviÁRIO ACIMA, FOI INSPECIONADO CONFORME OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE DO INMETRO PARA INSPEÇÃO VEICULAR, VISANDO ATESTAR O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA ESTABELECIDOS NAS LEGISLAÇÕES DE TRÂNSITO E AMBIENTAL VIGENTES. OS REQUISITOS DE IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO RODoviÁRIO EXIGIDOS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NÃO ESTÃO COBERTOS POR ESTE CIV. ESTE CIV NÃO PRESSUPÕE QUALQUER GARANTIA EXPLÍCITA OU IMPLÍCITA DADA PELO CIVA RELATIVA AOS COMPONENTES E SISTEMAS INSPECIONADOS, NEM ISENTA O FABRICANTE E O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO RODoviÁRIO DE SUAS RESPONSABILIDADES QUANTO AOS DANOS, MANUTENÇÃO OU OPERAÇÃO DO VEÍCULO RODoviÁRIO. INMETRO/OUVIDORIA TEL: (0800) 285 - 1819 / www.inmetro.gov.br/ouvidoria

28) OBSERVAÇÕES:



São proibidas a utilização de fotocópia, mesmo sendo autenticada, e a sua plastificação. -----
"Os sistemas de freios deste veículo foram devidamente inspecionados, considerando a sua massa em ordem de marcha." -----



CINSPENSA LTDA
Ricardo Augusto da Silva
Eng. Mecânico
CRE 4916 D/MA
Reg. Nacional 110501503-3



CERTIFICADO DE INSPEÇÃO VEICULAR - CIV

37



Nº A2.365.515

01 ORGANISMO DE INSPEÇÃO VEICULAR ACREDITADO (OIVA)

BH INSPECÇÕES DE SEGURANÇA VEICULAR LTDA - ME
09.569.523/0001-28 OIVA: 283
R CANDIDO PORTINARI, 1564 - LOURIVAL PARENTE
Cep: 64023-293, TERESINA - PI
Email: COMERCIAL@PIINSPECAO.COM.BR
Tel: (86)3211-9255

02 PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO RODOVIÁRIO C E GESTAO AMBIENTAL LTDA		03 CNPJ / CPF 32.879.596/0001-38	
04 ENDEREÇO			
05 MUNICÍPIO TERESINA		06 UF PI	07 CEP NA
08 TELEFONE / FAX / E-MAIL N/D			
09 ESPÉCIE / TIPO CARGA/CAMINHAO/CARROCERIA FECHADA		10 MARCA / MODELO / VERSÃO M.BENZ/1718	
11 POT / CIL 177 cv /ND cc	12 COR BRANCA	13 COMBUSTÍVEL DIESEL	14 LOTACÃO NA
15 PLACA OCB6A76	16 TARA NA	17 PBT NA	18 CMT NA
19 ANO DE FAB. / MOD. 2011/ 2011	20 NÚMERO DO CHASSI 9BM693186BB805853		
21 DATA DE INSPEÇÃO 27/JUN/23	22 DATA DE EMISSÃO 27/JUN/23	23 DATA DE VENCIMENTO 27/DEZ/23	24 N° DO COMPROVANTE FISCAL (OIVA) 21359970
25 DOCUMENTO(S) DE REFERÊNCIA (INMETRO) ANEXO - PORTARIA INMETRO Nº 127/2022		26 ASSINATURA / CARIMBO / CREA DO INSPECTOR (OIVA) GEOVANE RODRIGUES DA SILVA CFT: 1917818041 CREA 29692	
27 ASSINATURA / CARIMBO / CREA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (OIVA) RAYSON DE JESUS ARAUJO CREA: 1914203305 CREA: 29692		O VEÍCULO RODOVIÁRIO ACIMA, FOI INSPECIONADO CONFORME OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE DO INMETRO PARA INSPEÇÃO VEICULAR, VISANDO ATESTAR O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA ESTABELECIDOS NAS LEGISLAÇÕES DE TRÂNSITO E AMBIENTAL VIGENTES. OS REQUISITOS DE IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO RODOVIÁRIO EXIGIDOS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NÃO ESTÃO COBERTOS POR ESTE CIV. ESTE CIV NÃO PRESSUÕE QUALQUER GARANTIA EXPLÍCITA OU IMPLÍCITA DADA PELO OIVA RELATIVA AOS COMPONENTES E SISTEMAS INSPECIONADOS, NEM ISENTA O FABRICANTE E O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO RODOVIÁRIO DE SUAS RESPONSABILIDADES QUANTO AOS DANOS, MANUTENÇÃO OU OPERAÇÃO DO VEÍCULO RODOVIÁRIO. INMETRO/OUVIDORIA TEL: (0800) 285 - 1818 / www4.inmetro.gov.br/ouvidoria	

GRÁFICA: RAZÃO SOCIAL/CNPJ

PRIMI TECNOLOGIALTDA 05.218.494/0001-07

1ª VIA PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO RODOVIÁRIO



CERTIFICADO DE INSPEÇÃO PARA O
TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

CIPP

01 ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADO (OIA-PP)

BH INSPECOES DE SEGURANCA VEICULAR LTDA- ME
09.569.523/0001-28 OIAPP: 780
R CANDIDO PORTINARI, 1584 - LOURIVAL PARENTE
Cep: 64023-293, TERESINA - PI
Email: COMERCIAL@PIINSPECAO.COM.BR
Tel: (86)3211-9255



A499891

02 DATA DE VENCIMENTO

03 PROPRIETÁRIO DO EQUIPAMENTO RODOVIÁRIO

C E GESTAO AMBIENTAL LTDA / 32.879.596/0001-03

04 NÚMERO DO CHASSI

05 PLACA DE LICENÇA

06 RENAVAL

98M693186BB805853

OCB6A76

00345537424

07 FABRICANTE DO EQUIPAMENTO

08 DATA DA CONSTRUÇÃO

CARROFEL

09 Nº DE EQUIPAMENTO

10 DATA DA INSPEÇÃO PERIÓDICA

11 DATA DA PRÓXIMA INSPEÇÃO PERIÓDICA

12 Nº DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

JUL/13

13 Nº DO RNC

14 APLICADOR DO REVESTIMENTO INTERNO

27/JUN/23

27/JUN/24

780-002371

15 DOCUMENTO(S) DE INSPEÇÃO

780-002371

16 EQUIPAMENTO APTO A TRANSPORTAR PRODUTO(S) PERIGOSO(S) DO(S)
SEGUINTE(S) GRUPO(S)

17 Nº DO LACRE

18 TIPO DE EQUIPAMENTO

19 Nº DE COMPARTIMENTOS

27V/

NA

CARROCERIA FECHADA

1

20 Nº DO CIPP (ANTERIOR)

21 LOCAL DE INSPEÇÃO (L)

A299530

780-001-TERESINA/PI

TANQUE DE CARGA CERTIFICADO

22 NÚMERO DO CTPP

23 ORGANISMO DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS (OCP)

NA

NA

24 DATA DE VENCIMENTO

25 Nº DE EQUIPAMENTO

26 FAMÍLIA

NA

NA

NA

27 EQUIPAMENTO APTO A TRANSPORTAR PRODUTO(S) PERIGOSO(S) DO(S) SEGUINTE(S)
GRUPO(S)

NA

28 NOME/ASSINATURA/Nº DO CREA OU CETA/DO INSPETOR (OIA-PP)

GEOMAR RODRIGUES DA SILVA

CFT: 1917848041 CREA: 20992

29 NOME/ASSINATURA/Nº DO CREA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO OU Nº DO CREA OU CFT DO
SUPERVISOR TÉCNICO (OIA-PP)

RAIMONDEUS DE JESUS ARANHA

CREA: 194405306 CREA: 20992

O equipamento rodoviário foi inspecionado conforme os requisitos estabelecidos no(s) documento(s) de inspeção exigido(s) pelo Inmetro.
Os requisitos de identificação do equipamento rodoviário exigidos na legislação de trânsito, não estão cobertos por este CIPP.
Este CIPP não pressupõe qualquer garantia explícita ou implícita dada pelo OIA-PP, relativa aos componentes inspecionados.
Este CIPP não isenta o fabricante/aplicador do revestimento interno/proprietário do equipamento rodoviário e o expedidor de suas responsabilidades, quanto aos danos pessoais, materiais e ambientais ou quaisquer perdas provocadas por problemas de instalação, construção, aplicação de revestimento interno, manutenção e operação incorreta do equipamento rodoviário.
O proprietário do equipamento rodoviário e o expedidor são responsáveis pela adequação do equipamento rodoviário e acessórios ao(s) produto(s) perigoso(s) transportado(s).

Nota 1: Em caso de acidentes/avarias com o equipamento rodoviário, este CIPP perde a sua validade.

Nota 2: É parte integrante desde CIPP o Registro de Não Conformidade (RNC).

Nota 3: É obrigatório o porte da 1ª via do original deste CIPP pelo condutor do veículo rodoviário e não é permitida a sua plastificação.

Nota 4: Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos - CTPP

INMETRO - Rua Santa Alexandrina, nº 416 - Rio Comprido - RJ - CEP 20261-232
www.inmetro.gov.br/roviario - Tel: 0800 255 1818

INMETRO

GRÁFICA: PRIMI TECNOLOGIA LTDA / CNPJ: 32.184.994/0001-07



CERTIFICADO DE INSPEÇÃO PARA O
TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

CIPP

01 ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADO (OIA-PP)

CINSPENAR - CNPJ 23.891.118/0001-52
CENTRO ESPECIALIZADO DE INSPECÇÕES DO
MARANHÃO LTDA - ME
ENDEREÇO: R. PRINCIPAL Nº 19, VILA MARANHÃO, KM 19
EST. DE ACESSO BR-135 - CHACARA - CEP: 650.091-242
SÃO LUÍS - MA FONE - (98) 3011-8030 (98) 3013-0861
mandamentos@cinspenar.com.br
OIA-PP 0679



A439699

02 DATA DE VENCIMENTO

03/DEZ/23

03 PROPRIETÁRIO DO EQUIPAMENTO RODOVIÁRIO

CE GESTAO AMBIENTAL LTDA / 32.879.596/0001-38

04 NÚMERO DO CHASSI

9AA081230TC019204

07 FABRICANTE DO EQUIPAMENTO

A GUERRA S/A

09 Nº DE EQUIPAMENTO

6790038-01

14 APLICADOR DO REVESTIMENTO INTERNO

NA

EQUIPAMENTO RODOVIÁRIO / REVESTIMENTO INTERNO

VEICULO RODOVIÁRIO

PLACA DE LICENÇA

KDC3D54

00672510588

11 DATA DA PRÓXIMA INSPEÇÃO PERIÓDICA

03/DEZ/23

12 Nº DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

679-024030

13 DOCUMENTOS(S) DE INSPEÇÃO

0679-A439699

08 DATA DA CONSTRUÇÃO

JUN/96

13 Nº DO RNC

0679-A439699

ANEXO F-Portaria INMETRO nº 128/2022

16 EQUIPAMENTO APTO A TRANSPORTAR PRODUTOS PERIGOSOS(DOS SEQUENTES) GRUPO(S)

27U/

TANQUE DE CARGA CERTIFICADO

22 NÚMERO DO CTPP

NA

24 DATA DE VENCIMENTO

NA

27 EQUIPAMENTO APTO A TRANSPORTAR PRODUTOS PERIGOSOS(DOS SEQUENTES) GRUPO(S)

NA

28 NOME/ASSINATURA/Nº DO CREA OU CFT/Nº DO INSPECTOR (OIA-PP)

WAGNER LUCAS REBRANDES REIS

29 NOME/ASSINATURA/Nº DO CREA OU CFT/Nº DO SUPERVISOR TÉCNICO (OIA-PP)

RICARDO AUGUSTO BESSA DA SILVA

17 Nº DO LACRE

NA

18 TIPO DE EQUIPAMENTO

CARROCERIA FECHADA

20 Nº DO CIPP (ANTERIOR)

679-001-São Luís/MA

21 LOCAL DE INSPEÇÃO (U)

1

19 Nº DE COMPARTIMENTOS

1

Nota 1: Em caso de acidente/incidente com o equipamento rodoviário, este CIPP perde a sua validade.
Nota 2: É obrigatório o porte da 1ª via do original deste CIPP pelo condutor do veículo rodoviário e não é permitida a sua reprodução.
Nota 3: Este documento não substitui o documento de identificação do veículo rodoviário.
Nota 4: Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos - CIPP

INMETRO - Rua Santa Adelaide, nº 416 - Rio Comprido - RJ - CEP 20261-232
www.inmetro.gov.br/rodoviario - Fone: 0800 285 1918

271

São proibidas a utilização de fotocópia, mesmo sendo autenticada, e a sua plastificação. Este certificado tem validade prorrogada, por 30 (trinta) dias, a partir da sua data de vencimento, aplicável somente nos casos em que o conjunto veicular estiver em viagem de retorno para a sua base de operação, considerando que o seu equipamento ainda esteja contaminado com resíduos. Quando o veículo ou equipamento rodoviário for envolvido em acidente ou apresentar vazamento do produto perigoso transportado, deverá ser retido o seu CIPP e enviado ao Inmetro.

Vide Certificado de Inspeção Veicular - CIV

N.º A2356028

9A A081230T0019204

6790038

CINSPENSA LTDA
Ricardo Augusto da SilvaEnviado em 08/08/2010
CIPV/D/MA
Reg. Nacional 11867593-3



CERTIFICADO DE INSPEÇÃO VEICULAR - CIV

Nº
A2.356.028

02 PROPRIETÁRIO DO VEICULO RODUVIARIO
CE GESTÃO AMBIENTAL LTDA

04 ENDEREÇO
NA

05 MUNICÍPIO
PERITORO

06 UF
MA

07 CEP
NA

08 TELEFONE / FAX / E-MAIL
N/D

03 CNPJ/CPF
32.879.596/0001-38

01 ORGANISMO DE INSPEÇÃO VEICULAR ACREDITADO (OIVA)
CNSPERAR - CNPJ: 23.097.118/0001-42
CENTRO ESPECIALIZADO DE INSPECÇÕES DO
MARANHÃO LTDA - ME
ENDEREÇO: R. PRINCIPAL, N° 19, VILA MARANHÃO - KM
19 EST DE ACESSO BR-156 - CHACARA - CEP:
660.091-242 SÃO LUÍS - MA FONE - (98) 3011-9030 (98)
3013-9681 atendimento@cnspemar.com.br
OIVA 02871

09 ESPECIE / TIPO
CARGA/SEMI REBOQUE/CARR FECHADA

10 MARCA/MODELO/VERSÃO
REBIA. GUERRA

11 POT./CL
NA / NA

12 COR
BRANCA

13 COMBUSTIVEL
NA

14 LOTF/CLO
NA

15 C/CAS
RDCC3D54

16 TARR
NA

17 RPA
NA

18 CMT
NA

19 ANO DE FAB. / MOD.
1998 / 1997

20 NÚMERO DE PASSAG.
9AA087230TC019204

21 DATA DE INSPEÇÃO:

22 DATA DE EMISSÃO
03/AGO/23

23 DATA DE VENCIMENTO
03/DEZ/23

24 N° DO COMPROVANTE FISCAL (OIVA)
9274621

25 DOCUMENTO(S) DE REFERÊNCIA (INMETRO)

ANEXO - PORTARIA INMETRO Nº 127/2022

FRANCELTON SANTOS SOUSA
CFT: 60638613371 CREA: 13269

27 ASSINATURA / CARIMBO / CREA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (OIVA)

RICARDO AUGUSTO BASSA DA SILVA
CREA RT 110501605-3 CREA: 13269

O VEICULO RODUVIARIO ACIMA, FOI INSPECIONADO CONFORME OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE DO INMETRO PARA INSPEÇÃO VEICULAR, VISANDO ATESTAR O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA ESTABELECIDOS NAS LEGISLAÇÕES DE TRÁNSITO E AMBIENTAL VIGENTES. OS REQUISITOS DE IDENTIFICAÇÃO DO VEICULO RODUVIARIO EXIGIDOS NA LEGISLAÇÃO DE TRÁNSITO NÃO ESTÃO COBERTOS POR ESTE CIV. ESTE CIV NÃO PRESUMIRÁ QUALQUER GARANTIA EXPLÍCITA OU IMPLÍCITA DADA PELO OIVA RELATIVA AOS COMPONENTES E SISTEMAS INSPECIONADOS, NEM ASENTA O PROPRIETARIO DO VEICULO RODUVIARIO DE SUAS RESPONSABILIDADES QUANTO AOS DANOS, MANUTENÇÃO OU OPERAÇÃO DO VEICULO RODUVIARIO. INMETRO/OUVIDORIA TEL.: (0800) 285 - 1818 / www4.inmetro.gov.br/ouvidoria

28) OBSERVAÇÕES:



São proibidas a utilização de fotocópia, mesmo sendo autenticada, e a sua plastificação. -----
"Os sistemas de freios deste veículo foram devidamente inspecionados, considerando a sua massa em ordem de marcha." -----



CINSPENALTA
Ricardo A. B. da Silva
C/ma 1915-C/MA
Reg. Nacional 110501503-3

30 OBSERVAÇÕES:

271

São proibidas a utilização de fotocópia, mesmo sendo autenticada, e a sua plastificação. Este certificado tem validade prorrogada, por 30 (trinta) dias, a partir da sua data de vencimento, aplicável somente nos casos em que o conjunto veicular estiver em viagem de retorno para a sua base de operação, considerando que o seu equipamento ainda não tenha sido transportado. Quando o veículo ou equipamento rodoviário for envolvido em acidente ou apresentar vazamento do produto perigoso, deverá ser retido o seu CIPP e enviado ao Imetro.

Vide Certificado de Inspeção Veicular - CIV

Nº A2355641



CINSPER LTDA
Ricardo A. B. da Silva
Eng. Mecânico
CREA 4916 D/MA
Reg. Nacional 110501503-3



CERTIFICADO DE INSPEÇÃO VEICULAR - CIV

Nº A2.355.641

01 ORGANISMO DE INSPEÇÃO VEICULAR ACREDITADO (OIVA)
CINSEPAR - CNPJ: 23.861.118/0001-52
CENTRO ESPECIALIZADO DE INSPEÇÕES DO
MARANHÃO LTDA - ME
MARANHÃO - KM
BIJUEIRO: R. PRINCIPAL, Nº 19, VILA MARANHÃO - KM
19 EST. DE ACESSO BR-155 - CHACADA - CEP:
650.091-242 SÃO LUIS - MA FONE: (98) 3071-9020 (pb)
3013-9681 atendimento@cinsepar.com.br
OIVA 0281

02 PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO RODOVIÁRIO
E E GESTÃO AMBIENTAL LTDA

04 ENDEREÇO
06 UF
07 CEP
08 TELEFONE / FAX / E-MAIL
03 CNPJ / CPE
32.879.596/0001-38

05 MUNICÍPIO
AUGUSTINOPOLIS

09 ESPÉCIE / TIPO
CARGA/CAMINHONETE/CARROCERIA FECHADA

11 POT / CV
97 / IND

16 TRM
NA

21 DATA DE INSPEÇÃO
20/JUN/23

22 DATA DE EMISSÃO
20/JUN/23

25 DOCUMENTO(S) DE REFERÊNCIA (INMETRO)
ANEXO - PORTARIA INMETRO Nº 127/2022

27 ASSINATURA / CARIMBO / CREA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (OIVA)
RICARDO AUGUSTO BESSA DA SILVA
CREA RT 110501503-3 CREA: 13259

12 COB
PRAIA

17 RPA
NA

18 CMT
NA

13 COMBUSTÍVEL
DIESEL

19 ANO DE FAB / MOD.
2011 / 2012

23 DATA DE VENCIMENTO
20/DEZ/23

24 Nº DO COMPROVANTE FISCAL (OIVA)
9274002

26 ASSINATURA / CARIMBO / CREA DO INSPECTOR (OIVA)
FRANCIELTON SANTOS SOUSA
CFT: 60693630324 CREA: 13269

14 LOTACÃO
NA

15 RM
MW18695

01 O VEÍCULO RODOVIÁRIO ACIMA, FOI INSPECIONADO CONFORME OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE DO INMETRO PARA INSPEÇÃO VEICULAR, VISANDO ATESTAR O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA ESTABELECIDOS NAS LEGISLAÇÕES DE TRÂNSITO E AMBIENTAL VIGENTES. OS REQUISITOS DE IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO RODOVIÁRIO EXIGIDOS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NÃO ESTÃO COBERTOS POR ESTE CIV. COBERTOS POR ESTE CIV. ESTE CIV NÃO PRESUPÕE QUALQUER GARANTIA EXPLÍCITA OU IMPLÍCITA DADA PELO OIVA RELATIVA AOS COMPONENTES E SISTEMAS INSPECIONADOS, NEM ISENTA O FABRICANTE E O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO RODOVIÁRIO DE SUAS RESPONSABILIDADES QUANTO AOS DANOS, MANUTENÇÃO OU OPERAÇÃO DO VEÍCULO RODOVIÁRIO. INMETRO/OUVIDORIA TEL: (0800) 285 - 1818 / www4.inmetro.gov.br/ouvidoria

1ª VIA PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO RODOVIÁRIO

GRÁFICA RAZÃO SOCIAL CNPJ

PRIMI TECNOLOGIA LTDA 05.218.494/0001-97

Microeletrônica CS2100U CS2400

29) OBSERVAÇÕES:



São proibidas a utilização de fotocópia, mesmo sendo autenticada, e a sua plastificação. -----
"Os sistemas de freios deste veículo foram devidamente inspecionados, considerando a sua massa em ordem de marcha." -----



CINSPENAR PP-679 | SV-743 | IV-251
20/06/2023 15:18:04

CINSPENAR LTDA
Ricardo Augusto da Silva
Eng.º Mecânico
CREA 1912/D-MA
Reg. Nacional 170501503-3

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;">  <div style="text-align: center;"> Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR </div>  </div>			
Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
7712416	17/10/2023	17/10/2023	17/01/2024
Dados básicos:			
CPF: 027.406.443-02			
Nome: DARLENE VIANA SILVA			
Endereço:			
logradouro: RUA ARIRIZAL, CONDOMINIO VILLE			
N.º: SN	Complemento: BL 09 AP 103		
Bairro: COHAMA	Município: SAO LUIS		
CEP: 65067-197	UF: MA		
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA			
Código CBO	Ocupação	Área de Atividade	
2140-05	Engenheiro Ambiental	Elaborar projetos ambientais	
2140-05	Engenheiro Ambiental	Gerir resíduos	
2140-05	Engenheiro Ambiental	Prestar consultoria, assistência e assessoria	
2142-05	Engenheiro Civil	Elaborar projetos de engenharia civil	
2142-05	Engenheiro Civil	Gerenciar obras civis	
2142-05	Engenheiro Civil	Prestar consultoria, assistência e assessoria	
<p>Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais do CTF/AIDA.</p> <p>A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa física, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelo respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.</p> <p>O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/AIDA não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades, especialmente os documentos de responsabilidade técnica, qualquer o tipo e conforme regulamentação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional, quando exigíveis.</p> <p>O Certificado de Regularidade no CTF/AIDA não produz qualquer efeito quanto à qualificação e à habilitação técnica da pessoa física inscrita.</p>			
Chave de autenticação		G3MKUI6ZX4RFYJ7Y	

CONTRATO ADITIVO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Por meio deste instrumento **CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS**, de um lado firma a empresa **C&E Gestão Ambiental Ltda**, com sede à ROD BR135, KM 227, ZONA RURAL, PERITORÓ MA, CEP: 65.418-000, inscrita no CNPJ Nº 32.879.596/0001-38, representada nesta ocasião por, seu sócio: **WENCESLAU EDUKS ANDRADE DOS SANTOS**, RG Nº 109324599-6, CPF Nº 913.035.913-91, doravante denominado de simplesmente **CONTRATANTE**, do outro lado a Sra. **DARLENE VIANA SILVA**, brasileira, RG Nº 016924102001-0, CPF Nº 027.406.443-02, com título profissional de **ENGENHEIRA CIVIL PÓS GRADUADA EM ENGENHARIA SANITÁRIA, AMBIENTAL e ENGENHEIRA DE SEGURANÇA DO TRABALHO**, cart. CREA 7976/TDMA nº 1118428501/MA, residente e domiciliada na Travessa Frederico Coelho, SN, Centro, Tuntum - MA, CEP: 65.763-000, doravante denominada de simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si acertado o seguinte:

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços e honorários de profissional autônomo de Engenharia Civil pós graduada em Sanitária, Ambiental e Engenheira de Segurança do Trabalho Responsável Técnico, têm entre si justos e acordados quanto segue:

CLÁUSULA 1ª - O presente instrumento, tem como objeto, a prestação de serviços de Engenharia Sanitária, Ambiental e de Segurança do Trabalho, sendo que em sua vigência, o contratado deve manter seu registro regularizado no Conselho Regional de Engenharia CREA, sob pena de ser considerado extinto o presente instrumento;

CLÁUSULA 2ª - A contratada executará os serviços diretamente a contratante;

CLÁUSULA 3ª - Caberá ao contratado desenvolver atividades como Responsável Técnico na sua área especializada em Engenharia Sanitária, Ambiental e de Segurança do Trabalho, conforme atribuições profissionais e compatíveis com os objetos sociais da empresa ora contratante, a serem realizadas na cidade de Peritoró - Ma, devendo fiscalizar as atividades desta;

CLÁUSULA 4ª - A vigência do presente contrato será por **TEMPO INDETERMINADO**, com acréscimo de 20% ao ano, com início das atividades a partir da data de assinatura deste contrato;

WENCESLAU
EDUKS ANDRADE
DOS
SANTOS:91303591391
1391

Assinado de forma
digital por WENCESLAU
EDUKS ANDRADE DOS
SANTOS:91303591391
Dados: 2023.09.01
08:31:44-03'00'

Assinado de forma
digital por DARLENE
VIANA
SILVA:02740644302
Dados: 2023.09.01
08:30:34-03'00'

CLÁUSULA 5ª - A contratada não terá carga horária fixa obrigatória e nem exclusividade de trabalho;

CLÁUSULA 6ª - O contratante assegura a contratada absoluta independência técnica;

CLÁUSULA 7ª - Os honorários profissionais do contrato serão de **R\$ 7.920,00** (sete mil novecentos e vinte reais), de acordo com Lei 4950A/66 que determina o valor de salário para a jornada de trabalho do profissional na área de Engenharia, deverá ser realizado pagamento todo dia 10 de cada mês através de depósito bancário: BANCO DO NORDESTE AG: 00127, CC: 045824-7;

CLÁUSULA 8ª - Este contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes por qualquer motivo mediante aviso prévio de 30(trinta) dias, este prazo poderá ser prorrogado até que a contratante encontre um substituto técnico do profissional;

CLÁUSULA 9ª - Durante a vigência do contrato, ficará a contratada responsável pelas atividades técnicas da empresa contratante, conforme discriminado na cláusula 1ª;

CLÁUSULA 10ª - Toda e quaisquer taxas, impostos e encargos que incidirem sobre este contrato será de responsabilidade da contratante.

CLÁUSULA 11ª - Todos os encontros na empresa serão em comum acordo e o traslado, alimentação e pernoite serão custeados pela contratada.

CLÁUSULA 12ª - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Peritoró Ma;

Por estarem as partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento particular de prestação de serviços, assinam no em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Pe itoró Ma, 01 de setembro de 2023.

WENCESLAU EDUKS
ANDRADE DOS
SANTOS:913035913
91

Assinado de forma digital
por WENCESLAU EDUKS
ANDRADE DOS
SANTOS:91303591391
Dados: 2023.09.01
08:31:27 -03'00'

Wenceslau Eduks Andrade dos Santos

CPF: 913.035913-91

DARLENE
VIANA
SILVA:0274064
4302

Assinado de forma
digital por DARLENE
VIANA
SILVA:02740644302
Dados: 2023.09.01
08:30:45 -03'00'

DARLENE
VIANA
SILVA:0274064
4302

Assinado de forma
digital por DARLENE
VIANA
SILVA:02740644302
Dados: 2023.09.01
08:30:59 -03'00'

Darlene Viana Silva

CPF: 027.406.443-02

Kaylany Gabrielle da Silveira

TESTEMUNHA 1

CPF: 629.820.883-63

Guelben de Sousa Bezerra

TESTEMUNHA 2

CPF: 003-316-243-85



Gestão Ambiental

CNPJ: 32.879.596/0001-38

ENDEREÇO: ROD. BR 135, KM 227, ZONA RURAL, PERITORÓ, MARANHÃO

TELEFONES: (99) 99155 2986 / (98) 99133 0568

E-MAIL: cegestaoambiental@gmail.com

DECLARAÇÃO DE VEÍCULOS PARA COLETA DOS RSS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAILÂNDIA/Ma.

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº056/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21.756/2023

O signatário da presente, o senhor Wenceslau Eduks Andrade dos Santos, CPF: 913.035.913-91, RG: 109.324.599-6, Residente à Rodovia Br 135, Km 227, Zona Rural, Peritoró – Ma. legalmente constituído da Licitante, a empresa **C&E Gestão Ambiental Ltda.**, com endereço à Rod. BR 135, Km 227, zona rural, Peritoró – Ma, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 32.879.596/0001-38. **DECLARA** para os devidos fins de direito que os veículos abaixo relacionados são de nossa propriedade e estão devidamente licenciados e autorizados, pelos órgãos federais competentes, para os serviços de coleta e transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde, encontrando-se dentro das normas da ABNT.

- Caminhão Baú VW 11.180	Placas: ROC 1H09
- Caminhão Baú MB ACCELO 1016	Placas: QKD 7806
- Caminhão volkswagen(cavalo mecânico)	Placas: KXW 0J14
- Semi-reboque BAÚ	Placas: KDC 3D54
- Caminhão MB 1718	Placas: OCB 6A76
- Caminhão Hiundai HR	Placas: MWI 8695

Peritoró – MA, 25 de outubro de 2023.

Wenceslau Eduks Andrade dos Santos

CPF. 913.035.913-91

C&E Gestão Ambiental LTDA.



Proprietário

II Relatório de Teste de Queima

C & E Gestão Ambiental Ltda



II MONITORAMENTO DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Equipe Responsável pela Elaboração do II Monitoramento Ambiental			
Responsável	Registro Profissional	Cadastro Técnico Federal - IBAMA	Assinaturas
Mackson Ronny de Oliveira D'Anunciação	CREA: 12019487-20	4091303	
Kelly Araújo da Silva	CRBio: 97899/01-D	6102095	

Peritoró - MA

Junho / 2023

II Relatório de Teste de Queima

C & E Gestão Ambiental Ltda



II MONITORAMENTO DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Peritoró - MA

Junho / 2022



Política

“Preservar o meio ambiente, através da educação dos colaboradores, clientes e sociedade em geral, buscando sempre a melhoria contínua dos nossos processos”.

Missão:

Preservação dos recursos naturais.

Valores:

- Ética Profissional;
- Transparência em nossos processos;
- Educação Ambiental à população;
- Comprometimento com a preservação dos recursos naturais;
- Qualidade dos serviços.



Empreendedor:

Razão Social: **C & E Gestão Ambiental Ltda**

CNPJ: **32.879.596/0001-38**

Endereço Administrativo: **Rod. BR 135 Km 227 – Zona Rural**

Coordenada Geográfica: **La 4° 21' 21.99'' / Lo 44° 56' 56.67''**

Contato: **Sr. Wenceslau Eduks Andrade dos Santos**

Fone: **(99) 3663-0000**

E-mail: cegestaoambiental@gmail.com

II RELATÓRIO TÉCNICO DAS
EMISSIONES ATMOSFÉRICAS PARA
AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA DO
INCINERADOR E DA QUALIDADE DO
AR CONFORME A RESOLUÇÃO
CONAMA 491, 19 DE NOVEMBRO DE
2018 COMBINADA COM A
RESOLUÇÃO CONAMA 316 DE 29 DE
OUTUBRO DE 2002.



II RELATÓRIO TÉCNICO


Interessado..... : **C & E GESTÃO AMBIENTAL LTDA**

Assunto..... : **II Monitoramento da Qualidade do ar – Emissões Atmosféricas provenientes do processo de autocombustão / incineração dos resíduos ambulatoriais e industriais acolhidos pelo empreendimento.**

Local.....: **Peritoró - MA**

Assinaturas

Responsáveis Técnicos:



Mackson R. O. D'Anunciação
Engº Sanitarista - Ambiental
Químico Responsável
CRO 16300024 / CREA 1201948720

Prof.Dr. Mackson Ronny D'Anunciação
Engº Sanitarista – Ambiental- Químico.
Engenheiro de Segurança do Trabalho.
Especialista em Biossegurança - FAMEESP
CNP: Cadastro Nacional de Peritos 017989
CREA 12019487 20 / CRQ: 16300024



Prof. MSc. Kelly Araújo da Silva
Bióloga Responsável.
CNP: Cadastro Nacional de Peritos 017993
CRBio 97899 / 01 – D

SUMÁRIO

1 – Incinerador Modelo LUFTECH-RGL 200 S:.....	8
2 – Fabricante:.....	8
3 – Objetivos:	8
4 - Condições Operacionais do Incinerador... ..	9
5 – Descrições do Processo do Incinerador.....	10
5.3 - Fluxogramas do processo de Incineração	11
6 – Descrições dos Resíduos Incinerados.....	12
7 – Tipos e Características dos amostradores	14
8 – Local de Coleta.....	15
9 – Introdução aos Laudos Técnicos	16
10 – Simulações Matemáticas	17
11 – Cronograma do Teste de Queima	31
12 - Laudo Técnico	32
13 – Diagnósticos Conclusivos	39
14 – Registros Fotográficos.....	40
15 – Referências.....	41
Anexo I - Caracterização das Cinzas.....	42

1 – Incinerador Modelo LUFTECH-RGL 200 S:

Modelo: RGL - 200 S

Capacidade Nominal: 50 kg/h na câmara de alimentação

2 – Fabricante:

LUFTECH SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

Rua Cândido Pinheiro de Barcellos n.217

Distrito Industrial Alvorada / Viamão

CEP: 94836 – 193

Tel./fax: 55 – 3208 - 6161

3 – Objetivos:

a) Simulação Matemática para o Plano de Teste de Queima;

Análises Químicas da Qualidade das emissões atmosféricas provenientes do processo de Incineração de resíduos ambulatoriais e industriais acolhidos pelo empreendimento C & E Gestão Ambiental Ltda, com base nas U.S. EPA. Combustion Control of MSW Incinerators to Minimize Emissions of Trace Organics. Washington, D.C.: U.S. Environmental Protection Agency, 1987 e Air Quality Standards - WHO (World Health Organization) e CONAMA 316, de 29/11/2002.

b) Métodos da “Environmental Protection Agency (EPA): Method 07, Method 050 e Method 051”.

4 - Condições Operacionais do Incinerador:

De acordo com o fabricante do incinerador, a capacidade de queima oscila até 70 kg /h, dependendo do material orgânico / inorgânico a ser utilizado.

O incinerador é estruturado externamente com vigas, chapas de aço, cantoneiras e perfis, internamente revestido com camadas de concreto isolante térmico e refratário de boa resistência térmica devido ao alto teor de alumina (70 % de Al_2O_3). A grelha é construída em aço.

A grelha é construída em aço, com sistema refrigerado a ar, resistente a corrosão e à temperatura constante de 600°C, com picos de 1.000°C.

Indicamos abaixo as temperaturas de trabalho nas câmaras do referido modelo / marca utilizada pela C & E Gestão Ambiental Ltda

Câmaras	Temperaturas °C	
	Mínimo	Máximo
T1 – Câmara de Alimentação	250	510
T2 – Câmara de Combustão Primária (reator)	320	720
T3 – Câmara de combustão Final (ciclone)	780	980

Na queima de materiais com alto teor calorífico, a temperatura na câmara de combustão secundária (ciclone) pode atingir até 990°C, apesar de operar normalmente entre 810°C e 950°C. As Altas temperaturas (acima de 1.200° C) normalmente não são recomendáveis, pois aumentam o teor de Óxido de nitrogênio (NO_x) nos gases de escape.

O tempo de residência dos gases nas câmaras de combustão primária secundária e final (ciclone) foi de 4,5 segundos. O tempo de residência variou de acordo com o tipo e quantidade de resíduos que foram tratados.

A vazão de gases na saída da câmara de pós – combustão (ciclone) foi de 3,1m³/h.

A velocidade de gases na saída da câmara de pós – combustão (ciclone) foi de 15,0 m/s.

5 – Descrições do Processo do Incinerador:

5.1 – Primeiro Passo: Passagem dos gases por uma câmara de expansão onde os gases entram tangencialmente e se expandem, baixando a temperatura rapidamente dos mesmos, evitando a formação de compostos indesejáveis. A seguir entra em um trocador de calor – ar – gás tipo fumo - tubular onde os gases são resfriados.

Na base desta câmara há um módulo (cinzeiro) onde há a deposição das cinzas de maior granulometria. Na parte superior deste reator está localizada a câmara de alimentação. Esta câmara é hermeticamente fechada através de uma tampa externa e de uma interna.

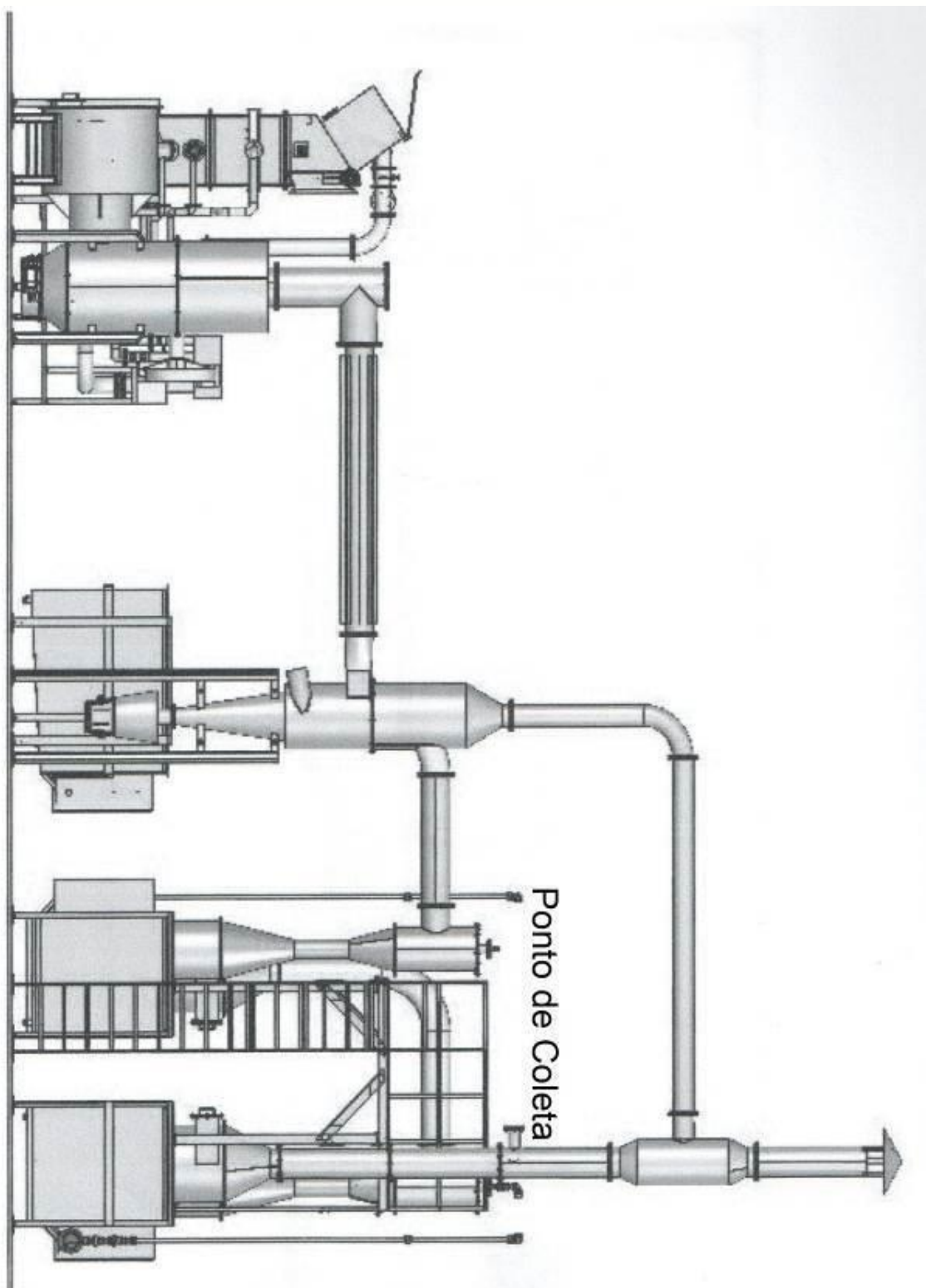
5.2 – Segundo Passo: Nesta câmara ocorre a combustão dos gases formados na câmara primária.

O corpo cilíndrico é arrematado por uma câmara – tronco cônico e em seguimento a este a chaminé de condensação dos gases para a atmosfera.

Figura 01- Painel de Controle



5.3 - Fluxogramas do processo de Incineração:



6 – Descrições dos Resíduos Incinerados:

Conforme a U.S EPA. **Characterization of Municipal Solid Waste in the United States, 1992 Update.** EPA/530-R-92-019. Washington, D.C.: U.S. Environmental Protection Agency, 1992.

6.1- Resíduos de Serviços de Saúde:

GRUPO A: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção.

GRUPO B: Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de Inflamabilidade, Corrosividade, reatividade e toxicidade.

GRUPO E: Materiais perfuro cortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidros, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, tubos capilares, micro pipetas, lâminas e lamínulas, espátulas, e todos os utensílios de vidros quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coletas sanguíneas e placas de Petri) e outros similares.

Os resíduos **A**, **B** e do grupo **E**, a maioria necessita de tratamentos especiais, sejam processos físicos, químicos ou outros processos que vierem a ser validados para obtenção de redução ou eliminação da carga microbiológica em equipamento compatível para inativação microbiana.

Volume Parcial: 3.000 kg / mês

Poder calorífico superior 200 kcal / kg

Fonte: Prof. Dr. Mackson Ronny de Oliveira D'Anunciação – CREA:12019487-20

6.2- Resíduos específicos Incinerados:

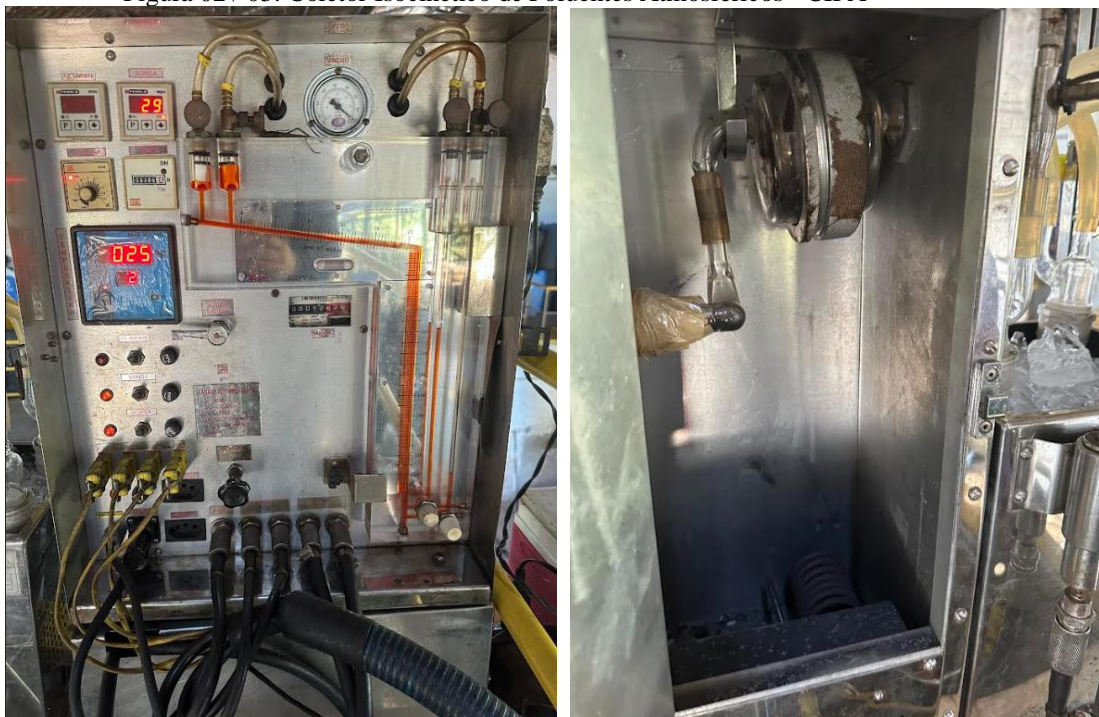
Lista de Resíduos Incinerados	Volume Parcial	Poder Calorífico
Resíduos químicos inorgânicos: ácidos, bases, peróxidos e sais.	140 kg/mês	300 kcal/kg
Resíduos químicos orgânicos: solventes, pigmentos.	30 kg/mês	1200 kcal/kg
EPIs e uniformes contaminados com agroquímicos	90 kg/mês	1200 kcal/kg
Reagentes de laboratórios (sais, ácidos e bases)	5 kg/mês	800 kcal/kg
Resíduos de creme dental	5 kg/mês	170 kcal/kg
Embalagens contaminadas com químicos	5 kg/mês	420 kcal/kg
Resíduos contaminados com óleos e lubrificantes	90 kg/mês	3800 kcal/kg
Resíduos de borracha: pneus e derivados	20 kg/mês	7200 kcal/kg
Resíduos contaminados com metais pesados	5 kg/mês	600 kcal/kg
Resíduo de vareta de solda	50 kg/mês	600 kcal/kg
Filtro de combustível usado de veículos e máquinas pesadas	90 kg/mês	1080 kcal/kg
Panos, trapos e estopas.	70 kg/mês	870 kcal/kg
Limalha de ferro	5 kg/mês	175 kcal/kg
Estopa, luvas, panos usados, filtros usados, raspas, EPIs	50 kg/mês	2650 kcal / kg
Luvas, aventais, viseiras, mangas, lentes de solda, máscara de solda, protetor auricular, plug de óculos, vidros, pérfuro cortantes, sobra de disco, embalagem vazia de revelador, embalagem vazia de penetrante, papel, PEAD, PEBD, papel higiênico usado, papel de escritório, latas de tintas vazias.	10 kg/mês	3000 kcal / kg

*Obs.: Informações retiradas dos inventários de resíduos sólidos, implantados pelo PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos).

7 – Tipos e Características dos amostradores

O ensaio / análise foi realizado com a utilização de um trem de amostragem de gases e particulados, modelo EPA (2021) / LPR, sonda com analisador portátil marca “Eurotron Inst. S.p.a, modelo Green Line 8000”.

Figura 02 / 03: Coletor Isocinético de Poluentes Atmosféricos - CIPA



8 – Local de Coleta

Figura 04: Ponto de amostragem dos gases



A Coleta de amostra foi realizada de acordo com os métodos de análises estabelecidos pela U.S. EPA. Combustion Control of MSW Incinerators to Minimize Emissions of Trace Organics. Washington, D.C.: U.S. Environmental Protection Agency, 1987.

9 – Introdução aos Laudos Técnicos:

Considerando que a classificação dos poluentes do ar atmosférico é diretamente avaliada na forma em que são emitidos como resultado de algum processo (primário) ou pela reação entre dois ou mais poluentes primários, com ou sem foto-ativação e que de acordo com o estado (Gases e Vapores), (partículas sólidas e líquidas, poeiras, fumos, névoas ou fumaças) e sua composição química (orgânicos ou inorgânicos), apresentamos o estudo analítico da fonte de poluição do ar proveniente da combustão completa dos resíduos incinerados pelo empreendedor.

Estabeleceu – se dois critérios para a avaliação do incinerador utilizado pelo **C & E Gestão Ambiental Ltda** São eles:

1º – Simulação matemática de dispersão da pluma dos poluentes – Teste de Queima

2º – Análises químicas pré-operacional e pós-operacional dos poluentes específicos das emissões atmosféricas do incinerador – modelo RGL 200 S.

10 - Simulações Matemáticas

Lista de Nomenclatura:

- . a, b, c , d : Coeficientes estequiométricos
- . A : componente
- . A_G : área interfacial gás – líquido por unidade de volume do Líquido (m^2/m^3)
- . A'_G : área interfacial gás – Líquido por m^3 de combustível sobre o prato (m^2/m^3)
- . BM: Balanço de massa
- . F: Fluxo (vazão mássica) do componente na alimentação (mol / h)
- . F^L : Fluxo do componente na fase líquido (mol / s)
- . f_{gg} : Fluxo do componente na fase gás (mol / s)
- . G : fase gás
- . hf : altura do combustível sobre o prato (m)
- . L : Líquido
- . N: Fluxo de transferência de massa entre as fases (mol / s)
- . P : Produto de reação
- . Q^G : Calor removido da fase gasosa (J/ s)
- . Q^L : Calor removido da fase líquida (J/ s)
- . R: Reagente
- . r : taxa de reação (mol / m^3 s)
- . s : fluxo (vazão mássica) na corrente lateral (mol / s)
- . x : fração molar do componente na fase líquida
- . y: fração molar do componente na fase gasosa

Considerando que:

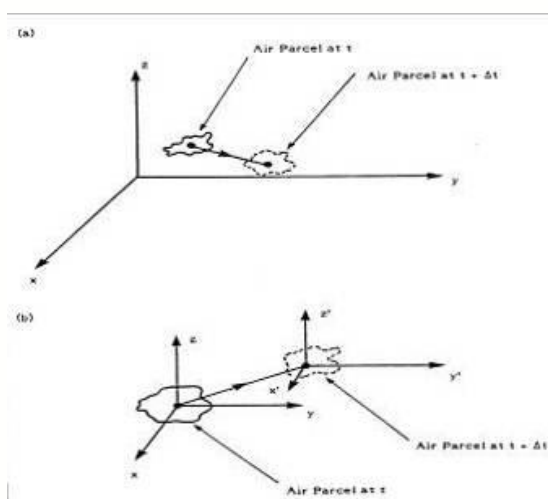
A dispersão da pluma ocorre em direção vertical e horizontal. A taxa a qual a dispersão ocorre depende de:

- Velocidade do vento;
- Insolação;
- Outros fatores que causam distúrbio e turbulência no ar (morros, edifícios, etc);
- Altura efetiva da chaminé;
- Intensidade da fonte;
- Gradiente térmico etc.;

A dispersão do ar poluído pode ser numericamente simulada por várias técnicas, as quais são divididas em duas categorias (Zannetti, 1990):

1. Modelos Eulerianos
2. Modelos lagrangianos

A diferença básica entre as duas resoluções é ilustrada na figura abaixo, na qual o sistema de referência Eulerianos é fixo (com respeito a terra), enquanto que o sistema de referência lagrangianos segue o movimento atmosférico médio.



Considerando que:

Modelos Eulerianos: A aproximação Euleriana é baseada no princípio da conservação da massa de

$$\frac{\partial c}{\partial t} = -V \cdot \nabla c + D \nabla^2 c + S$$

um poluente de concentração $C(x, y, z, t)$.

Onde, V = vetor velocidade do vento (u, v, w)

∇ = operador gradiente

S = representam os termos de criação e decaimento

$D \nabla^2 C$ = termo de difusão molecular, onde

D = é o coeficiente de difusibilidade molecular

∇^2 = é o operador Laplaciano

$$\nabla^2 = \frac{\partial^2}{\partial x^2} + \frac{\partial^2}{\partial y^2} + \frac{\partial^2}{\partial z^2}$$

A velocidade V é representada como a soma da velocidade média com os componentes de flutuação:

$$V = u + u'$$

Modelos Lagrangianos: A equação fundamental para a dispersão atmosférica de um poluente determinado é:

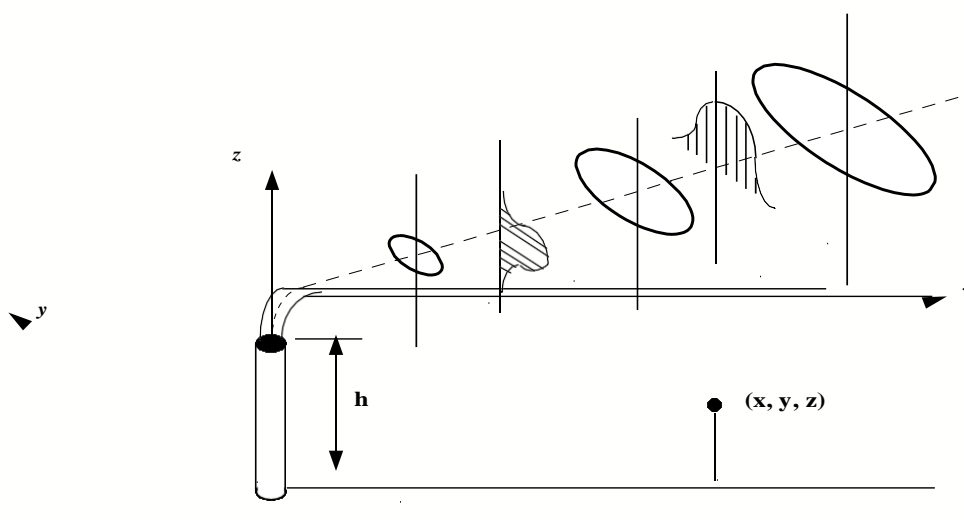
$$\langle c(r, t) \rangle = \int_{-\infty}^t \int p(r, t | r', t') S(r', t') dr' dt'$$

Onde, a integração no espaço é feita sobre a totalidade do domínio atmosférico e o primeiro termo representa a concentração média em r para o tempo t ; $S(r', t')$ é o termo fonte; e $p(r, t | r', t')$ é a função densidade de probabilidade que uma parcela de ar move-se de r' no tempo t' para r no tempo t .

Considerando que:

Modelo gaussiano: os modelos de dispersão gaussianos podem ser vistos como Eulerianos e Lagrangianos. Constituem a maioria dos modelos de poluição atmosférica e são baseados numa equação simples que descreve um campo de concentração tri-dimensional, gerado por uma fonte pontual sobre condições de emissão e meteorológicas estacionárias (Zannetti, 1990).

A distribuição da concentração da pluma ao redor do eixo central pode ser considerada uma Gaussiana, com os valores de distribuição sendo considerados afastamentos do eixo da pluma. A figura abaixo apresenta uma representação esquemática da dispersão de uma pluma segundo uma distribuição Gaussiana.



Uma aproximação da solução da equação geral de transporte e difusão é o modelo gaussiano clássico, ou Pasquill-Gifford. Nele a concentração média num ponto qualquer sobre o terreno, de coordenadas (x, y, z), resultante das emissões de uma fonte pontual, operando em regime permanente, localizada no ponto (0,0, H), quando a difusão na direção do escoamento é desprezada, pode ser expressa pela equação abaixo:

Equação emissão pontual contínua ou clássica utilizada para o cálculo das concentrações em um ponto de coordenadas (x, y, z).

$$C(x, y, z) = \frac{Q}{2\pi u \sigma_y \sigma_z} \exp\left[-\frac{y^2}{2\sigma_y^2}\right] \times \left[\exp\left[-\frac{(z-H)^2}{2\sigma_z^2}\right] + \alpha \cdot \exp\left[-\frac{(z+H)^2}{2\sigma_z^2}\right] \right] \quad \text{Onde:}$$

C (x,y,z) : concentração média do poluente, a sotavento da fonte, no ponto de coordenadas (x,y,z) (g/m³)

x : dist. a sotavento da fonte (m)

y : dist. horizontal do eixo central da pluma (m)

z : dist. acima do solo (m)

Q : Vazão mássica de emissão (vazão de lançamento do gás) (g/s)

u : Velocidade média do vento (ms⁻¹)

H : Altura efetiva da chaminé (m)

α : coeficiente de reflexão [sem dimensão]

σ_y, σ_z: coeficientes de dispersão (desvios padrões da distribuição gaussiana das concentrações horizontal e vertical (m)

OBS: exp.- a/b = e^{-a/b}

Sendo e = 2,89

Este modelo considera algumas hipóteses simplificativas como:

- A pluma apresenta distribuição Gaussiana;
- Não considera a deposição de material e reações de superfície;
- A emissão dos poluentes é considerada uniforme no tempo;
- A direção e velocidade do vento são constantes no período de tempo considerado;
- Não são consideradas as reações químicas na atmosfera;
- A classe de estabilidade atmosférica é constante no período de tempo considerado;
- Quando a pluma penetra na atmosfera, se eleva até alcançar uma altura de equilíbrio horizontal. Com isso, a altura do centro da pluma permanece constante na direção predominante do vento, adotada como fixa durante a trajetória da pluma;
- Para qualquer distância a concentração máxima sempre ocorre no centro da pluma;
- O perfil horizontal da concentração, descrito pela equação gaussiana, não se refere a plumas instantâneas e, sim, representam concentrações médias sobre períodos de 10 minutos a 1 hora – depende dos coeficientes de dispersão adotados;
- Quando é assumido que todo material que sai da pluma se conserva o coeficiente α é igual a 1, isto é, não há perda e que ao tocar o solo sofre reflexão;
- A equação gaussiana traduz situações atmosféricas estacionárias, isto é, a emissão de poluentes é constante e todos os parâmetros meteorológicos são constantes.

A primeira consideração a ser feita é que as hipóteses apresentadas são razoáveis para cálculos de concentração sobre períodos variando de 10 minutos a uma (01) hora.

Os coeficientes de dispersão horizontal (σ_y) e vertical (σ_z) podem ser estimados utilizando-se o modelo de Briggs (1974) ou de Pasquill-Gifford (ver ábacos na Figura abaixo). O tempo de amostragem varia de 15 minutos a 1 hora e os resultados são válidos para distâncias de no máximo 10 km.

Como visto anteriormente, o sistema de classificação da estabilidade atmosférica mais utilizada é o de Pasquill que define estados que vão desde o extremamente instável (Classe A) até o extremamente estável (Classe G), passando pelo neutro (Classe D). O quadro 01 apresenta um método prático para se determinar a estabilidade atmosférica em função da velocidade do vento e da insolação durante o dia ou cobertura do céu durante a noite.

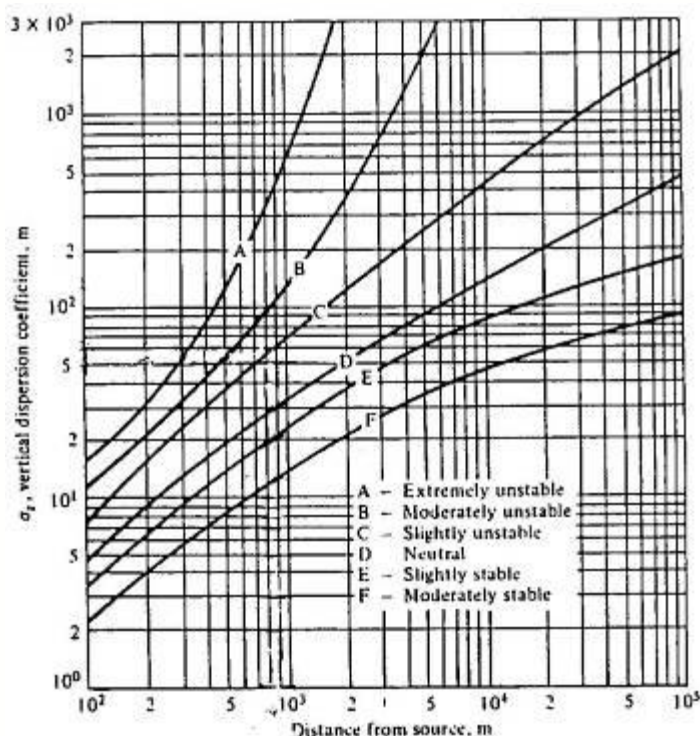
O Quadro 02 apresenta os coeficientes de dispersão, para as classes de estabilidade de Pasquill A - F, utilizados em modelos do EPA. As relações foram propostas por Briggs e são válidas para médias de 10 minutos

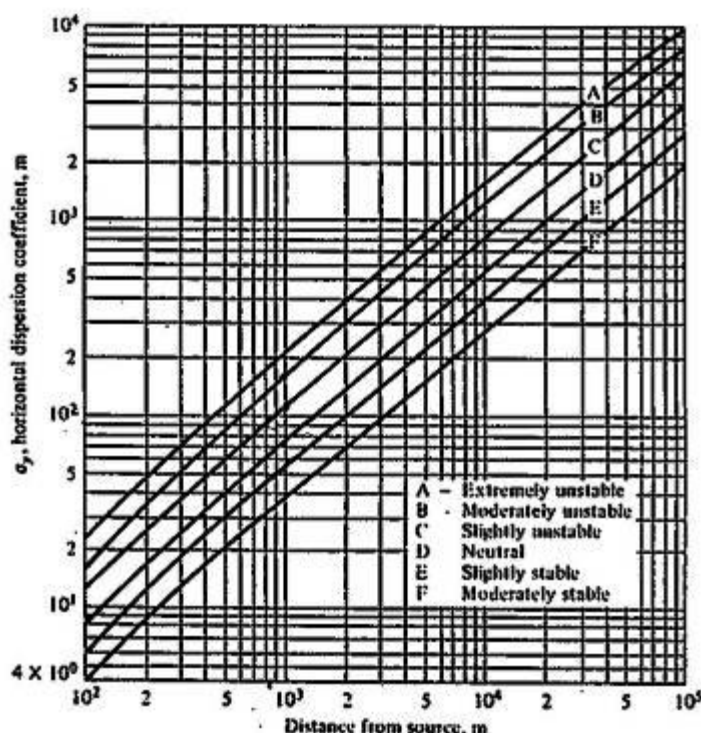
Quadro 01:
**Parâmetros de dispersão urbana por Briggs(para
distâncias entre 100 e 10.000 m) Média de 10
minutos.**

Categoria	σ_y	σ_z
A - B	$0,32 \times (1 + 0,0004x)^{-0,5}$	$0,24 \times (1 + 0,001x)^{-0,5}$
C	$0,22 \times (1 + 0,0004x)^{-0,5}$	$0,20 \times$
D	$0,16 \times (1 + 0,0004x)^{-0,5}$	$0,14 \times (1 + 0,0003x)^{-0,5}$
E - F	$0,11 \times (1 + 0,0004x)^{-0,5}$	$0,08 \times (1 + 0,0015x)^{-0,5}$

Quadro 02:
**Parâmetros de dispersão para condições de campo aberto, por Briggs(para
distâncias entre 100 e 10.000 m)
Média de 10 minutos.**

Categoria	σ_y	σ_z
A	$0,22 \times (1 + 0,0001x)^{-0,5}$	$0,20 \times$
B	$0,16 \times (1 + 0,0001x)^{-0,5}$	$0,12 \times$
C	$0,11 \times (1 + 0,0001x)^{-0,5}$	$0,08 \times (1 + 0,0002x)^{-0,5}$
D	$0,08 \times (1 + 0,0001x)^{-0,5}$	$0,06 \times (1 + 0,0015x)^{-0,5}$
E	$0,06 \times (1 + 0,0001x)^{-0,5}$	$0,03 \times (1 + 0,0003x)^{-1}$
F	$0,04 \times (1 + 0,0001x)^{-0,5}$	$0,16 \times (1 + 0,0003x)^{-1}$





Ábacos para determinação dos coeficientes de dispersão horizontal (σ_y) e vertical (σ_z) segundo Pasquill-Gifford

Considerando que:

Um parâmetro importante para a dispersão dos poluentes na atmosfera e que pode ser obtido a partir do perfil térmico vertical é a altura da camada de mistura (ou altura da base da camada de inversão térmica) e sua persistência em função do tempo.

Máxima concentração do poluente ao nível do solo:

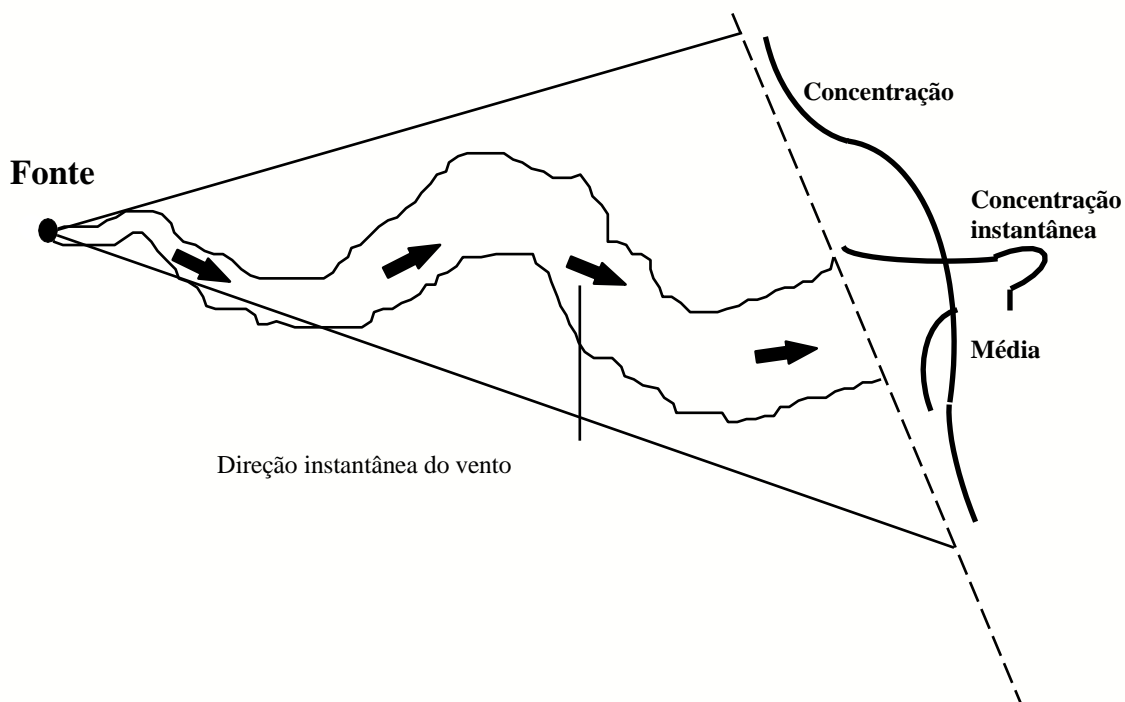
$$\sigma_z = \frac{H}{\sqrt{2}}$$

$$C_{(x,0,0)\max} = \frac{0,117 Q}{V \sigma_y \sigma_z}$$

Com o valor de σ_z entra-se no ábaco e retira-se x_{\max} . Com x_{\max} calcula-se σ_y .

Os coeficientes de dispersão empregados nos modelos matemáticos foram obtidos experimentalmente, dependem do tempo de amostragem e dos períodos de emissão contínua utilizados nos experimentos. As concentrações calculadas com esses parâmetros devem ser corrigidas para os intervalos de tempo de interesse para o estudo. A fim de confrontar os valores calculados com os padrões de qualidade do ar os valores devem ser corrigidos para 04h00min.

A figura abaixo mostra que a concentração média num ponto tende a diminuir com o aumento do tempo de observação.



Considerando que:

Os valores experimentais dos parâmetros de dispersão foram obtidos a partir de experimentos realizados em terreno aproximadamente plano com baixa rugosidade superficial. Estas condições contribuem para as diferenças verificadas entre os valores estimados das concentrações dos poluentes em determinado receptor e os observados.

A correção das concentrações calculadas pelos modelos para o intervalo de tempo de interesse para o estudo pode ser feita pela seguinte equação:

$$C_2 = C_1 \left(\frac{T_1}{T_2} \right)^p \quad \text{onde,}$$

C_2 = concentração do poluente corrigida para o intervalo de tempo de interesse ($\mu\text{g}/\text{m}^3$);

C_1 = concentração do poluente calculada para o intervalo de tempo dos parâmetros de dispersão do modelo ($\mu\text{g}/\text{m}^3$);

t_2 = intervalo de tempo de interesse;

t_1 = intervalo de tempo dos parâmetros de cálculo do modelo (10 minuto ou 1hr);

q = fator de correção que varia entre 0,20 e 0,30

$q = 0,25$ a $0,3$ para $1 \text{ hora} < t_2 < 100 \text{ horas}$

$q = 0,20$ para $t_2 < 1 \text{ hora}$

• Estudo da Qualidade do Ar:

Laudos 01 – Resultados de Densidade de Fumaça a 100 m. do Ponto Fixo

Coordenadas / PT Cardeal		Distancia do Fixo / Altitude	Densidade da Fumaça	Concentração CO / CO ₂ (PPM)
Norte	La 4° 21' 21,9'' Lo 44° 21' 56,67''	100 m / 34 m alt.	< 10%	7/3
Sul	La 4° 21' 25,3'' Lo 44° 21' 56,23''	100 m / 56 m alt.	< 10%	4/1
Leste	La 4° 21' 25,2'' Lo 44° 21' 56,71''	100 m / 56 m alt.	< 10%	2/1
Oeste	La 4° 21' 25,1'' Lo 44° 21' 55,26''	100 m / 34 m alt.	< 10%	1/1
Branco	La 4° 21' 22,6'' Lo 44° 21' 56,4''	54 m alt.	< 10%	1/1

Laudos 02 – Resultados de Densidade de Fumaça a 200 m. do Ponto Fixo

Coordenadas / PT Cardeal		Distancia do Fixo / Altitude	Densidade da Fumaça	Concentração CO / CO ₂ (PPM)
Norte	La 4° 21' 22,6'' Lo 44° 21' 57,1''	200 m / 25 m alt.	< 10%	8/7
Sul	La 4° 21' 22,9'' Lo 44° 21' 56,55''	200 m / 65 m alt.	< 10%	2/2
Leste	La 4° 21' 22,7'' Lo 44° 21' 57,1''	200 m / 50 m alt.	< 10%	2/2
Oeste	La 4° 21' 21,9'' Lo 44° 21' 57,3''	200 m / 45 m alt.	< 10%	1/1
Branco	La 4° 21' 25,8'' Lo 44° 21' 57,7''	54 m alt.	< 10%	1/1

Laudos 03 – Resultados de Densidade de Fumaça a 300 m. do Ponto Fixo

Coordenadas / PT Cardeal		Distancia do Fixo / Altitude	Densidade da Fumaça	Concentração CO / CO ₂ (PPM)
Norte	La 4° 21' 22,9'' Lo 44° 21' 57,8''	300 m / 30 m alt.	< 10%	1/1
Sul	La 4° 21' 25,6'' Lo 44° 21' 57,9''	300 m / 64 m alt.	< 10%	1/1
Leste	La 4° 21' 22,9'' Lo 44° 21' 57,9''	300 m / 64 m alt.	< 10%	1/1
Oeste	La 4° 21' 22,7'' Lo 44° 21' 57,3''	300 m / 70 m alt.	< 10%	1/1
Branco	La 4° 21' 26,8'' Lo 44° 21' 58,7''	54 m alt.	< 10 %	1/1

Diagnóstico: Satisfatório e enquadra – se na U.S. EPA. Combustion Control of MSW Incinerators to Minimize Emissions of Trace Organics. Washington, D.C.: U.S. Environmental Protection Agency, 1987 e CONAMA 316:2002.


Machado R. O. D. Santos
Eng. Sanitário Ambiental
CRP 1502/9902 / CREA 1201348720

Monitoramento da Qualidade do Ar Exterior / Dispersão de Poluentes

Cliente: C & E Gestão Ambiental Ltda
Data da Coleta: 05, 06 e 07/06/2023
Responsável pela Coleta: Eng. Mackson Ronny D'Anunciação.
Acompanhante: Bióloga: Kelly Araújo da Silva

QUADRO 01 – Resultados Analíticos de Poluentes atmosféricos 100 m. do Ponto Fixo

Ponto amostrado	Cardeal	HCL (PPM)	SO ₂ (ppm)	CH ₄ (PPM)	Material Particulado (PPM)	NO _x (PPM)	O ₂ atm. (%)
La 4° 21' 21,9'' Lo 44° 21' 56,67''	Norte	< 1	2	2	3	< 1	19,2
La 4° 21' 25,3'' Lo 44° 21' 56,23''	Sul	< 1	2	2	3	< 1	19,1
La 4° 21' 25,2'' Lo 44° 21' 56,71''	Leste	< 1	< 1	3	2	< 1	18,3
La 4° 21' 25,1'' Lo 44° 21' 55,26''	Oeste	< 1	1	3	2	1	18,2
La 4° 21' 22,6'' Lo 44° 21' 56,4''	Branco	< 1	< 1	< 1	< 1	< 1	18,0

QUADRO 02 – Resultados Analíticos de Poluentes atmosféricos 200 m. do ponto fixo

Ponto amostrado	Cardeal	HCL (PPM)	SO ₂ (PPM)	CH ₄ (PPM)	Material Particulado (PPM)	NO _x (PPM)	O ₂ atm. (%)
La 4° 21' 22,6'' Lo 44° 21' 57,1''	Norte	0,05	< 1	1	1	< 1	17,3
La 4° 21' 22,9'' Lo 44° 21' 56,55''	Sul	< 1	< 1	1	1	< 1	18,6
La 4° 21' 22,7'' Lo 44° 21' 57,1''	Leste	< 1	1	< 1	1	< 1	18,2
La 4° 21' 21,9'' Lo 44° 21' 57,3''	Oeste	< 1	< 1	< 1	< 1	< 1	18,1
La 4° 21' 25,8'' Lo 44° 21' 57,7''	Branco	< 1	< 1	< 1	< 1	< 1	18,0

QUADRO 03 – Resultados Analíticos de Poluentes atmosféricos 300 m. do ponto fixo

Ponto amostrado	Cardeal	HCL (PPM)	SO ₂ (PPM)	CH ₄ (PPM)	Material Particulado (PPM)	NO _x (PPM)	O ₂ atm. (%)
La 4° 21' 22,9'' Lo 44° 21' 57,8''	Norte	0,01	< 1	< 1	< 1	< 1	19,8
La 4° 21' 25,6'' Lo 44° 21' 57,9''	Sul	0,01	< 1	< 1	< 1	< 1	19,7
La 4° 21' 22,9'' Lo 44° 21' 57,9''	Leste	< 1	< 1	< 1	< 1	< 1	18,5
La 4° 21' 22,7'' Lo 44° 21' 57,3''	Oeste	< 1	< 1	< 1	< 1	1	18,3
La 4° 21' 26,8'' Lo 44° 21' 58,7''	Branco	< 1	< 1	< 1	< 1	< 1	18,2

Diagnóstico: Satisfatório e enquadra – se na U.S. EPA. Combustion Control of MSW Incinerators to Minimize Emissions of Trace Organics. Washington, D.C.: U.S. Environmental Protection Agency, 1987 e CONAMA 316:2002.


Mackson R. O. D'Anunciação
Eng. Sanitário - Ambiental
Código Responsável
CRQ 16300024 / CREA 1201948720

Parecer Técnico 01

De acordo com os cálculos apresentados anteriormente em função da simulação matemática do Teste de Queima, atestamos que:

A comparação entre as frações molares de VOC's, NO_x e Material Particulado e a reação S/F do incinerador **C & E Gestão Ambiental Ltda.** Apresenta as seguintes concentrações calculadas:

Relação S/F	X (VOC's)	Y (NO ₂)	Z (material particulado)
1	0,00920	3,8. 10 ⁻⁰⁸	0,00520
2	0,00910	3,5. 10 ⁻⁰⁸	0,00510
3	0,00890	3,2. 10 ⁻⁰⁸	0,00460
4	0,00880	2,4. 10 ⁻⁰⁸	0,00450
5	0,00870	2,3. 10 ⁻⁰⁶	0,00420
6	0,00770	3,1. 10 ⁻⁰⁶	0,00390
7	0,00760	2,4. 10 ⁻⁰⁶	0,00360
8	0,00680	2,2. 10 ⁻⁰⁵	0,00310

Com os resultados encontrados observa-se que existem parâmetros de grande relevância no processo de absorção de gases com reação química, principalmente na absorção de Compostos Orgânicos Voláteis (VOC's), onde a concentração de dioxina e furanos (compostos orgânicos oriundos da reação térmica envolvendo substâncias organoclorados de RSS) são dissipadas em concentração insignificantes e a Pluma apresenta condições neutras e perfil super adiabático de aspecto Lofting. A temperatura ideal de queima para este Resíduo foi de 890° C.

Na combustão dos resíduos industriais, com concentração de compostos orgânicos oleosos e betuminosos, há pequenos picos de emissão de particulados que não comprometeram a neutralidade da pluma, que apresenta perfil super adiabático de aspecto lofting. A temperatura ideal de queima para este Resíduo foi de 910° C.

Nos demais resíduos não há variação de concentração no fluxo da pluma, considerando instantânea a dispersão desses poluentes. Consideramos a temperatura de 880°C a 890°C como estabilidade térmica de combustão.


Mackenli R. O. Oliveira
Eng. Sanitária - Ambiental
CRQ 1539023 / OAB 130114870

11 – Cronograma do Teste de Queima

Data: 05 de Junho de 2023

08h30min – Instalação do Coletor Isocinético e equipamentos de amostragem

09h30min – Pré-teste da máquina – Verificação geral

17h30min- Liberação da Plataforma

Data: 06 de Junho de 2023

08h00min – Instalação Vidrarias Específicas para Análises

08h15min – Coleta dos gases através do coletor Isocinético (Material Particulado)

09h20min – Coleta dos gases através do coletor Isocinético (Metais)

17h30min- Liberação da Plataforma

Data: 07 de Junho de 2023

08h00min – Instalação Vidrarias Específicas para Análises

08h15min – Coleta dos gases através do coletor Isocinético (SO_x, NO_x, CO, CH₄, H₂S / VOC's)

09h20min – Coleta dos gases através do coletor Isocinético (Dioxinas e Furanos)

17h30min- Liberação da Plataforma

12 – Laudos Técnicos

Conforme Resolução U.S. EPA. Combustion Control of MSW Incinerators to Minimize Emissions of Trace Organics. Washington, D.C.: U.S. Environmental Protection Agency, 1987 e CONAMA 316 de 20 de Novembro de 2002.

Interessado: C & E Gestão Ambiental Ltda	
Endereço: Rod. BR 135 Km 227 -Zona Rural	
Localidade: Peritoró - MA	
Natureza da Amostra: Efluente Gasoso – Incinerador - Modelo: RGL 200 S - Fabricante: Luftech	
Data da Coleta: 05, 06 e 07/06/2023	
Local da Coleta: Rod. BR 135 Km 227 -Zona Rural	
Coordenada Geográfica: La. 4º21’21.99’’ Lo. 44º 21’ 56,67’’	
Responsável Pela Coleta: Eng. Mackson Ronny de Oliverira D’Anunciação	
Acompanhante: Bióloga: Kelly Araújo da Silva	
Chuvvas nas últimas 24 horas: Não	
Resultados da Emissão Atmosférica – Saída da Chaminé	
Dados de Coleta – 1ª Coleta / Amostragem	
Temperatura Média (°C): 39,6	Incerteza Expandida – MP (%): 4,4
Velocidade Média (m/s): 5,1 m/s – S	Umidade (% vol.): 78,0
Isocinética (%): 98	Horário: 08h00min – 17h30min
Amostra: 0781 / 2023	Protocolo: 23.1004/2023

(*) Os dados de coleta abaixo se referem aos estudos ininterruptos.

 Identificação da Coleta: **Incinerador em Funcionamento – Amostra 01**

Ensaio	Unidade	Método	Norma Técnica	V.M. P (*)	Resultados	Interpretação		
						Aceitável	Alerta	Reprovado
HCl / Cl ₂	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	IEC 1000-4-11	< 0,50	0,41	X		
HF	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	IEC 1000-4-11	< 0,25	0,20	X		
Dioxinas Furanos	ng/Nm ³	Cromatografia gasosa	US EPA method 23	< 0,50	0,42	X		
Chumbo (Pb)	mg/Nm ³	IV nd	US EPA method 29	< 7	4	X		
Material particulado ⁽¹⁾	mg/Nm ³	agv	US EPA method 5	< 70	63	X		
Mercúrio (Hg)	mg/Nm ³	IV nd	US EPA method 29	< 28	< 1	X		
Dióxido de Enxofre (SO ₂)	mg/Nm ³	IV nd	IEC 1000-4-11	< 280	220	X		
Dióxido de Carbono (CO ₂)	mg/Nm ³	IV nd	IEC 1000-4-11	< 100	74	X		
Monóxido de Carbono (CO)	mg/Nm ³	IV nd	IEC 1000-4-11	< 100	82	X		
Oxigênio Combustível (O ₂)	%	IV nd	IEC 1000-4-11	> 7,0	8,5	X		
Óxidos de Azoto (NO _x)	mg/Nm ³	quimiluminescência	IEC 1000-4-11	< 560	470	X		
Carbono Orgânico Total (TOC)	mg/Nm ³	IV nd	IEC 1000-4-11	< 100	63	X		
Fumaça	mg/Nm ³	Refletância	IEC 1000-4-11	< 100	78	X		
Compostos Orgânicos Voláteis (VOC's)	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	US EPA 8260	< 80	71	X		
Metano (CH ₄)	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	IEC 1000-4-11	< 100	88	X		
Propano (C ₃ H ₈)	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	IEC 1000-4-11	< 20	8	X		
Cádmio (Cd) Mercúrio (Hg) (classe (1)Tálio (Tl)	mg/Nm ³	IV nd	US EPA method 29	< 0,28	0,12	X		
Arsênio (As) Cobalto (Co) Níquel(Ni) (2) Telúrio (Te) Selênio (Se)	mg/Nm ³	IV nd	US EPA method 29	< 1,4	1,1	X		

Cuiabá-MT, 04 de Julho de 2023


 Kelly Araújo da Silva
 Bióloga Responsável
 CRBIO: 97659/01-D
 CPF: 0102099


 Mackson R. O. D'Anunciação
 Eng. Químico Responsável
 CREA: 120004 / 0001 120104720

Amostra: 0781 / 2023

Protocolo: 23.1004/2023

Continuação: Amostra 01

Antimônio (Sb) Chumbo (Pb) Cromo (Cr) Cianetos (CN) Cobre (Cu) Estanho (Sn) (classe) 3) Fluoretos (F) Manganês (Mn) Platina (Pt) Paládio (Pd) Ródio (Rh) Vanádio (V)	mg/Nm ³	Fotometria de chama	US EPA method 29	< 7	5	X	
--	--------------------	---------------------	------------------	-----	---	---	--

 (¹) partículas totais em suspensão

Agv = Amostrador de grandes volumes

IV nd = Infravermelho não dispersivo

(*) Valores orientadores para uma jornada média de 08 horas de funcionamento (emissão atmosférica).

Fonte: U.S. EPA. Combustion Control of MSW Incinerators to Minimize Emissions of Trace Organics. Washington, D.C.: U.S. Environmental Protection Agency, 1987

Quadro A – Resultados Analíticos Complementares

DIOXINAS	FTEQ	RESULTADOS (ng/Nm ³)
mono-, di-, e tri-CDDs (mono-, di- e tri-cloro-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
2,3,7,8 - TCDD (tetracloro-dibenzo-p-dioxina)	1	0,40
outros TCDDs (tetracloros-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
1,2,3,7,8 - PeCDD (pentacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,5	ND
outros PeCDDs (pentacloros-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
1,2,3,4,7,8 - HxCDD (hexacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,1	ND
1,2,3,6,7,8 - HxCDD (hexacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,1	ND
1,2,3,7,8,9 - HxCDD (hexacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,1	ND
outros HxCDDs (hexacloros-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
1,2,3,4,6,7,8 - HpCDD (heptacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,01	ND
outros HpCDDs (heptacloros-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
OCDD (octacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,001	ND
FURANOS	FTEQ	RESULTADOS (ng/Nm ³)
mono-, di-, tri-CDFs (mono-, di- e tri-cloros-dibenzofuranos)	0	ND
2,3,7,8 - TCDF (tetracloro-dibenzofurano)	0,1	0,02
outros TCDFs (tetracloros-dibenzofuranos)	0	ND
1,2,3,7,8 - PeCDF (pentacloro-dibenzofurano)	0,05	ND
2,3,4,7,8 - PeCDF (pentacloro-dibenzofurano)	0,5	ND
outros PeCDDs (pentacloros-dibenzofuranos)	0	ND
1,2,3,4,7,8 - HxCDF (hexacloro-dibenzofurano)	0,1	ND
1,2,3,6,7,8 - HxCDF (hexacloro-dibenzofurano)	0,1	ND
1,2,3,7,8,9 - HxCDF (hexacloro-dibenzofurano)	0,1	ND
2,3,4,6,7,8 - HxCDF (hexacloro-dibenzofurano)	0,1	ND
outros HxCDFs (hexacloros-dibenzofuranos)	0	ND
1,2,3,4,6,7,8 - HpCDF (heptacloro-dibenzofurano)	0,01	ND

(---) Não analisado.

ND: Não Detectado

Cuiabá-MT, 04 de Julho de 2023


 Kelly Araújo da Silva
 Bióloga Responsável
 CRBIO 87488/2013
 CTF: 6102099


 Márcio W. O. Guimarães
 Engenheiro Químico
 CRQ 1530024 / CREA 1501048720

Interessado: C & E Gestão Ambiental Ltda	
Endereço: Rod. BR 135 Km 227 -Zona Rural	
Localidade: Peritoró - MA	
Natureza da Amostra: Efluente Gasoso – Incinerador - Modelo: RGL 200 S - Fabricante: Luftech	
Data da Coleta: 05, 06 e 07/06/2023	
Local da Coleta: Rod. BR 135 Km 227 -Zona Rural	
Coordenada Geográfica: La. 4°21'21,99" Lo. 44° 21' 56,67"	
Responsável Pela Coleta: Eng. Mackson Ronny de Oliverira D'Anunciação	
Acompanhante: Bióloga: Kelly Araújo da Silva	
Chuvas nas últimas 24 horas: Não	
Resultados da Emissão Atmosférica – Saída da Chaminé	
Dados de Coleta – 2ª Coleta / Amostragem	
Temperatura Média (°C): 40,2	Incerteza Expandida – MP (%): 1,2
Velocidade Média (m/s): 5,8 m/s – S	Umidade (% vol.): 74,0
Isocinética (%): 105	Horário: 08h00min – 17h30min
Amostra: 0782 / 2023	Protocolo: 23.1004/2023

(*) Os dados de coleta abaixo se referem aos estudos ininterruptos.

Identificação da Coleta: **Incinerador em Funcionamento – Amostra 02**

Ensaio	Unidade	Método	Norma Técnica	V.M. P (*)	Resultados	Interpretação		
						Aceitável	Alerta	Reprovado
HCl / Cl ₂	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	IEC 1000-4-11	< 0,50	0,38	X		
HF	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	IEC 1000-4-11	< 0,25	0,22	X		
Dioxinas	ng/Nm ³	Cromatografia gasosa	US EPA method 23	< 0,50	0,44	X		
Furanos								
Chumbo (Pb)	mg/Nm ³	IV nd	US EPA method 29	< 7	4	X		
Material particulado (1)	mg/Nm ³	agv	US EPA method 5	< 70	52	X		
Mercurio (Hg)	mg/Nm ³	IV nd	US EPA method 29	< 28	< 1	X		
Dióxido de Enxofre (SO ₂)	mg/Nm ³	IV nd	IEC 1000-4-11	< 280	170	X		
Dióxido de Carbono (CO ₂)	mg/Nm ³	IV nd	IEC 1000-4-11	< 100	66	X		
Monóxido de Carbono (CO)	mg/Nm ³	IV nd	IEC 1000-4-11	< 100	79	X		
Oxigênio Combustível (O ₂)	%	IV nd	IEC 1000-4-11	> 7,0	7,9	X		
Óxidos de Azoto (NO _x)	mg/Nm ³	quimiluminescência	IEC 1000-4-11	< 560	320	X		
Carbono Orgânico Total (TOC)	mg/Nm ³	IV nd	IEC 1000-4-11	< 100	62	X		
Fumaça	mg/Nm ³	Refletância	IEC 1000-4-11	< 100	58	X		
Compostos Orgânicos Voláteis (VOC's)	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	US EPA 8260	< 80	73	X		
Metano (CH ₄)	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	IEC 1000-4-11	< 100	79	X		
Propano (C ₃ H ₈)	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	IEC 1000-4-11	< 20	10	X		
Cádmio (Cd)	mg/Nm ³	IV nd	US EPA method 29	< 0,28	0,10	X		
Mercurio (Hg) (classe)								
1) Tálcio (Tl)	mg/Nm ³	IV nd	US EPA method 29	< 1,4	0,9	X		
Arsênio (As)								
Cobalto (Co)								
Níquel (Ni) (classe)								
2) Telúrio (Te)								
Selênio (Se)								

Cuiabá-MT, 04 de Julho de 2023


 Kelly Araújo da Silva
 Bióloga Responsável
 CRP: 5889/21
 CTR: 610299


 Mackson R. O. D'Anunciação
 Eng. Químico - Anunciação
 CRP: 5889/21
 CTR: 610299

Amostra: 0782 / 2023

Protocolo: 23.1004/2023

Continuação: Amostra 02

Antimônio (Sb)							
Cumbo (Pb)							
Cromo (Cr)							
Cianetos (CN)							
Cobre (Cu)							
Estanho (Sn) (classe 3) Fluoretos (F)							
Manganês (Mn)							
Platina (Pt) Paládio (Pd) Ródio (Rh)							
Vanádio (V)							
	mg/Nm ³	Fotometria de chama	US EPA method 29	< 7	2	X	

 (¹) partículas totais em suspensão

Agv = Amostrador de grandes volumes

IV nd = Infravermelho não dispersivo

(*) Valores orientadores para uma jornada média de 08 horas de funcionamento (emissão atmosférica).

Fonte: U.S. EPA. Combustion Control of MSW Incinerators to Minimize Emissions of Trace Organics. Washington, D.C.:

U.S. Environmental Protection Agency, 1987.

Quadro A – Resultados Analíticos Complementares

DIOXINAS	FTEQ	RESULTADOS (ng/Nm ³)
mono-, di-, e tri-CDDs (mono-, di- e tri-cloro-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
2,3,7,8 - TCDD (tetracloro-dibenzo-p-dioxina)	1	0,40
outros TCDDs (tetracloros-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
1,2,3,7,8 - PeCDD (pentacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,5	ND
outros PeCDDs (pentacloros-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
1,2,3,4,7,8 - HxCDD (hexacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,1	ND
1,2,3,6,7,8 - HxCDD (hexacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,1	ND
1,2,3,7,8,9 - HxCDD (hexacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,1	ND
outros HxCDDs (hexacloros-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
1,2,3,4,6,7,8 - HpCDD (heptacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,01	ND
outros HpCDDs (heptacloros-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
OCDD (octacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,001	ND
FURANOS	FTEQ	RESULTADOS (ng/Nm ³)
mono-, di-, tri-CDFs (mono-, di- e tri-cloros-dibenzofuranos)	0	ND
2,3,7,8 - TCDF (tetracloro-dibenzofurano)	0,1	ND
outros TCDFs (tetracloros-dibenzofuranos)	0	ND
1,2,3,7,8 - PeCDF (pentacloro-dibenzofurano)	0,05	ND
2,3,4,7,8 - PeCDF (pentacloro-dibenzofurano)	0,5	ND
outros PeCDDs (pentacloros-dibenzofuranos)	0	ND
1,2,3,4,7,8 - HxCDF (hexacloro-dibenzofurano)	0,1	0,04
1,2,3,6,7,8 - HxCDF (hexacloro-dibenzofurano)	0,1	ND
1,2,3,7,8,9 - HxCDF (hexacloro-dibenzofurano)	0,1	ND
2,3,4,6,7,8 - HxCDF (hexacloro-dibenzofurano)	0,1	ND
outros HxCDFs (hexacloros-dibenzofuranos)	0	ND
1,2,3,4,6,7,8 - HpCDF (heptacloro-dibenzofurano)	0,01	ND

(---) Não analisado

ND: Não Detectado

Cuiabá-MT, 04 de Julho de 2023


 Kelly Araújo da Silva
 Biotécnicas e Análises Químicas
 CRBIO: 97558/2013
 CTF: 6102299


 Macleider R. O. Cardozo
 Engenheiro Químico
 CRQ 00000000 / 00000000
 CREA 13000000 / 00000000

Interessado: C & E Gestão Ambiental Ltda	
Endereço: Rod. BR 135 Km 227 -Zona Rural	
Localidade: Peritoró - MA	
Natureza da Amostra: Efluente Gasoso – Incinerador - Modelo: RGL 200 S - Fabricante: Luftech	
Data da Coleta: 05, 06 e 07/06/2023	
Local da Coleta: Rod. BR 135 Km 227 -Zona Rural	
Coordenada Geográfica: La. 4º21’21.99’’ Lo. 44º 21’ 56,67’’	
Responsável Pela Coleta: Eng. Mackson Ronny de Oliverira D’Anunciação	
Acompanhante: Bióloga: Kelly Araújo da Silva	
Chuvas nas últimas 24 horas: Não	
Resultados da Emissão Atmosférica – Saída da Chaminé	
Dados de Coleta – 3ª Coleta / Amostragem	
Temperatura Média (°C): 39,9	Incerteza Expandida – MP (%): 2,0
Velocidade Média (m/s): 5,3 m/s – S	Umidade (% vol.): 67,2
Isocinética (%): 107	Horário: 08h00min – 17h30min
Amostra: 0783 / 2023	Protocolo: 23.1004/2023

(*) Os dados de coleta abaixo se referem aos estudos ininterruptos.

Identificação da Coleta: **Incinerador em Funcionamento – Amostra 03**

Ensaio	Unidade	Método	Norma Técnica	V.M. P (*)	Resultados	Interpretação		
						Aceitável	Alerta	Reprovado
HCl / Cl ₂	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	IEC 1000-4-11	< 0,50	0,32	X		
HF	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	IEC 1000-4-11	< 0,25	0,11	X		
Dioxinas Furanos	ng/Nm ³	Cromatografia gasosa	US EPA method 23	< 0,50	0,36	X		
Chumbo (Pb)	mg/Nm ³	IV nd	US EPA method 29	< 7	3	X		
Material particulado ⁽¹⁾	mg/Nm ³	agv	US EPA method 5	< 70	50	X		
Mercúrio (Hg)	mg/Nm ³	IV nd	US EPA method 29	< 28	< 1	X		
Dióxido de Enxofre (SO ₂)	mg/Nm ³	IV nd	IEC 1000-4-11	< 280	160	X		
Dióxido de Carbono (CO ₂)	mg/Nm ³	IV nd	IEC 1000-4-11	< 100	63	X		
Monóxido de Carbono (CO)	mg/Nm ³	IV nd	IEC 1000-4-11	< 100	61	X		
Oxigênio Combustível (O ₂)	%	IV nd	IEC 1000-4-11	> 7,0	7,7	X		
Óxidos de Azoto (NO _x)	mg/Nm ³	quimiluminescência	IEC 1000-4-11	< 560	340	X		
Carbono Orgânico Total (TOC)	mg/Nm ³	IV nd	IEC 1000-4-11	< 100	81	X		
Fumaça	mg/Nm ³	Refletância	IEC 1000-4-11	< 100	72	X		
Compostos Orgânicos Voláteis (VOC's)	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	US EPA 8260	< 80	60	X		
Metano (CH ₄)	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	IEC 1000-4-11	< 100	72	X		
Propano (C ₃ H ₈)	mg/Nm ³	Cromatografia gasosa	IEC 1000-4-11	< 20	11	X		
Cádmio (Cd) Mercúrio (Hg) (classe 1) Tálcio (Tl)	mg/Nm ³	IV nd	US EPA method 29	< 0,28	1	X		
Arsênio (As) Cobalto (Co) Níquel(Ni) (classe 2) Telúrio (Te) Selênio (Se)	mg/Nm ³	IV nd	US EPA method 29	<1,4	1,1	X		

Cuiabá-MT, 04 de Julho de 2023


Kelly Araújo da Silva
Bióloga Responsável
CRBio: 97899/01-D
CTE: 614000

Macken R. O. D'Anunciação
Eng. Sanitário - Ambiental
R. São João, 100 - São Paulo - SP
cep 05308-004 / 5554.330/048320

Amostra: 0783 / 2023

Protocolo: 23.1004/2023

Continuação: Amostra 03

Antimônio (Sb) Chumbo (Pb) Cromo (Cr) Cianetos (CN) Cobre (Cu) Estanho (Sn) (classe 3) Fluoretos (F) Manganês (Mn) Platina (Pt) Paládio (Pd) Ródio (Rh) Vanádio (V)	mg/Nm ³	Fotometria de chama	US EPA method 29	< 7	6	X		
--	--------------------	---------------------	------------------	-----	---	---	--	--

 (¹) partículas totais em suspensão

Agv = Amostrador de grandes volumes

IV nd = Infravermelho não dispersivo

(*) Valores orientadores para uma jornada média de 08 horas de funcionamento (emissão atmosférica).

Fonte: U.S. EPA. Combustion Control of MSW Incinerators to Minimize Emissions of Trace Organics. Washington, D.C.:

U.S. Environmental Protection Agency, 1987.

Quadro A – Resultados Analíticos Complementares

DIOXINAS	FTEQ	RESULTADOS (ng/Nm ³)
mono-, di-, e tri-CDDs (mono-, di- e tri-cloro-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
2,3,7,8 - TCDD (tetracloro-dibenzo-p-dioxina)	1	0,30
outros TCDDs (tetracloros-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
1,2,3,7,8 - PeCDD (pentacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,5	ND
outros PeCDDs (pentacloros-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
1,2,3,4,7,8 - HxCDD (hexacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,1	ND
1,2,3,6,7,8 - HxCDD (hexacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,1	ND
1,2,3,7,8,9 - HxCDD (hexacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,1	ND
outros HxCDDs (hexacloros-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
1,2,3,4,6,7,8 - HpCDD (heptacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,01	ND
outros HpCDDs (heptacloros-dibenzo-p-dioxinas)	0	ND
OCDD (octacloro-dibenzo-p-dioxina)	0,001	ND
FURANOS	FTEQ	RESULTADOS (ng/Nm ³)
mono-, di-, tri-CDFs (mono-, di- e tri-cloros-dibenzofuranos)	0	ND
2,3,7,8 - TCDF (tetracloro-dibenzofurano)	0,1	0,06
outros TCDFs (tetracloros-dibenzofuranos)	0	ND
1,2,3,7,8 - PeCDF (pentacloro-dibenzofurano)	0,05	ND
2,3,4,7,8 - PeCDF (pentacloro-dibenzofurano)	0,5	ND
outros PeCDDs (pentacloros-dibenzofuranos)	0	ND
1,2,3,4,7,8 - HxCDF (hexacloro-dibenzofurano)	0,1	ND
1,2,3,6,7,8 - HxCDF (hexacloro-dibenzofurano)	0,1	ND
1,2,3,7,8,9 - HxCDF (hexacloro-dibenzofurano)	0,1	ND
2,3,4,6,7,8 - HxCDF (hexacloro-dibenzofurano)	0,1	ND
outros HxCDFs (hexacloros-dibenzofuranos)	0	ND
1,2,3,4,6,7,8 - HpCDF (heptacloro-dibenzofurano)	0,01	ND

(---) Não analisado.

ND: Não detectado

Cuiabá, 04 de Julho de 2023


 Kelly Araújo da Silva
 Engenheira Responsável
 CRBIO: 97892/01-D
 CPF: 6102092


 Mackeson R. O. D'Agostini
 Engenheiro Responsável
 CRBIO: 1200003 / CREA: 120168720

13 - Diagnósticos Conclusivos: Validade deste Relatório Técnico / Teste de Queima: 03/06/2024

De acordo com os Resultados analíticos, atestamos:

- 1 – O rendimento / eficiência térmica do incinerador para o Teste de Queima foi satisfatório, enquadrando dentro da legislação pertinente e citada;
- 2 - A Eficiência de Destruição de Resíduos (E.D.R) foi de 99,9982 %; conforme cálculos efetuados segundo a ABNT NBR 11175/1990 e o PCOP de maior concentração foi OCDD (octacloro-dibenzo-p-dioxina) / 1,2,3,4,6,7,8 - HpCDF (heptacloro-dibenzofurano);
- 3 – A eficiência de destruição de resíduos - EDR no Teste de Queima foi satisfatória, atingindo 97,66%, enquadrando na legislação pertinente e citada;
- 4 - Os gases resultantes do processo de autocombustão emitidos através da fonte fixa (chaminé) enquadram-se na legislação pertinente e citada;
- 5 – A emissão atmosférica lançada pela unidade de incineração da **C & E Gestão Ambiental Ltda- Unidade PERITORÓ /MA** no Teste de Queima atendeu aos parâmetros estabelecidos pela U.S. EPA. Combustion Control of MSW Incinerators to Minimize Emissions of Trace Organics. Washington, D.C.: U.S. Environmental Protection Agency, 1987 e CONAMA 316/2002;
- 5- A eficiência de redução de massa / volume foi satisfatória e atendeu aos parâmetros de projeto estipulados pelo fabricante (96,52% p/v);
- 6- Validade deste Relatório Técnico perante os órgãos reguladores e fiscalizadores: 03/06/2024;

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Cuiabá-MT, 04 de Julho de 2023



Mackson R. O. D'Anunciação
Eng. Sanitarista - Ambiental
Químico Responsável
CRQ 16300024 / CREA 1201948720

Prof. Dr. Mackson Ronny de Oliveira D'Anunciação.
CNP: Cadastro Nacional de Peritos 017989.
Engenheiro Sanitarista – Ambiental – Químico.
Engenheiro de Segurança do Trabalho.
Especialista em Biossegurança - FAMEESP
CREA 1201948720 / CRQ:16300024

14 – Registros Fotográficos

Foto 04: Monitoramento das emissões atmosféricas



Foto 05: Monitoramento das emissões atmosféricas



Foto 06: Monitoramento das emissões atmosféricas



Foto 07: Monitoramento das emissões atmosféricas



Foto 08: Monitoramento das emissões atmosféricas

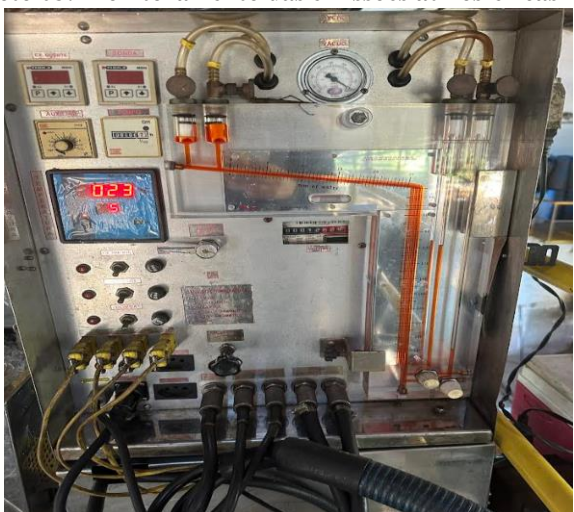


Foto 09: Monitoramento das emissões atmosféricas



15 – Referências

- BLUMBERG, L. e GOTTLIEB, R. War on Waste. Washington, D.C.: Island Press, 1989. COINTREAU, S. Recycling from Municipal Refuse. Washington, D.C.: World Bank, 1984
- DARROW, K. e SAXENIAN, m. Appropriate Technology Sourcebook. Boulder, CO: Appropriate Technology Institute, 1997.
- GELLER, H. S. Ethanol Fuel from Sugar Cane in Brazil. Annual Review of Energy, 10, 1985. GORDON, D. Steering a New Course. Cambridge, MA: Union of Concerned Scientist, 1991. HARRISON, P. Inside the Third World: The Anatomy of Poverty. Londres: Penguin, 1993.
- KAMMEN, D. Cookstoves for the Developing World. Scientific American, 272(julho), 1995.
- KLEINBACH, M. e SALVAGIN, C. Energy Technologies and Conversion Systems. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1986.
- KOZLOFF, K e DOWER, R. A New Power Base: Renewable Energy Policies for the Nineties and Beyond. Washington, D.C.: World Resources Institute, 1993.
- LAPPÉ, F.M. Diet for a Small Planet. 20. ed. Nova York: Ballantine, 1991.
- MACKENZIE, J. The Keys to the Car: Electric and Hydrogen Vehicles for the 21st Century. Washington, D.C.: World Resources Institute, 1994.
- MANIBOG, F. R. Improved Cooking Stoves in Developing Countries. Annual Review of Energy, 9, 1984. OGDEN, J. e WILLIAMS, R. Solar Hydrogen. Washington, D.C.: World Resources Institute, 1989
- PENNER, S. S., WIESENHAHN, D. F. e LI, C. P. Mass Burning of Municipal Wastes. Annual Review of Energy, 12, 1987
- PIMENTEL, D e HALL, C., eds. Food and Energy Resources. Orlando, FL: Academic Press, 1984. E PIMENTEL, M. Food, Energy, and Society. Londres: Edward Arnold, 1979.
- ROSS, B. e ROSS, C. Modern and Classic Woodburning Stoves. Woodstock, NY: Overlook Press, 1978; SCHRAMM, G. e WARFORD, J., eds. Environmental Management and Economic Development. Washington, D.C.: World Bank, 1989.
- SHELTON, J. Solid Fuels Encyclopedia. Charlotte, VT: garden Way, 1983.
- STEWART, B. Improved Wood, Waste, and Charcoal Burning Stoves. Londres: Intermediate Technology Publications, 1987.
- WOOD, T. S. e BALDWIN, S. Fuelwood and Charcoal Use in Developing Countries. Annual Review of Energy, 10, 1985

Anexo I – Caracterização das Cinzas

Confidencialidade		
D1	D2	D3
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ref.: MQ420001 - 5.3.4		

1 – Dados do Cliente / Amostra

Código Cliente: 0002365548CE		
Interessado (Razão Social): C & E Gestão Ambiental Ltda		
Nome Fantasia: C & E Gestão Ambiental		
CNPJ: 32.879.596/0001-38		
Endereço: Rod. BR 135 KM 227 – Zona Rural		
Localidade: Peritoró - MA		
Natureza da Amostra: Cinzas de Incineração (Auto Combustão)		
Local da Coleta: Incinerador - Modelo: RGL 200 S - Fabricante: Lufttech		
Data da Coleta: 07/06/2023		
Responsável Pela Coleta: : Engº Mackson Ronny de Oliveira D’Anunciação		
Acompanhante: Bióloga: Kelly Araújo da Silva		
Chuvas nas últimas 48 horas: Não		
Amostra: 1332 / 2023	Protocolo: 23.1896/2023	Pag.(s): 1 / 5

2. DADOS DA AMOSTRA:

Aspecto: Sólido com textura e granulometria variada
Cor: Tons de cinza
Teor de Umidade: 6,9%
Test Paint Filter: Negativo

3. METODOLOGIA APLICADA:

Os ensaios foram realizados de acordo com as NORMAS da ABNT:
NBR 10004 – Classificação de Resíduos sólidos
NBR 10005 – Ensaio de Lixiviação
NBR 10006 – Ensaio de Solubilização
NBR 10007 – Amostragem dos Resíduos Sólidos.

4. ORIGEM DO RESÍDUO:

A amostra é proveniente das atividades de Incineração dos Resíduos de Serviço de Saúde, Industriais e Agrícolas. As cinzas foram coletadas do cinzeiro do equipamento RGL 200 S.
--

5. CONCLUSÃO:

Tendo em vista os resultados obtidos, conforme a metodologia aplicada / laudos técnicos, atestamos e classificamos o material analisado (Cinzas de Autocombustão) Como Resíduo Classe I– PERIGOSO
--

Cuiabá-MT, 04 de Julho de 2023

Amostra: 1332 / 2023	Protocolo: 23.1896/2023	Pag.(s): 2 / 5
-----------------------------	--------------------------------	-----------------------

Ensaio	CAS	Unidade	NBR 10004:2004 MB VMP ⁽²⁾	Método Analítico	Resultado
Teor de Sólidos (%)	---	%	---	NBR 10.005	96,3
NBR 10.004 - Parâmetros na Massa Bruta					
Ensaio	CAS	Unidade	NBR 10004:2004 MB VMP ⁽²⁾	Método Analítico	Resultado
Cianeto (como HCN)	---	mg/Kg	250	SM21 4500- CN ⁺ F	< 0,005
pH	---	---	2≤pH≤12,5	SM21 4500- H ⁺ B	8,60
Ponto de Fulgor	---	°C	< 60	ASTM D93-99	47,0
Sólidos Totais	---	g/g	---	SM21 2540 C	860,0
Sulfeto (como H ₂ S)	[18496-25-8]	mg/Kg	500	SM21 4500- S ₂ G	5,8

Tipo de Amostra	Identificação da Amostra
NBR 10005/2004 - Lixiviado	Ensaio em amostras de resíduo

NBR 10.005 - Lixiviado - Dados de Preparo					
Ensaio	CAS	Unidade	NBR 10005:2004 VMP ⁽²⁾	Método Analítico	Resultado
Massa da Amostra Pesada	---	g	---	NBR 10.005	1000
pH após a Adição do Ácido	---	---	---	SM21 4500- H ⁺ B1	5,5
pH da Amostra	---	---	---	SM21 4500- H ⁺ B	7,4
pH Final do Extrato Lixiviado	---	---	---	SM21 4500-H ⁺ B	8,3
Solução de Extração	---	---	---	NBR 10.005	Etanol
Tempo de Lixiviação	---	---	---	NBR 10.005	60 minutos
Teor de Sólidos Secos (%)	---	---	---	SM21 2540 B	53,0
Volume de Lixiviado Obtido	---	---	---	NBR 10.005	1000 mL

NBR 10.005 - Lixiviado - Parâmetros Inorgânicos					
Ensaio	CAS	Unidade	NBR 10005:2004 VMP ⁽²⁾	Método Analítico	Resultado
Arsênio	[7440-38-2]	mg/L	1	SM21 3120 B	< 0,001
Bário	[7440-39-3]	mg/L	70	SM21 3120 B	< 0,001
Cádmio	[7440-43-9]	mg/L	0,5	SM21 3111 B	< 0,001
Chumbo	[7439-92-1]	mg/L	1	SM21 3111 B	5
Cromo Total	[7440-47-3]	mg/L	5	SM21 3111 B	14
Fluoretos	---	mg/L	150	SM21 4500-F C	< 0,001
Mercúrio	[7439-97-6]	mg/L	0,1	EPA 7470 A	< 0,001
Prata	[7440-22-4]	mg/L	5	SM21 3111 B	< 0,001
Selênio	[7782-49-2]	mg/L	1	SM21 3120 B	< 0,001

Cuiabá-MT, 04 de Julho de 2023

Amostra: 1332 / 2023	Protocolo: 22.1896/2023	Pag.(s): 3 / 5
-----------------------------	--------------------------------	-----------------------

NBR 10.005 - Lixiviado - Parâmetros Orgânicos					
Ensaios	CAS	Unidade	NBR 10005:2004 VMP ⁽²⁾	Método Analítico	Resultado
1,1-Dicloroetileno	[75-35-4]	mg/L	3	EPA 8260 B	< 0,0001
1,2-Dicloroetano	[107-06-2]	mg/L	1	EPA 8260 B	< 0,0001
1,4-Diclorobenzeno	[106-46-7]	mg/L	7,5	EPA 8260 B	< 0,0001
2,4,5-T	[93-76-5]	mg/L	0,2	EPA 8270 D	< 0,0001
2,4,5-TP	[93-72-1]	mg/L	1	EPA 8270 D	< 0,0001
2,4,5-Triclorofenol	[95-95-4]	mg/L	400	EPA 8270 D	< 0,0001
2,4,6-Triclorofenol	[88-06-2]	mg/L	20	EPA 8270 D	< 0,0001
2,4-D	[94-75-7]	mg/L	3	EPA 8270 D	< 0,0001
2,4-Dinitrotolueno	[121-14-2]	mg/L	0,13	EPA 8270 D	< 0,0001
Aldrin e Dieldrin	[309-00-2][60-57-1]	mg/L	0,003	EPA 8081 A	< 0,0001
Benzeno	[71-43-2]	mg/L	0,5	EPA 8260 B	0,2
Benzo(a)pireno	[50-32-8]	mg/L	0,07	EPA 8270 D	< 0,0001
Clordano (isômeros)	[5103-71-9][5103-74-2]	mg/L	0,02	EPA 8081 A	< 0,0001
Cloreto de vinila	[75-01-4]	mg/L	0,5	EPA 8260 B	< 0,0001
Clorobenzeno	[108-90-7]	mg/L	100	EPA 8260 B	< 0,0001
Clorofórmio	[67-66-3]	mg/L	6	EPA 8260 B	< 0,0001
Cresol Total	[108-39-4][95-48-7][106-44-5]	mg/L	200	EPA 8270 D	< 0,0001
.DDT (p,p-DDT + p,p-DDE + p,p-DDD)	[72-54-8][72-55-9][50-29-3]	mg/L	0,2	EPA 8081 A	< 0,0001
Endrin	[72-20-8]	mg/L	0,06	EPA 8081 A	< 0,0001
Heptacloro e seu epóxido	[76-44-8][1024-57-3]	mg/L	0,003	EPA 8081 A	< 0,0001
Hexaclorobenzeno	[118-74-1]	mg/L	0,1	EPA 8081 A	< 0,0001
Hexaclorobutadieno	[87-68-3]	mg/L	0,5	EPA 8260 B	< 0,0001
Hexacloroetano	[87-68-3]	mg/L	3	EPA 8270 D	< 0,0001
Lindano (g BHC)	[58-89-9]	mg/L	0,2	EPA 8081 A	< 0,0001
m-Cresol	[108-39-4]	mg/L	200	EPA 8270 D	< 0,0001
Metiletilcetona	[78-93-3]	mg/L	200	EPA 8260 B	< 0,0001
Metoxicloro	[72-43-5]	mg/L	2	EPA 8081 A	< 0,0001
Nitrobenzeno	[98-95-3]	mg/L	2	EPA 8270 D	< 0,0001
o-Cresol	[95-48-7]	mg/L	200	EPA 8270 D	< 0,0001
p-Cresol	[106-44-5]	mg/L	200	EPA 8270 D	< 0,0001
Pentaclorofenol	[87-86-5]	mg/L	0,9	EPA 8270 D	< 0,0001
Piridina	[110-86-1]	mg/L	5	EPA 8260 B	< 0,0001
Tetracloreto de Carbono	[56-23-5]	mg/L	0,2	EPA 8260 B	< 0,0001
Tetracloroetileno	[127-18-4]	mg/L	4	EPA 8260 B	2,6
Toxafeno	[8001-35-2]	mg/L	0,5	EPA 8081 A	< 0,0001
Tricloroetileno	[79-01-6]	mg/L	7	EPA 8260 B	< 0,0001

Cuiabá-MT, 04 de Julho de 2023

Amostra: 1332 / 2023	Protocolo: 23.1896/2023	Pag.(s): 4 / 5
-----------------------------	--------------------------------	-----------------------

<i>Tipo de Amostra</i>	<i>Identificação da Amostra</i>
NBR 10006:2004 - Solubilizado	Ensaios em amostras de resíduo

NBR 10.006 - Solubilizado - Dados de Preparo					
Ensaios	CAS	Unidade	NBR 10006:2004-VMP ⁽²⁾	Método Analítico	Resultado
pH Final do Extrato Solubilizado	---	---	---	SM21 4500-H ⁺ B	7,5
Teor de Umidade (%)	---	%	---	SM21 2540 B	7,9

NBR 10.006 - Solubilizado - Parâmetros Inorgânicos					
Ensaios	CAS	Unidade	NBR 10006:2004-VMP ⁽²⁾	Método Analítico	Resultado
Alumínio	[7429-90-5]	mg/L	0,2	SM21 3120 B	< 0,001
Arsênio	[7440-38-2]	mg/L	0,01	SM21 3120 B	< 0,001
Bário	[7440-39-3]	mg/L	0,7	SM21 3120 B	5
Cádmio	[7440-43-9]	mg/L	0,005	SM21 3120 B	0,001
Chumbo	[7439-92-1]	mg/L	0,01	SM21 3120 B	< 0,001
Cianetos	---	mg/L	0,07	SM21 4500- CN ⁻ F	< 0,001
Cloretos	[16887-00-6]	mg/L	250	SM21 4500- Cl ⁻ D	445
Cobre	[7440-50-8]	mg/L	2	SM21 3111 B	0,9
Cromo Total	[7440-47-3]	mg/L	0,05	SM21 3120 B	0,02
Fenóis Totais	[108-95-2]	mg/L	0,01	EPA 420.1	< 0,001
Ferro	[7439-89-6]	mg/L	0,3	SM21 3111 B	0,2
Fluoretos	---	mg/L	1,5	SM21 4500-F C	1,1
Manganês	[7439-96-5]	mg/L	0,1	SM21 3111 B	< 0,001
Mercúrio	[7439-97-6]	mg/L	0,001	EPA 7470 A	< 0,001
Nitrato (como N)	---	mg/L	10	SM21 4500-NO ₃ E	8
Prata	[7440-22-4]	mg/L	0,05	SM21 3120 B	0,04
Selênio	[7782-49-2]	mg/L	0,01	SM21 3120 B	< 0,001
Sódio	[7440-23-5]	mg/L	200	SM21 3500-Na B	487
Sulfato (expresso como SO ₄)	[14808-79-8]	mg/L	250	SM21 4500-SO ₄ ²⁻ E	460
Surfactantes	---	mg/L	0,5	SM21 5540 C	0,3
Zinco	[7440-66-6]	mg/L	5	SM21 3111 B	14

Cuiabá-MT, 04 de Julho de 2023

Amostra: 1332 / 2023

Protocolo: 23.1896/2023

Pag.(s): 5 / 5

NBR 10.006 - Solubilizado - Parâmetros Orgânicos

Ensaio	CAS	Unidade	NBR 10006:2004 VMP ⁽²⁾	Método Analítico	Resultado
2,4,5-T	[93-76-5]	mg/L	$2,0 \times 10^{-3}$	EPA 8270 D	$< 1,0 \times 10^{-6}$
2,4,5-TP	[93-72-1]	mg/L	0,03	EPA 8270 D	$< 1,0 \times 10^{-6}$
2,4-D	[94-75-7]	mg/L	0,03	EPA 8270 D	$< 1,0 \times 10^{-6}$
Aldrin e Dieldrin	[309-00-2][60-57-1]	mg/L	$3,0 \times 10^{-5}$	EPA 8081 A	$< 1,0 \times 10^{-6}$
Clordano (isômeros)	[5103-71-9][5103-74-2]	mg/L	$2,0 \times 10^{-4}$	EPA 8081 A	$< 1,0 \times 10^{-6}$
DDT (isômeros)	[72-54-8][72-55-9][50-29-3]	mg/L	$2,0 \times 10^{-3}$	EPA 8081 A	$< 1,0 \times 10^{-6}$
Endrin	[72-20-8]	mg/L	$6,0 \times 10^{-4}$	EPA 8081 A	$< 1,0 \times 10^{-6}$
Heptacloro e seu epóxido	[76-44-8][1024-57-3]	mg/L	$3,0 \times 10^{-5}$	EPA 8081 A	$< 1,0 \times 10^{-6}$
Hexaclorobenzeno	[118-74-1]	mg/L	$1,0 \times 10^{-3}$	EPA 8081 A	$< 1,0 \times 10^{-6}$
Lindano (g BHC)	[58-89-9]	mg/L	$2,0 \times 10^{-3}$	EPA 8081 A	$< 1,0 \times 10^{-6}$
Metoxicloro	[72-43-5]	mg/L	0,02	EPA 8081 A	$< 1,0 \times 10^{-6}$
Toxafeno	[8001-35-2]	mg/L	$5,0 \times 10^{-3}$	EPA 8081 A	$< 1,0 \times 10^{-6}$

NOTAS⁽¹⁾ VMP = Valor Máximo Permitido.

* Laboratório cadastrado na Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA – MT. Sob. N°. 306 / 2021;

* Laboratório cadastrado no Conselho Regional de Química – CRQ – MT. Sob. N°. 164 / 2021;

* Laboratório cadastrado na VISA - MT. Sob. N°. 351646;

* Laboratório cadastrado na Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA – RO. Sob. N°. 086 / DLA;

* Laboratório cadastrado na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA / MS Sob. N°. 23161282 / 2021.

➔ Amostra coletada pelo interessado.

➔ Este laudo tem significado restrito a amostra analisada.

Validade deste Laudo Técnico: 06 (seis meses) a contar da data de expedição (03/01/2024).

Cuiabá-MT, 04 de Julho de 2023



Anotação de Responsabilidade Técnica -
ART Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MT

ART DE OBRA/SERVIÇO
1220220119433

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do CREA-MT

1. Responsável Técnico

MACKSON RONNY DE OLIVEIRA D ANUNCIACAO

RNP: 1201948720

Título Profissional: ENGENHEIRO SANITARISTA - ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Registro: 14388

Empresa Contratada

Registro.

2. Dados do Contrato

Contratante: C & E GESTÃO AMBIENTAL LTDA

CPF/CNPJ: 32.879.596/0001-38

Rua: ROD. BR 135

Número: KM 227

Complemento: ***

Bairro: ZONA RURAL

País: Brasil

Cidade: PERITORÔ

UF: MA

CEP: 65.418-000

Contrato: 18052022

Celebrado em: 18/05/2022

Valor: R\$ 5.000,00

Tipo de Contratante: PESSOA JURIDICA

Ação Institucional:

3. Dados Obra/Serviço

Logradouro	Bairro	Número	Complemento	Cidade	UF	País	Cep	Coordenada
ROD. BR 135	ZONA RURAL	KM 227	***	PERITORÔ	MA	BRA	65.418-000	004°21'21.99" S 044°21'56.67" O
Data de Início: 16/05/2022		Previsão Término: 29/06/2022			Código: 0			
Tipo Proprietário: PESSOA JURIDICA		Proprietário: C & E GESTÃO AMBIENTAL LTDA			CPF/CNPJ: 32.879.596/0001-38			
Finalidade: AMBIENTAL								

4. Atividades Técnicas

Grupo/Subgrupo	Atividade Profissional	Obra/Serviço	Complemento	Quantidade	Unidade
Mcio Ambiente - Controle e Monitoramento Ambiental	Análise	de monitoramento ambiental		3,0000	metro cúbico
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART					

5. Observações

I MONITORAMENTO DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS - Modelo: RGL - 200 S Capacidade Nominal: 50 kg/h.

Prof. Dr. Mackson Ronny de Oliveira D'Anunciação
Engenheiro Sanitarista - Ambiental - Químico
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA: 12019487-20 / CRQ: 16300024

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Vânzea Graça M8 25, 07, 2022
Local data

429.211.981-34 - MACKSON RONNY DE OLIVEIRA D ANUNCIACAO

32.879.596/0001-38 - C & E GESTÃO AMBIENTAL LTDA

9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
A autenticidade desta documento pode ser verificada no site www.crea-mt.org.br ou www.confrea.org.br.
A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-mt.org.br cate@crea-mt.org.br
tel. (65)3315-3000



CREA-MT
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Mato Grosso

Valor ART: R\$ 88,78

Registrada em 29/06/2022

Valor Pago: R\$ 88,78

Nosso Número: 14000000007616355



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

CERTIFICADO DE REGISTRO NACIONAL DE TRANSPORTADORES
RODOVIÁRIOS DE CARGAS

C&E GESTÃO AMBIENTAL LTDA
CNPJ: 32.879.596/0001-38

ETC 052466988

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RNTRC: **052466988**
CATEGORIA: **ETC**
CADASTRO DESDE: **07/01/2020**

Lei nº 10.233/2001 - Lei nº 11.442/2007 - Resolução ANTT nº 5.982/2022

ETC - EMPRESA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PERITORO

Secretaria Municipal de Finanças
Departamento de Tributos
CNPJ: 01612537000175

RUA DA PRATA, Nº S/N - CENTRO



ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

Nº do Cadastro

Nº da Inscrição

Nº do Alvará

Validade

28/2023

31/12/2023

Contribuinte

Nome: C & E GESTÃO AMBIENTAL LTDA

CPF/CNPJ: 32879596000138

RG/Insc 12.591.942-5

Nome Fantasia:

Endereço

Logradouro: RODOVIA BR 135

Número: SN

Complemento: ZONA RURAL KM 227

CEP:

Bairro: DISTRITO LIVRAMENTO

Cidade: PERITORO

Estado: MA

Atividade Principal

38-22-0-00-TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS

Horário de Funcionamento

Meio de Semana

Sábado

Domingo

Feriado

Das: 08:00:00 Até: 17:00:00

Das: 08:00:00 Até: 13:00:00

Das: 00:00:00 Até: 00:00:00

Das: 00:00:00 Até: 00:00:00

DE ACORDO COM OS DECRETOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE PERITORO

Observações

Detalhamento da Atividade

Data de Abertura

0

Estabelecimento autorizado a exercer a atividade
supra por período, a critério da Administração
Pública

José Carlos Nunes de Souza
Diretor Departamento de Tributos
Portaria nº 293/2022

Código

Lucas Raimundo da Silva
CPF: 055.997.743-33
Secretário de Administração,
Finanças e Planejamento
PORTARIA-GAB Nº 216/2021

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PERITORÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CNPJ: 12.253.549/0001-77

Avenida Brasil, Br 316, nº 1.007, Filipinho, CEP: 65.418-000, Peritoró - MA

EXERCÍCIO DE 2023

ALVARÁ

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

INSCRIÇÃO Nº 097/2023

Validade: 31/12/2023.

RAZÃO SOCIAL: C&E GESTÃO AMBIENTAL LTDA

NOME FANTASIA: C&E GESTÃO AMBIENTAL

ENDEREÇO: BR 135 KM 227, ZONA RURAL, PERITORÓ - MA

ATIVIDADE: COLETA DE TRANSPORTES, TRATAMENTO DE RESÍDUOS

CANAE: 38.22-0-00

CPNJ/CPF Nº: 32.879.596/0001-38

RESPONSÁVEL LEGAL: JUDITE DIAS DOS SANTOS

OBSERVAÇÃO: Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, art. 23. – A taxa de vigilância sanitária, fundada no exercício do poder de polícia do Município, tem como fato gerador a fiscalização, efetiva ou potencial, com controle permanente, exercida sobre as condições sanitárias de quaisquer estabelecimentos em observância a legislação que regulamenta a matéria.

A vigilância sanitária, em conformidade com a LC/MA Nº 039/98, art. 69 concede **ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA** para o exercício 2023

MARCIO LUIZ PONTES BERNADO DA SILVA.
Coord. Vigilância Sanitária

Valdeson Rodrigues Carvalho
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 2075/2021
VALDERSON RODRIGUES CARVALHO
Sec. Municipal de Saúde

ATENÇÃO

- O Presente Alvará deverá ser afixado em local bem visível à fiscalização da Prefeitura e deverá ser renovado anualmente;
- Este documento poderá ser cassado a qualquer momento, se constatado irregularidade no estabelecimento.



CERTIFICADO

Nº 185436



Certificamos que,

FABIO GONCALVES FILHO

CPF **418.014.823-49**, Número do Registro da CNH **00029054699**, Categoria **D**, concluiu o **Curso para condutores de veículos de transporte de produtos perigosos**, na modalidade de ensino à distância (EAD), 10 horas/aula de Legislação de Trânsito (Produtos Perigosos), 15 horas/aula de Direção Defensiva (Produtos Perigosos), 10 horas/aula de Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Prevenção de incêndio (Produtos Perigosos), 15 horas/aula de Movimentação de Produtos Perigosos, ofertado pela LM Cursos de Trânsito e realizado no período de 09/10/2023 a 21/10/2023, com carga horária total de 50 horas-aula, com validade até 21/10/2028.

Rio de Janeiro, 21 de Outubro de 2023.

Fernanda Silva Macedo
CPF 028.176.497-29
Diretora Executiva

Leandro Machado Macedo
CPF 018.509.867.38
Diretor Pedagógico

Davidson Robson Ferreira
CPF 084.642.667-66
Instrutor

CERTIFICADO

Nº 185436

NOME: FABIO GONCALVES FILHO

CPF: 418.014.823-49

Número do Registro da CNH: 00029054699

Categoria: D



CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	APRO.	INSTRUTOR
1. LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO (PRODUTOS PERIGOSOS)	10 H/A	73%	DAVIDSON ROBSON FERREIRA CPF 084.642.667-66
2. DIREÇÃO DEFENSIVA (PRODUTOS PERIGOSOS)	15 H/A	100%	DAVIDSON ROBSON FERREIRA CPF 084.642.667-66
3. NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS, RESPEITO AO MEIO AMBIENTE E PREVENÇÃO DE INCÊNDIO (PRODUTOS PERIGOSOS)	10 H/A	100%	DAVIDSON ROBSON FERREIRA CPF 084.642.667-66
4. MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS PERIGOSOS	15 H/A	87%	DAVIDSON ROBSON FERREIRA CPF 084.642.667-66

SENATRAN

Curso realizado na plataforma tecnológica da empresa LM Cursos de Trânsito, homologada no SENATRAN pela portaria de credenciamento Nº 2.462, de 3 de dezembro de 2020



LM CURSOS DE TRANSITO LTDA | CNPJ: 18.657.198/0001-46



CERTIFICADO

Nº 185433



Certificamos que,

ANTONIO AUGUSTO SANTOS CORDEIRO

CPF **377.197.423-20**, Número do Registro da CNH **00005518752**, Categoria **B**, concluiu o **Curso para condutores de veículos de transporte de produtos perigosos**, na modalidade de ensino à distância (EAD), 10 horas/aula de Legislação de Trânsito (Produtos Perigosos), 15 horas/aula de Direção Defensiva (Produtos Perigosos), 10 horas/aula de Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Prevenção de incêndio (Produtos Perigosos), 15 horas/aula de Movimentação de Produtos Perigosos, ofertado pela LM Cursos de Trânsito e realizado no período de 09/10/2023 a 21/10/2023, com carga horária total de 50 horas-aula, com validade até 21/10/2028.

Rio de Janeiro, 21 de Outubro de 2023.

Fernanda Silva Macedo
CPF 028.176.497-29
Diretora Executiva

Leandro Machado Macedo
CPF 018.509.867.38
Diretor Pedagógico

Davidson Robson Ferreira
CPF 084.642.667-66
Instrutor

CERTIFICADO

Nº 185433
NOME: ANTONIO AUGUSTO SANTOS CORDEIRO
CPF: 377.197.423-20
Número do Registro da CNH: 00005518752
Categoria: B



CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	APRO.	INSTRUTOR
1. LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO (PRODUTOS PERIGOSOS)	10 H/A	100%	DAVIDSON ROBSON FERREIRA CPF 084.642.667-66
2. DIREÇÃO DEFENSIVA (PRODUTOS PERIGOSOS)	15 H/A	100%	DAVIDSON ROBSON FERREIRA CPF 084.642.667-66
3. NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS, RESPEITO AO MEIO AMBIENTE E PREVENÇÃO DE INCÊNDIO (PRODUTOS PERIGOSOS)	10 H/A	80%	DAVIDSON ROBSON FERREIRA CPF 084.642.667-66
4. MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS PERIGOSOS	15 H/A	87%	DAVIDSON ROBSON FERREIRA CPF 084.642.667-66

SENATRAN

Curso realizado na plataforma tecnológica da empresa LM Cursos de Trânsito, homologada no SENATRAN pela portaria de credenciamento Nº 2.462, de 3 de dezembro de 2020



LM CURSOS DE TRANSITO LTDA | CNPJ: 18.657.198/0001-46



DETRAN/MA.

Nº Certificado 350001 201100197

CERTIFICADO



SINDAUMA

Sindicato dos Proprietários
de CFCs do Maranhão

Nº RENACH: _____

O Centro de Formação de Condutores SENAI

Certifica que o (a) Sr.(a) IVAN BASTOS SILVA

Participou com aproveitamento do Curso ATUALIZAÇÃO PARA O MOPP

Realizado no período de 17.07.2020 a 21.07.2020

Perfazendo uma carga horária de 16 aulas

São Luis, 21 de julho de 2020


Diretor Geral


Diretor de Ensino

Grade Curricular

Direção Defensiva; 5 (cinco) horas/aulas

Noções de Primeiros Socorros. Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social 3 (três) horas/aulas

Legislação de Trânsito 3 (três) horas/aulas

Prevenção de Incêndio, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos: 5 (cinco) horas/aulas

DADOS DO REGISTRO	
Páginas: 452	Livro: 01
Responsáveis: <i>uf</i>	Data: 31.07.20



ESCOLA TÉCNICA VALE DOS CARAJÁS

CREDENCIAMENTO CEE-PA Nº 034 DE 20 JANEIRO 2014 - PARECER Nº 12/14-CEE - PROCESSO 2012/837437-CEE



CERTIFICADO

Certificamos que:

DENILSON DO NASCIMENTO DOS SANTOS

CPF: 044.048.572-09

Renach Nº 7004378483

Participou e concluiu o Curso **ESPECIALIZADO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS**, realizado por esta empresa **ETVC - CENTRO EDUCACIONAL CARAJÁS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 20.738.007/0001-12 e devidamente credenciada ao **DETRAN-PA**, através da portaria de Nº 1123/2021, no período 05/10/2021 a 09/10/2021, com a carga horária de 50 (cinquenta) horas/ aulas, em período noturno, com validade até período 09/10/2026, conforme Resolução Nº 848/2021 do CONTRAN/DENATRAN.

Weber Marcelo Correia
Diretor - ETVC

Weber Marcelo Correia
Diretor Geral

Denilson do Nascimento
Titular do Certificado
Aluno (a)

Marabá-PA, 14 de outubro de 2021.

Oscarina Milena Araújo
Diretora de Ensino
Mat. DETRAN/PA 2326

Rua CBI 31 Qd 11 Lt 7 Bairro Nova Marabá - CEP: 68501-980 - Fone (94) 9174-1454 / 9131-8886 - MARABÁ-PA